A nação dos homens
uma análise regional de ideologia

Lygia Sigaud

> "Porque o problema é da nação. Porque tem nação em que as coisas são como os trabalhadores querem e tem nação em que as coisas são como os homens querem".
> (Um trabalhador rural da Zona da Mata de Pernambuco)

Nota da Autora

Escrita em 70/71 com base em pesquisa realizada nos anos de 69 e 70 e apresentada em 71 como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), *A Nação dos Homens* só agora torna-se efetivamente pública através dessa edição do *Anuário Antrogológico.* A rigor, no entanto, o texto encontrava-se semi-publicado através de inúmeras cópias xerox espalhadas, até onde tenho conhecimento, pelo Rio, São Paulo, Paraná, Brasília e Belo Horizonte.

A divulgação do texto tendo se dado dessa forma certamente permitiu todo tipo de apropriação das idéias nele contidas, desde aquelas que respeitando as regras do campo, remetiam à fonte inspiradora, até as que, julgando dispensável o reconhecimento da autoria — talvez por se tratar de texto mimeografado — simplesmente incorporavam idéias, interpretações e recortes teóricos da realidade que conferiam alguma originalidade a *A Nação dos Homens.*

Apesar desse fato, compreensível em certa medida num país onde o respeito ao trabalho do outro ainda não se tornou um princípio efetivamente implantado nos meios acadêmicos, resisti durante muito tempo a publicar aquilo que havia sido minha dissertação de mestrado.

O período que se seguiu à edição mimeografada do texto foi extremamente rico em termos de aprofundamento da reflexão teórica sobre as transformações recentes da *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco. Já no ano de 1971, através de seminários que oferecia no

PPGAS, Moacir Palmeira estimulou um certo número de alunos a darem desdobramento ao trabalho que havíamos iniciado em 69, ele com uma pesquisa sobre mudanças nas formas de redistribuição e eu com a pesquisa sobre trabalhadores rurais. Constituiu-se então uma equipe de pesquisa com um projeto comum em relação a Zona da Mata e cujos principais resultados podem ser avaliados através dos seguintes trabalhos: Palmeira, M.: "Feira e Mudança Econômica" (1971), "Casa e Trabalho: notas sobre a plantation tradicional (1977); Leite Lopes, J. S. *O Vapor do Diabo* (1976); Garcia Jr., A.: *Terra de Trabalho* (1976); Garcia, M. F.: *Bacurau* (1977); Heredia, B.: *La morada de la vida* (1977); Ringuelet, R.: *Migrantes Estacionales del Agreste de Pernambuco* (1977); Meyer, D.: *Terra de Santo e o Mundo dos Engenhos* (1978); Assumpção L.: *Cooperativa do Trabalhador* (1978); Novaes, R.: *Os escolhidos: religião e prática social* (1979); Gatti y Echonique: "Relaciones sociales en una feria" (1974); Sigaud, L.: "A percepção do Salário entre trabalhadores rurais" (1977); "A morte do caboclo (1975/78); "A idealização do passado e os direitos (1977); Palmeira et alii: "Emprego e Mudança Sócio Econômica no Nordeste" (1977); *A reprodução da subordinação* (1979). Como membro da equipe também dei continuidade à atividade de pesquisa, voltando minha atenção para os trabalhadores expulsos dos engenhos produtores de cana de açúcar da Zona da Mata (*Os clandestinos e os direitos*/1977).

As reflexões dos colegas, nossas discussões sistemáticas e o novo trabalho que desenvolvia me permitiram um distanciamento crítico em relação a *A Nação dos Homens*. Passei a considerá-la imprecisa teoricamente, muito colada aos fatos, sobrecarregada de citações e incorreta em algumas de suas interpretações. E foi por isso que preferi deixar que os xerox se multiplicassem ao invés de tê-la editada. Para fazê-lo seria necessário reescrever o texto, o que, em função das modificações que julgava pertinentes, implicaria a desfiguração do trabalho, pelo menos em sua forma original, aquela sob a qual havia se tornado conhecido.

Mas, apesar das restrições ao texto, considero hoje que ele teve sua importância no momento em que foi produzido. Tratava-se de uma primeira tentativa de utilização da abordagem antropológica para pensar a questão da ideologia da classe dominada, tomada não com mais um aspecto da vida social, mas enquanto objeto de análise, o que entre nós era algo de novo, assim como a preocupação de tomar essa ideologia como uma dentre outras vias de acesso ao conhecimento da realidade. Em relação à Zona da Mata de Pernambuco, o trabalho representou também uma primeira tentativa de reflexão pós-64 sobre o modo como aqueles trabalhadores que haviam sido os atores de um dos mais importantes movimentos sociais ocorridos no país representavam suas novas condições de existência num momento de forte repressão política.

E é exatamente a importância que julgo ter tido *A Nação dos Homens* para aqueles que tiveram acesso ao texto, que me leva a reconsiderar a minha decisão quanto à publicação, única forma de tornar o trabalho disponível para um número maior de pessoas. Num momento em que a participação política de amplos setores da sociedade torna-se tema obrigatório no debate das chamadas "questões nacionais" creio que *A Nação dos Homens*, enquanto um documento sobre o ponto de vista dos proletários rurais da Zona da Mata de Pernambuco deve ser publicado, apesar dos oito anos que nos separam de sua concepção.

Sendo o *Anuário Antropológico* um instrumento de registro da produção antropológica no Brasil, aceitei o oferecimento de Roberto Cardoso de Oliveira para publicar o texto através dessa edição, na medida que não via muito sentido, em função mesmo de minhas restrições, em publicá-lo isoladamente como livro. O que se segue é o texto original com correções de linguagem, mas sem alterações de conteúdo. Limitei-me apenas a suprimir os dois anexos, nos quais transcrevia duas entrevistas e o roteiro da pesquisa, para atender a exigências gráficas da revista.

INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é a análise da ideologia do trabalhador rural da *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, isto é, da maneira como ele vive e exprime suas condições de existência.

O interesse por este tipo de estudo surgiu da idéia de que teoricamente nada impedia que se tentasse fazer com as "sociedades complexas" o que a Antropologia necessariamente fez ao longo de sua história com as "sociedades primitivas": a apropriação e desvendamento do modo como os homens concebem suas experiências que, para Durkheim e Mauss, constituía o próprio objeto da Antropologia.

Obrigado a lidar com sociedades cujo código ignora, o antropólogo sempre se preocupa, em primeiro lugar, em apreender esse código, para em seguida tentar a compreensão de outros níveis da estrutura social. Esta ignorância do código resulta em vantagem para ele, na medida que corre menos riscos de supor uma familiaridade com os fenômenos que encontra, familiaridade comum de ser suposta quando observador e objeto pertencem à mesma sociedade.

Esta posição particular do antropólogo diante da sociedade que estuda parece ter levado, de um lado, a uma percepção nítida dentro da disciplina de que a representação do fenômeno não é igual ao fenômeno; e, de outro, a um desenvolvimento, em termos técnicos e teóricos, deste tipo de abordagem.

Foi partindo dessas observações que pensamos na possibilidade de incorporar a tradição da Antropologia para estudar as representações de um grupo socialmente definido dentro de uma sociedade "complexa", assumindo diante dele a mesma atitude de "ignorância" do código, que caracteriza a postura do etnólogo diante do "primitivo".

Se para a Antropologia, a preocupação com os fenômenos de representação é consenso [1] e se para a Antropologia a ideologia

[1] Toda monografia contém seu capítulo sobre cosmologia, religião, mitos, ritos, etc.

constitui um nível tão importante como qualquer outro na estrutura social e tão digno de ser estudado como qualquer outro, o mesmo não ocorre quando o objeto é a sociedade complexa. Daí em parte o interesse em trabalhar com ideologia neste tipo de sociedade e romper:

a) com a noção do senso comum que associa ideologia à formulação política de um grupo estruturado com objetivos políticos;

b) com a ilusão de objetividade e de domínio do código daqueles que estudam suas próprias sociedade; e

c) com a ilusão de que ideologia é consciência.

Quando escolhemos abordar este problema com uma determinada classe, o que levamos em consideração foi a pressuposição teórica de que qualquer classe ocupando uma posição relativa na estrutra de classes e vivendo determinadas condições de existência deveria ter, até certo ponto, uma ideologia específica. O nosso interesse era tomar um grupo mais abrangente que tivesse uma ideologia determinada pela sua posição na estrutura social. A classe nos pareceu constituir este grupo.

O trabalhador rural, pela posição relativa de classe dominada na estrutura de classes da formação social em questão — a *plantation* açucareira do Nordeste —, se configurava como um grupo onde este tipo de estudo poderia ter algum interesse. Isso porque, na condição de dominada, é a classe mais privada de meios institucionais de expressão de sua maneira de viver suas condições de existência. Se esta situação era fonte de interesse teórico, numa certa medida também era fonte de limitações, uma vez que estava escolhendo trabalhar com um segmento social cujas formas e veículos de expressão eram radicalmente diferentes dos do observador, sem também apresentar o caráter estruturado de expressões semelhantes nas sociedades primitivas — como os mitos.

Ao mesmo tempo, houve a preocupação de romper com os tipos de estudo de classe dominada que na maioria das vezes consistem em tentativas de verificar os conhecimentos e/ou valores desta classe, tendo como ponto de referência os conhecimentos e valores da classe a que pertence o pesquisador ou então a representação que sua classe faz da dominada. Enfim, romper com o etnocentrismo de classe.

O problema que se colocou neste trabalho foi tentar apreender, a partir das categorias dos trabalhadores rurais da *plantation* açu-

careira, o tipo de representação que se faziam de suas condições de existência. O fato de se tratar de um trabalho para tese de mestrado, com as limitações decorrentes disso, fez com que procurássemos restringir a análise a apenas um campo do conjunto de representações dos trabalhadores: aquele referente à sua prática econômica. A idéia foi a de tomar o discurso do trabalhador, como objeto construído a partir de dados empíricos, e submetê-lo a uma análise, a fim de extrair a sua lógica para poder então compreendê-lo e tentar, sempre que possível, embora esse não fosse o objeto do trabalho, articular esse discurso com outros fenômenos da formação social.

A escolha do trabalhador rural de uma área de *plantation* se deveu em grande parte às indicações de antropólogos como Wolf (1957) e Mintz (1966) sobre a subcultura de classes nos sistemas por eles estudados na região do Caribe, embora não nos propuséssemos a tratar o material na mesma perspectiva que eles.

A Zona da Mata de Pernambuco foi selecionada porque parecia ser, dentro das áreas compreendidas pelo Projeto "Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional", do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, a que mais completamente realizava as características do tipo clássico de sistema de *plantation* descrito por aqueles autores. A isso se acrescentava o fato de que foi nessa região que ocorreu, em meados da década dos 50 e início da década dos 60, um dos maiores processos de mobilização e politização de camponeses que se conhece no Brasil.

Embora a *plantation* açucareira desta região tenha sido muito discutida por sociólogos, economistas e historiadores, nosso trabalho pouco pode buscar nesses autores, no que se refere ao problema da classe dominada, uma vez que não se conhece nenhum estudo de gênero realizado na área. Os autores que se preocuparam com as questões da região estavam e estão mais voltados para processos econômicos, políticos e sociais. No campo das representações, o que se poderia extrair da literatura existente eram referências à ideologia e estilo de vida da classe dominante de proprietários locais e, num certo sentido, representações desta classe a respeito do trabalhador. [2] No entanto, não há nada de sistematizado a respeito. Daí se explica a ausência quase que total de referências aos historiadores e teóricos da região.

---

2 Os trabalhos mais significativos nessa linha seriam certamente os de Gilberto Freyre, embora outros autores tenham dado contribuições importantes.

O trabalho que apresentamos é o resultado de uma reflexão sobre o discurso do trabalhador, construído a partir de dados colhidos em pesquisa de campo realizada na Zona da Mata de Pernambuco. Esta reflexão se fundou teoricamente na contribuição da Antropologia aos fenômenos de representação, sobretudo no que se refere à atitude diante de um discurso ideológico e no tratamento a ser dado a este discurso. Em virtude da inexistência da teorização sobre o status da ideologia na estrutura social dentro da literatura antropológica, se lançou mão de outros autores "estranhos" à disciplina, em todos os momentos em que se sentiu necessidade de dar conta da ideologia que estava sendo objeto de análise.

Partiu-se teoricamente do conceito de que a ideologia constitui um nível específico e objetivo da estrutura social, assim como o econômico e o político, sendo um conjunto de representações, valores e crenças, com relativa coerência e autonomia. [3] O trabalhador rural foi encarado como agente de uma formação social historicamente dada e portador de suas estruturas — suporte do trabalho — que representava, em função de sua posição nesta formação social — posição na estrutura de classe — suas relações com outros homens, com a natureza e com suas atividades econômicas e políticas, de uma forma típica.

O que caracteriza a ideologia, na perspectiva adotada, é o fato de ela ser uma representação da experiência vivida dos agentes sociais, tão presente nesta experiência, que eles não conseguem distingui-la de sua própria experiência. Como "o elemento e atmosfera indispensáveis à [...] respiração e à [...] vida histórica das sociedades", [4] a ideologia não é reconhecida pelos agentes como representação e constitui para eles, na medida em que os insere em suas atividades práticas, lhes garantindo um modo particular de vivê-las, a "realidade" e a "verdade", nunca portanto relativizada. [5]

Ainda dentro do mesmo quadro teórico, a ideologia teria a função não de produzir conhecimentos, mas fornecer aos membros de uma sociedade um conjunto de categorias comuns, ocultando-lhes as con-

---

3 Essa perspectiva teórica de tratamento de ideologia pode ser encontrada em Poulantzas (1968), Althusser (1966) e Macherey (1966).

4 Althusser (1966: 238).

5 A dificuldade em relativizar a própria experiência tão evidente para os antropólogos que estudaram as sociedades primitivas (um exemplo flagrante desta impossibilidade de relativizar me parece ser o que Laura Bohannan mostra em seu artigo sobre os Tiv ouvindo Hamlet, Cf. Bohannan, 1967), nem sempre é explorada quando se trata de sociedades complexas.

tradições da estrutura social e fornecendo-lhes um grupo harmônico de representações, que, entre outros elementos, vão constituir uma garantia para a coesão, unidade e reprodução da estrutura das relações sociais. [6]

Por se estar trabalhando com uma sociedade de classes, se levou também em consideração o fato de que nessas sociedades existe uma ideologia dominante e que a ideologia da classe dominada está contida no discurso ideológico dominante que visa, em última instância, a manutenção do sistema. [7]

A pesquisa que serviu de base para este trabalho foi feita em duas áreas da Zona da Mata de Pernambuco, as quais, em virtude do tipo de informações em jogo, nos reservamos o direito de omitir. Limitamo-nos a informar que estas áreas se situam uma na região norte do Estado — Mata Norte — que poderia ser chamada de "mais tradicional", no sentido de que só agora está sendo atingida pelas transformações por que passou a *plantation* pernambucana, e outra no sul do Estado — Mata Sul — que não diríamos que é mais "moderna", mas onde os processos de mudança foram iniciados mais cedo. [8]

A escolha destas duas áreas se prendeu não apenas a essa posição diferencial em relação ao processo de mudança, que ficará mais clara no decorrer do trabalho, mas também ao fato de que a Mata Norte era uma região onde só havia engenhos particulares e a Mata Sul uma região onde, além de engenhos particulares, eram encontrados engenhos de usina, engenhos arrendados e engenhos sob intervenção do Estado. Desta forma, achávamos que seria possível cobrir todos os tipos de "unidades" da *plantation*. [9]

Inicialmente havíamos pensado em selecionar informantes a partir dos estabelecimentos a que estavam ligados, isto é, acreditá-

---

6 Sobre a função da ideologia como elemento para garantir a coesão do todo, ocultando contradições, ver também Lévi-Strauss (1958, 1962), Leach (1961, 1967, 1970) e Turner (1964). Sobre a importfncia da existência de categorias comuns — indispensabilidade da ideologia — ver Durkheim (1915).

7 A posição da ideologia dominada face à ideologia dominante é uma das colocações do quadro teórico de que partimos (Cf. Poulantzas, 1968; Bourdieu, 1970). Sem explorar teoricamente esse aspecto da ideologia, Barbara Ward (1965), analisando o problema do modelo consciente na China, mostra como é o modelo dos *literati* — a classe dominante — que dá a matriz para os outros modelos.

8 Os processos de mudança a que estamos nos referindo são aqueles de que fala Wolf (1957) sobre a passagem da *plantation* de velho tipo para de novo tipo.

9 O engenho constitui a unidade da *plantation* para o trabalhador e não necessariamente a unidade econômica.

vamos ser possível estabelecer uma classificação de usinas e engenhos para então escolher os informantes. Ocorre que o tipo de dados existentes não permitia essa classificação. Dependendo do critério que se escolhesse (maior produção, maior área explorada, maior facilidade de crédito, maior produção de cana própria, maior rendimento industrial, maior rendimento agrícola, etc.), se obtinha uma classificação inteiramente diferente da outra. Obter dados para uma classificação correta das usinas representaria uma outra pesquisa. Diante desta limitação, resolvemos deixar de lado a escolha de informantes por estabelecimento.

Um outro problema se colocaria caso tivéssemos trabalhado com estabelecimentos: o antagonismo de classe existente na área, que, num certo sentido, constituiu uma limitação séria para a realização da pesquisa. Em virtude do passado recente de repressão na área, é inviável chegar ao trabalhador através do proprietário. O pesquisador é automaticamente identificado com o proprietário e é impossível obter uma entrevista sequer. Por outro lado, entrar num engenho, sem a autorização do proprietário, é absolutamente impossível em virtude do controle que não só os proprietários, como também as autoridades militares exercem na área. Esse controle se reflete na restrição ao contato dos trabalhadores com "estranhos", o que se explicaria, de um lado, pela situação política atual e pelo passado da região e, por outro, pelo isolamento em que tradicionalmente se procurou manter os trabalhadores das *plantations* também em outras regiões. Assim sendo, a única maneira de chegar ao trabalhador que encontramos, já quando a pesquisa havia sido iniciada, foi através dos seus órgãos de representação, isto é, sindicatos ou cooperativas, em cujas sedes era possível entrevistar trabalhadores. O fato de ter trabalhado junto a sindicatos certamente influiu no tipo de dados que obtivemos e o que se segue deve ser lido levando-se esse elemento de circunstância de pesquisa em consideração. No entanto, em que pesem essas limitações, acreditamos que os dados não seriam muito diferentes se tivéssemos tido oportunidade de entrar nos engenhos e entrevistar trabalhadores em outras condições. Certamente seriam mais ricos, mas não qualitativamente diferentes, na medida em que o Sindicato para o trabalhador, como será mostrado adiante, não é apenas um órgão para solucionar questões trabalhistas, mas também um local de reunião social, seu ponto de referência na cidade. O Sindicato preenche funções extra-sindicais e, em virtude da particularidade da área, reúne um grande número de trabalhadores, a maioria se poderia dizer. O Sindicato é a casa do trabalhador na cidade, se quisermos simplificar as coisas.

Os sindicatos serviram de base de operações para chegar aos trabalhadores. Qualquer trabalhador era um informante em potencial, na medida em que partíamos de uma perspectiva teórica que permitia supor que a escolha de informantes não dependia de amostragem, pois todo trabalhador foi considerado como suporte da ideologia de sua classe. Trabalhamos fundamentalmente com entrevistas estruturadas, contendo perguntas abertas a respeito de alguns pontos relativos à prática econômica. A organização das perguntas das entrevistas só foi possível depois de um contato com o universo de categorias dos trabalhadores. Procurávamos deixar o trabalhador o mais livre possível, tentando apenas mantê-lo dentro de um discurso sobre sua prática econômica, sobre o processo de trabalho, sua relação com outros trabalhadores e com os proprietários dos meios de produção. Como o nosso interesse maior era em seu discurso e no tipo de encadeamento que ele dava às suas formulações, procuramos limitar ao máximo o número de perguntas. Daí que tenhamos evitado questionários e formulários, que implicariam numa maior interferência. O controle das entrevistas foi feito através das histórias de vida que sempre procurávamos extrair dos informantes, de forma a poder neutralizar ou verificar determinadas informações que ele dava no decorrer da entrevista.

A maioria das entrevistas foram realizadas nos sindicatos ou cooperativas, com trabalhadores que lá estivessem para resolver problemas com o patrão, ou aguardando hora de consulta com o médico, ou simplesmente "fazendo hora". Entrevistamos ainda trabalhadores nas feiras, nas "favelas" e em propriedades, quando se tratava de pequenos proprietários que vendiam sua força de trabalho aos senhores de engenho durante parte do ano. Em qualquer dos casos, apresentávamo-nos a eles como pessoas interessadas em conhecer sua vida, sobretudo seu trabalho. Acreditamos que o fato de estarmos sempre, de uma forma ou de outra, respaldados pelo Sindicato tenha facilitado o estabelecimento de um clima de certa confiança, que deixava os trabalhadores um pouco mais à vontade.[10]

Além de trabalhadores, entrevistamos também proprietários, técnicos do Governo, sociólogos locais e membros da hierarquia administrativa dos engenhos, com o objetivo de depois tentar situar o

---

[10] Como tivemos que utilizar os Sindicatos como base de operações, foi necessário entrar em contato com a liderança sindical e explicar que estávamos fazendo uma pesquisa sobre a situação dos trabalhadores na Zona da Mata (era esse o tema que se apresentava). Pedíamos então licença para conversar com os trabalhadores. Em todas as tentativas, contamos com o apoio dos dirigentes sindicais.

discurso do trabalhador dentro do discurso dominante da formação social.

Realizamos quinze entrevistas gravadas, de cerca de duas horas de duração, e aproximadamente umas sessenta entrevistas não gravadas — com a mesma duração — com trabalhadores de diferentes categorias. Utilizamos nesse trabalho estas entrevistas e os dados de observação a respeito da área.[11]

A parte de campo da pesquisa compreendeu os meses de novembro e dezembro de 1969 — época de corte de cana — e maio, junho e julho de 1970 — época de limpas e início do plantio.

Os maiores problemas que tivemos de enfrentar para realizar a pesquisa foram as limitações decorrentes da situação política da área, que nos impediu um contato mais permanente e mais de perto com os trabalhadores, e o próprio fato de estar trabalhando com uma classe, cujo universo nos era totalmente estranho, e que não tinha outras condições de expressão de suas representações, senão a palavra oral. Foi difícil obter um discurso do trabalhador, sobretudo quando lhe era pedido que falasse sobre coisas que para ele fazem parte da própria natureza do mundo e da vida social. Num certo sentido a pesquisa representa uma violência relativa, na medida em que exige das pessoas uma verbalização de sua própria experiência que, às vezes, jamais chegaram a fazer. Todos os pontos sobre os quais não conseguimos um discurso do trabalhador foram levados em consideração e constituiram um elemento importante dentro do argumento que desenvolveremos neste trabalho.

Muitas vezes os trabalhadores não compreendiam qual o interesse que tínhamos em conversar com eles, na medida que pesquisa é uma categoria estranha para eles. Mesmo não compreendendo porque passávamos tanto tempo ouvindo-os, foram sempre receptivos e pareciam satisfeitos por encontrarem pessoas que, pelo modo de vestir e de falar e pelo próprio gesto social, estavam mais próximas do proprietário do que deles e que, no entanto, se dispunham a ouví-los, sem interferir no que diziam para criticar, censurar ou corrigir qualquer coisa. Embora nunca tivéssemos prometido nada,

---

[11] Em virtude da massa de material recolhido, é impossível anexá-la ao texto. O que aparecerá aqui são trechos de entrevistas selecionados para ilustrar os pontos que pretendemos desenvolver. A análise será realizada sobre esses trechos. Temos consciência do caráter arbitrário da seleção, que poderia ter sido outra, caso tivéssemos optado por outro tipo de análise. Tentaremos, no entanto, proceder de tal forma que possamos dar conta dos princípios estruturais do discurso ideológico do trabalhador, em função dos quais achamos que fizemos a seleção.

no fundo esperavam que nossos estudos iam servir de alguma forma para melhorar a vida deles. Tinham dificuldades enormes em nos enquadrar em suas categorias, pois escapávamos, por nossa atitude diante deles, de todas elas. Tentavam então nos integrar, encontrando sistematicamente semelhanças com pessoas locais. O fato de que nunca se preocupassem em identificar lugares ou pessoas aos quais se referiam nos leva a crer que ou nos supunham uma pessoa do "mundo" em que vivem porque não concebem a existência de outro "mundo", ou porque não podiam admitir que nós, pessoas "educadas", ignorássemos coisas tão óbvias.[12]

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, faremos aqui algumas observações sobre a Zona da Mata de Pernambuco, a fim de facilitar a compreensão do que se segue.

A *plantation*[13] açucareira ocupa a zona fisiográfica de Pernambuco que se convencionou chamar de Litoral e Zona da Mata, compreendendo 33 municípios, com uma população de aproximadamente 2.128.802 habitantes,[14] dos quais cerca de um milhão dependem direta ou indiretamente da produção do açúcar. Dentro desta população, cerca de 140 mil a 200 mil pessoas são empregadas na parte agrícola da *plantation*, na entressafra e safra. O plantio e transformação da cana em açúcar constituem a atividade principal da região e também do Estado, cujo orçamento depende em grande parte da zona canavieira.

Desde a colonização, no século XVI, a atividade da região tem sido a produção do açúcar, isso implicando na exclusão de qualquer outra alternativa econômica para a força de trabalho. Desde essa época, a organização da produção sofreu uma série de transformações,[15] mas as que nos interessam mais imediatamente são as ocorridas em meados da década dos 50, consolidadas juridicamente em 1963, na medida em que representam a ruptura de um período em que parte da produção é "utilizada para cobrir as necessidades da força de trabalho", para outro em que "a sorte dos trabalhadores

---

12 A maior parte do trabalho de campo foi feita em colaboração com Moacir Palmeira, professor do Programa de Pós-Graduação em "Antropologia Social do Museu Nacional, que realizava uma pesquisa sobre mudanças econômicas na Zona da Mata.

13 Para uma definição da *plantation* como "sistema de organização com estrutura de classes", ver Wolf (1957) e Mintz (1966).

14 Dado do censo de 1960.

15 Para uma história das "relações de trabalho" e das transformações na Zona da Mata, ver Correia de Andrade (1964: 51-126) e Furtado (1964: 139-55).

não é de sua [da empresa] incumbência", ou seja a transição da *plantation* de velho para de novo tipo.[16]

Celso Furtado (1964), tentando dar conta das mudanças ocorridas na *plantation* pernambucana, assinala como fatores de alteração o aumento do consumo do açúcar, função da industrialização e urbanização, e condições favoráveis no mercado externo, que teriam permitido a retomada das exportações. O incentivo à produção, provocado por estes fatores, vai levar a uma ampliação da área de cultivo, implicando na supressão das áreas de terra que eram até então cedidas aos trabalhadores para que fizessem cultura de subsistência. Essa ampliação da área cultivada em terras de qualidade inferior provocaria uma elevação nos custos médios de produção e uma baixa de rentabilidade, ao mesmo tempo levando a uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores, que passam a ser empurrados para fora da propriedade.

Não temos condições, nem é nosso objeto, de proceder a uma análise do porquê destas transformações na produção. O que nos interessa é que essa situação descrita por Celso Furtado vai levar à transformação do trabalhador rural, então "morador", em mero assalariado e, segundo ele, à emergência de um movimento social dos trabalhadores e dos camponeses da periferia do latifúndio. (Ligas camponesas e Sindicatos).

---

[16] Wolf (1957): Na *plantation* de velho tipo, o trabalhador é obrigado, isto é, coagido, a prestar trabalho. Não é empregado apenas no campo, mas dispõe de um número considerável de horas para alimentar sua família e a do proprietário. Produz mercadorias para o mercado, mas parte de suas energias vão para a sua própria manutenção e consumo. Na *plantation* de velho tipo predominam as relações diretas e pessoais de que os proprietários se valem para manter a mão de obra. Culturalmente, na *plantation* de velho tipo, "o trabalhador deverá buscar essa relação pessoal. Tentará transformar qualquer acontecimento em termos pessoais e morais, porque o sistema o obriga a comportar-se dessa maneira. O proprietário é a sua única fonte de recursos e a única possibilidade de melhorar suas condições de vida. É o único que pode atenuar os riscos do trabalhador e aumentar seu nível material. Portanto, o trabalhador dirige a ele suas queixas e a forma sancionada culturalmente de fazê-lo é através da mímica ritual da dependência. O trabalhador deve esforçar-se para atender às necessidade pessoais do proprietário, além das tarefas exigidas no trabalho do campo. Pode colocar o trabalho e os serviços de sua família a serviço do dono" (...) "Todos estes atos de dependência aumentam a dívida pessoal do trabalhador e envolvem a relação técnica de amo e dependente com os laços do intercâmbio ritual personalizado. Este ritual de atos que simbolizam a dependência e domínio não podem envolver todos os trabalhadores na mesma medida. Muitos serão chamados. porém poucos serão escolhidos. A maioria fica fora do círculo pessoal. Não obstante, esta seleção social amplia a manutenção da *plantation* como interesse vivo, já que provoca nos trabalhadores a esperança de que o contrato pessoal com o proprietário os ajudará a facilitar as cargas da vida." (pág. 163-4). Os trabalhadores vão competir entre si pelos favores do proprietário não havendo condi-

Esse tempo do movimento social vai surgir no discurso dos trabalhadores e, a nosso ver, a ruptura ocorrida nesse período, com todas as implicações que vão se dar na relação entre proprietários e trabalhadores, é da maior importância para a compreensão de sua ideologia.

Atualmente, existem em Pernambuco quarenta e duas usinas, das quais uma desapropriada e três sob intervenção do Instituto do Açúcar e do Álcool. Uma usina média abriga umas cinco mil pessoas, das quais cerca de 80% são trabalhadores rurais e suas famílias. Possui em geral mais de cinco engenhos, que são as unidades de plantio da cana. Nesses engenhos residem os trabalhadores. Na parte central da propriedade está localizada a usina propriamente dita que mói a cana da propriedade (50%) e cana fornecida por engenhos particulares (50%), a casa-grande dos proprietários, os escritórios, as casas dos empregados e operários das usinas e o barracão que abastece em gêneros alimentícios toda a força de trabalho. Cada engenho possui um barracão. Além das usinas, existem aproximadamente três mil engenhos particulares de fornecedores, que se limitam ao plantio e corte da cana para ser transportada para a usina ou usinas. Nesses engenhos também existem barracões e os trabalhadores residem na propriedade. Tanto as usinas quanto os engenhos particulares empregam, além dos trabalhadores residentes, trabalhadores de fora durante a safra, sobretudo, mas também na entressafra.

ções para o surgimento de uma consciência de classe. A *plantation* de novo tipo "é uma organização que utiliza o dinheiro para ganhar mais dinheiro. Suas operações estão governadas pelo cálculo racional e as necessidades de consumo tanto do proprietário como dos trabalhadores são alheias a estas operações. Os salários são estabelecidos de acordo com o número de trabalhadores que competem para obter os empregos disponíveis ou por outros fatores que afetam esta competição, como as organizações sindicais." (pág. 162). A *plantation* de novo tipo utiliza trabalhadores livres, no sentido de que não são coagidos a prestarem serviços. "O novo tipo de *plantation* faz caso omisso das relações pessoais. Seus riscos pessoais e suas necessidades vitais não são de incumbência daqueles que planejam e dirigem a producão e a distribuição. O instrumento humano que provê a mão de obra da *plantation* tem uma família para alimentar e outras relações para manter em uma situação em que a mão de obra é excessiva e os salários são baixos" (...) "Neste ponto, a *plantation* se desimcumbe de toda responsabilidade em relação à força de trabalho disponível. Não concede créditos aos trabalhadores individualmente, nem faz nenhuma diferença entre eles de acordo com as necessiaddes de cada um ou a urgência destas necessidades. Não assume nenhum risco para a subsistência física ou psicológica das pessoas que provêm a força produtiva de suas operações. Ao mesmo tempo, o novo tipo de *plantation* não é um aparelho a serviço das necessidades pessoais de seus administradores ou proprietários. Isto impede ao trabalhador empreender relações pessoais com o pessoal administrativo." (pág. 164).

As cidades da Zona da Mata de Pernambuco eram em geral pequenas e constituíam meros "apêndices" dos engenhos e usinas. Nos últimos anos tiveram grande crescimento, em virtude da saída de milhares de trabalhadores das propriedades. Nessas cidades estão situados os órgãos de financiamento das usinas e dos engenhos (Banco do Brasil e Cooperativa de Plantadores de Cana), as casas comerciais e os órgãos de representação dos trabalhadores.

A parte industrial das usinas funciona, em geral, de setembro — quando é iniciada a moagem — até março e abril, quando termina a moagem. De abril a agosto a parte industrial fica parada. É o tempo do apontamento. No campo, os trabalhos se sucedem durante todo o ano. O plantio é iniciado em junho/julho, no final do período de chuvas. Em setembro começa o corte de cana, que vai até abril. A cana cortada num ano é sempre aquela plantada no ano anterior. De abril a junho são feitas as limpas intensivas, embora durante todo o ano haja trabalho de limpa de cana.

AS CATEGORIAS

Existem diferentes tipos de trabalhadores rurais na *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, que poderiam ser classificados, entre outros critérios, pelo tipo de relação contratual que mantêm com os proprietários:

1) O morador que reside no engenho e tem obrigação, quer tenha um contrato formal de trabalho ou não, de trabalhar na terra do proprietário. A figura do morador seria tão antiga quanto a própria *plantation,* segundo os autores que se preocuparam com essa forma de produção. O que nos interessa aqui ressaltar é que em relação ao morador do passado, o morador de hoje se distinguiria fundamentalmente pelo fato de não mais se relacionar individualmente com o proprietário, nem disputar com os outros moradores os favores do proprietário, mas buscar na associação com os outros moradores um meio de se relacionar com o patrão.

2) O "trabalhador da rua", um ex-morador expulso do engenho, que mora na cidade, em geral, nas "favelas" que têm surgido na Zona da Mata nos últimos anos. Sua relação com o proprietário geralmente se atualiza através da figura do "empreiteiro". Ele pode trabalhar sempre num mesmo engenho ou hoje em um, amanhã em outro. O que o distingue é o fato de não ter nenhuma obrigação com o proprietário diretamente, mas sim com o empreiteiro, embora ele também possa trocar de empreiteiro, com mais facilidade do que um morador ou trabalhador residente poderia trocar de proprietário sem sofrer danos por isso. Embora o "trabalhador da rua" em geral tenha outras atividades, como vendedor ambulante de porta em porta ou na feira, sua atividade econômica principal é o trabalho nos engenhos.

É possível para um "trabalhador da rua" conseguir emprego diretamente com o proprietário ou administrador, mas a tendência que se verificou foi a de cada vez mais o "trabalhador da rua" só ser aceito trabalhando como empreiteiro.

3) Trabalhador residente no engenho sem obrigações com o proprietário e que só trabalha com empreiteiro. Esta seria a categoria na qual se enquadrariam os trabalhadores mais jovens, filhos de velhos moradores ou trabalhadores residentes, com os quais os proprietários se recusam a estabelecer relações de trabalho "legais", mas toleram que morem nos engenhos e os utilizam como força de trabalho, nas mesmas condições que o "trabalhador da rua".

4) Trabalhador residente na cidade que mantém um contrato formal de trabalho com o proprietário ou com a empresa, mas não tem nem os direitos nem os deveres do morador e pode a qualquer momento, em caso de ruptura do contrato, se transformar num "trabalhador da rua", do qual se distinguia por não trabalhar para o empreiteiro.

5) O pequeno proprietário ou foreiro, que trabalha uma terra de sua propriedade ou arrendada e que, para complementar o orçamento doméstico, na época da moagem vai vender sua força de trabalho no engenho ou diretamente, ou através de um empreiteiro. Ele é o camponês da periferia da *plantation,* que eventualmente vende sua força de trabalho aos proprietários. O que o define socialmente, entretanto, é o fato de ser camponês.

6) O "corumba" que é o pequeno proprietário ou arrendatário do Agreste (zona fisiográfica contígua à Zona da Mata), que na época da moagem migra para a Zona da Mata a fim de "tirar o verão". Os corumbas não tem condições de se manter só através do trabalho em sua terra e, não encontram outras alternativas econômicas na área em que residem, deslocam-se para a Mata. O corumba geralmente viaja em grupo, com outros corumbas de sua região, passa pouco tempo na Zona da Mata e, uma vez obtida a quantia desejada, volta ao Agreste, quando não volta ao caírem as primeiras chuvas para iniciar o plantio em sua terra. O corumba pode se apresentar diretamente no engenho ou ser "buscado" no Agreste pelo proprietário, ou então trabalhar com empreiteiro. No passado, parece que era comum os corumbas se fixarem na Zona da Mata.

Esta classificação dos trabalhadores foi montada a partir da observação direta e das classificações existentes na área, feitas por proprietários, tecnocratas, políticos, comerciantes, líderes sindicais, estudiosos da região e pelos próprios trabalhadores. Nenhuma delas engloba os seis tipos aqui destacados, uma vez que partem de diferentes critérios. Não se pretende que a classificação apresentada seja a melhor ou a que definitivamente dê conta do tipo de trabalhador da *plantation,* mas, para os fins deste trabalho, parece sa-

tisfatória, na medida que é adequada às distinções encontradas entre os trabalhadores.

Os tipos inventariados nem sempre, ou melhor, quase nunca, coexistem. Em certas áreas verifica-se a presença de uns e a ausência de outros. Por exemplo: o trabalhador residente no engenho sem obrigações definidas é mais encontrado em áreas onde o processo de formalização das relações de trabalho está mais avançado, através da assinatura das carteiras profissionais. Nessas áreas, há uma resistência dos patrões a registrarem os filhos dos trabalhadores, pois isso implica em uma série de obrigações, decorrentes das leis trabalhistas. Onde esse processo está apenas se iniciando, não se pode falar desta categoria, pois grande parte dos trabalhadores não é sequer fichada. O pequeno proprietário, naturalmente, só aparece nas áreas onde há pequena propriedade. Em áreas onde não existe a pequena propriedade, é freqüentemente substituído pelo "corumba".

Os tipos de trabalhadores que se encontrariam em toda a Zona da Mata seriam o morador e o "trabalhador da rua", que constituem a parcela mais significativa da força de trabalho ocupada na produção de cana de açúcar. Hoje se pode afirmar que o contingente de moradores é maior e mais importante dentro do processo produtivo, mas a tendência [1] é que o contingente de "trabalhadores da rua" venha a superar o de moradores em conseqüência do processo, ainda em andamento, de expulsão dos trabalhadores das propriedades, da política de não estabelecer relações formalizadas de trabalho com filhos de moradores ou moradores expulsos de outros engenhos. O "trabalhador da rua", por ser uma mão de obra mais barata, uma vez que não está sujeita à legislação trabalhista, vem sendo utilizado atualmente, durante todo o ano, muitas vezes "tirando o trabalho do próprio morador. [2]

* * *

Neste trabalho procuraremos analisar as representações dos moradores apenas. As limitações decorrentes de se tratar de uma tese de mestrado obrigaram a restringir o objeto de estudo. Optamos pelo

---

[1] Tendência verificada não somente nessa área mas também em regiões agrícolas do sul do país (São Paulo e Paraná).

[2] A maioria dos trabalhos agrícolas da *plantation* açucareira são pagos por produção. Se o morador não tem trabalho porque o serviço está sendo feito por um "trabalhador da rua", não recebe nada. No passado, o proprietário só mobilizava trabalhadores de fora do engenho nos períodos de corte de cana, quando há necessidade de muitos braços. Atualmente, os trabalhadores de fora são convocados durante todo o ano.

morador por ser a categoria mais importante da força de trabalho ocupada na produção da *plantation*.

Começaremos por mostrar como os moradores se definem e como classificam os outros personagens do engenho, com os quais entram em relação em função de sua posição no processo produtivo. Faremos isto a partir do discurso do morador, i.é., da maneira como ele descreve verbalmente sua própria experiência. A classificação e as categorias que se seguem pertencem aos moradores.

O morador se define sempre como morador. Eventualmente ele pode se classificar como trabalhador rural, mas o que o distingue é o fato dele se considerar e ser considerado pelos proprietários como um morador. As outras categorias também se definem tendo como ponto de referência o morador.

Ser morador significa, em primeiro lugar, morar numa propropriedade. Um morador é sempre morador do engenho tal, de seu Fulano. Seu vínculo é com o estabelecimento onde reside e com o proprietário deste estabelecimento. O morador é aquele que tem obrigação de dar serviço na terra do patrão, o qual pode recrutá-lo a qualquer momento para fazer qualquer serviço. Por este serviço o morador recebe um salário que, embora definido por lei, é pago segundo as conveniências do patrão e se o patrão quiser, assim como os outros direitos, como férias, 13.º (10.º) e o "remunerado". Teoricamente ele não pode trabalhar em outro estabelecimento e quando o faz é escondido.

É desta forma que ele vê sua condição atual de morador, mas, idealmente, acha que morador deveria implicar também em sítio para plantar dentro da propriedade, em trabalho assegurado para os filhos, em trabalho permanente para os pais de família, escola, pagamento de enterro e assistência médica. Essa imagem, num certo sentido, coincide com a idealização do que seria a situação do morador tradicional.

O "morador" é o "povo de casa", o "povo da fazenda". Além dele existe também um outro tipo de trabalhador que o proprietário chama para executar os serviços do campo: é o "povo de fora" ou "povo clandestino", ou "povo do empreiteiro", que "não é obrigado que nem o morador", "que trabalha onde quiser", "que não tem carteira assinada, nem ficha sindical".

Dentro desta categoria dos "de fora" são incluídos:

— o povo da rua — "aquele povo que já foi botado para fora, que eles tiraram as contas" [os moradores expulsos dos engenhos]; "é gente que às vezes não tem onde trabalhar, que vive por aqui

e por acolá, procurando um dia de trabalho. Aí, quando bate a safra, eles se viram para onde achar melhor".

— o povo dos agrestes — "que vivem nos agrestes, têm aquelas plantações deles e que quando chega o tempo de verão descem para o sul para fazer um lanche, enquanto a lavoura deles não chega para comer". Segundo os moradores, está diminuindo o número de trabalhadores que vinham do agreste, por causa do empreiteiro.

— os do próprio engenho do morador, que não são fichados e que trabalham com o empreiteiro.

— os de outros engenhos que vêm trabalhar no engenho dele morador.

— "os que têm terra para plantar, mas que não têm como se mover com as posses deles, têm que procurar dinheiro para comer".

Diante do "povo de fora", o morador tem uma posição ambígua. De um lado ele vê o "povo de fora" como concorrente. Nesse contexto o "trabalhador da rua" é visto como tendo oportunidade de fazer os melhores serviços, porque trabalha com o empreiteiro — e o patrão prefere o empreiteiro porque é mais econômico —, enquanto que ele morador, pega os piores serviços, ou então não recebe serviço, pois o patrão dá tudo para o empreiteiro. Ele é considerado mais livre, no sentido de que não está preso a um determinado estabelecimento, seja a usina ou o engenho, e como tendo uma vida melhor, porque para ele o "trabalhador da rua" ganha mais, na medida que não é obrigado a pagar os "direitos", i.é., o INPS e o sindicato.

Esta é a visão do morador:

"O povo de fora chega hoje, está na limpa da cana. Chega, o mato está ruim de limpar. Ele espia, não dá para ele ganhar, ele dá no pé, vai procurar onde tem mais melhor para ganhar. Os da terra não tem para onde ir. Tem que ir comer ali mesmo. Do mesmo jeito é no corte. Quando é uma caninha boa, é gente de fazer agonia. Quando bate numa cana ruim que levou mau trato de limpa, o mato está castigando ela, às vezes a maliça, esse negócio aí... Eles, quando bate num lugar desses, eles também arriba. O morador é quem vai cortar. Sempre foi desse jeito".

"Porque é o seguinte. O administrador faz o seguinte: tem uma parte de cana boa, ele não deixa de dar aquele povo, para o impeleiteiro [empreiteiro]. Porque o povo da fazenda tem direito ao 13.º mês, tem direito aos feriados, direito a férias remuneradas... E aquele povo clandestino não tem direito a nada, né, não paga. Então é melhor para eles, a condição de vida para eles é melhor não é, de qualquer maneira é melhor. Porque aquele povo não paga

nada, trabalha ali avulso, né. Então eles [os patrões] pega aquela área de cana boa e dá a eles."

"Esse ano, esse ano que passou-se, essa safra, chegava lá dois caminhões de gente por dia, tudo de fora, para cortar cana. Agora muita gente de engenho achava muito ruim por causa disso, porque o homem lá fazia assim: botava uma faixa de cana boa, botava os impeleiteiro para cortar por cento. E a gente saía cortando por tonelada. Agora, o cortador deles ia cortando, cortando, cortando, cortando, e quando dava na área fraca, ele [o homem] retirava aquele povo de fora e botava o povo da fazenda para cortar por tonelada."

Na lógica do morador, ele está em primeiro lugar na hierarquia da concessão dos serviços, pois tem "obrigação com a casa" (o engenho), enquanto que os de fora "não tem obrigação, não são fichados". "*Como é que pode acabar com os moradores fixos do lugar* promode dar o pão a outros que não pertencem à casa?"

Essa visão do povo de fora como vivendo melhores condições, em função da não obrigação com a casa e de uma maior mobilidade para procurar um lugar onde o serviço "dê mais", parece também remeter a visão idealizada do que seria a condição do morador no passado.

No entanto, existe um outro contexto, dentro do discurso do morador, onde o "povo de fora" — sobretudo os da "rua" — é visto como passando as maiores privações. Quando o morador se refere ao processo de expulsão dos moradores dos engenhos e que vê na rua uma ameaça para a "segurança" que representa o engenho, em termos de trabalho, casa de graça, água, lenha,terra para plantar, é que ele tem uma outra visão da situação do "trabalhador da rua":

"O negócio do homem é botar para fora. Vem um homem do Recife, dono de uma empresa, compra uma fazenda, joga os moradores para fora e cria gado. Aí os moradores vão morrer de fome na rua, morrer de fome na linha."

"(...) porque para me deslocar para a cidade, prá quem é pobre, é matar no braço. Porque que arranjasse um milhão ou dois, digamos, né? E vou para a cidade comprar uma casa. Aí compro um rancho de casa por 600 contos, né. Seu A..., é o que está custando agora aí em S... O..., não é?

I': É.

> I: Ele comprou aquele chão de casa, entrou ali para dentro daquela casa, para trabalhar em engenho. Porque ele não tem dinheiro para usar em negócio. Aí voltou para trabalhar no engenho. Carregar lenha nas costas lá no engenho, porque ele não pode comprar lenha na rua. Ele na rua ele compra água,

ele vai comprar ou lenha ou carvão, né, paga luz. E apesar de lá no engenho não está pagando nada disso, não é, lá no sítio, lá na roça, não está pagando nada disso.

Viver na rua, segundo eles, só dá certo para quem tem um negócio, como uma venda ou dinheiro para viver negociando na feira. Como o morador não dispõe de reservas para isso, a ida para a 'rua' representa uma queda, em termos econômicos e sociais. Daí que freqüentemente utilizem a expressão "cair na rua", "ser jogado na rua". A impressão que se tem é que o morador teme mais a perda da segurança, do que propriamente a perspectiva de falta de trabalho. No engenho ele não paga água, nem lenha, e pode sempre plantar uma coisa no fundo do quintal. A rua para ele é o último recurso.

Essa visão da "rua" é partilhada e alimentada pelas lideranças sindicais que enfatizam muito o problema da queda na rua. Para os líderes sindicais, o morador quando vai para a rua certamente acabará morrendo de fome, com os filhos roubando para comer e as filhas se prostituindo.

O que se poderia concluir daí é que, para o morador, a situação do "povo de fora" é vista com sinal positivo quando esses trabalhadores concorrem como mão de obra. Quando a expulsão se coloca como uma possibilidade, a avaliação do povo da rua é invertida.

Poderia se supor que o morador vê no povo de fora um inimigo. Isso não ocorre, uma vez que, embora ele se sinta lesado pelo fato de o trabalho estar sendo dado ao "povo de fora" e não a ele, a carga é dirigida contra os patrões.

Dentro do engenho o morador distingue como categorias, situadas mais ou menos no mesmo plano, ele, morador, e o "povo de fora". Em termos do que se chamaria aqui a hierarquia do engenho, o morador distingue:

1) o patrão
2) os empregados
3) o barraqueiro
4) o cabo e empreiteiro.

Trataremos primeiro das duas categorias, que na realidade podem ser englobadas, na perspectiva do morador, em apenas uma: a categoria dos "homens". Há uma variação das figuras que são enquadradas nessa categoria, em função do tipo de estabelecimento a que o morador esteja vinculado: engenho particular, engenho da usina administrado pela usina, engenho de usina sob intervenção

Categorias	Engenho particular	Engenho de Usina arrendado	Engenho de Usina	Engo. particular arrendado	Engo. de Usina sob intervenção
Patrão	Senhor de engenho	"rendeiro" "empresa"	"usineiro" "empresa"	"rendeiro"	"empresa" "Governo"
Empregado	Administrador	Administrador	capitão chefe de campo empreg. do escr. administrador e fiscal	Administrador	Administrador

do Governo, engenho de usina arrendado a um terceiro, engenho particular arrendado a um terceiro.

O morador considera sempre o tipo de engenho ao qual está vinculado como sendo o pior e idealiza os outros tipos ou os engenhos de outros moradores.[3] Em geral, o engenho arrendado é considerado o pior de todos e o rendeiro[4] uma das figuras mais temidas e odiadas: "Cada um rendeiro que chega é uma estica". Para eles, o rendeiro é um homem que só tem aquilo, i.e., o engenho, para viver, então joga uma "estica" em cima do trabalhador para enriquecer. O usineiro, assim como o senhor de engenho tradicional, teriam outras alternativas.

Os "homens" são os proprietários ou os patrões e seus empregados. A expressão "os homens" é muito específica e empregada apenas para se referir a patrões e empregados. Quando um morador fala dos homens os outros já sabem a quem ele se refere.

---

3 É interessante contrapor a esta visão do morador a visão do proprietário que considera sempre seu engenho ou sua usina como sendo a melhor de todas. A lógica é a mesma, apenas o sinal aparece trocado.

4 O rendeiro é uma categoria recente, cujo aparecimento coincide com o início da expulsão dos moradores dos engenhos, provavelmente em conseqüência da tendência das usinas de se desobrigarem de alguns engenhos e se concentrarem mais na parte industrial, diminuindo a responsabilidade direta sobre a parte agrícola. O rendeiro também surge em áreas onde os senhores de engenho abandonam suas propriedades para se dedicarem a outras atividades e as arrendam a um terceiro, que não seria tradicionalmente um membro da "aristocracia rural", mas pode ser um profissional liberal ou um ex-empregado da usina. Existe referência na literatura sobre a *plantation* pernambucana à presença do rendeiro em outros períodos (Gileno de Carli: 1942). Mas, na representação dos moradores a figura é recente.

Os homens estão de um lado e os trabalhadores de outro. Os homens são contra os trabalhadores e tem raiva deles. Os homens querem se enriquecer às custas dos trabalhadores, roubando nos serviços e no pagamento do salário. Os homens querem comer sozinhos e que os moradores morram de fome, à míngua. Os homens não querem saber dos trabalhadores, só na hora do aperto, quando tem muita cana para cortar, quando pegou fogo no canavial, quando os carros da usina vem buscar a cana. Os homens querem tirar tudo que é do trabalhador, não apenas seu salário, mas também o seu sítio.

Os homens tem todo o poder e toda a riqueza. Ninguém pode com os homens. Nem o sindicato, porque os homens embromam o sindicato e o sindicato não pode ficar o tempo todo vigiando o que os homens fazem. Nem a justiça, porque os homens não pagam o que a justiça manda ou sequer comparecem às audiências. Nem o Governo, porque os homens não cumprem as ordens do Governo de pagamento de salário, preservação de rios e matas, concessão de sítios.

Diante destes "homens" onipotentes, os moradores só vêem um recurso: "as leis".[5] "Os patrões querem ir para um lado e os trabalhadores para outro. Um vai ter que ganhar. Agora, as leis estão aí para amparar o trabalhador."

Com os homens é preciso ter calma e não perder a paciência, quando a raiva provocada pela fome sobe à cabeça. O recurso disponível sendo as leis e o Sindicato sendo o representante legal dos trabalhadores, o morador vê no Sindicato um meio de fazer cumprir a lei, através da justiça e da fiscalização dos serviços nos engenhos. Para os moradores mais tradicionais, enfrentar individualmente o patrão seria o único recurso.[6] O morador que tem conhecimento do que seja sindicato e do que lhe faculta a lei acredita que vale a pena usar a justiça para enfrentar o patrão. Os moradores mais velhos, habituados durante anos com apenas o padrão de relação definido pelo patrão, considerado "fora de leis" pelos moradores mais jovens, recorrem ao sindicato e à justiça, mas são mais pessimistas e crêem que não vale a pena ter questão com rico porque o rico sempre ganha. Para esses moradores mais velhos, foram eles, moradores, que fizeram com que a situação mudasse: "Foi a pobreza que estragou a riqueza", dizem eles para dar conta das alterações, referindo-se aos tempos de Arraes.

---

[5] Referência à legislação contida no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra.

[6] Até hoje, enfrentar o patrão nessas condições é um grande valor.

De um lado a visão que o morador tem do patrão é muito negativa:

"Toda a vida a usina foi ruim para o trabalhador. Toda a vida ela foi esse espeto."

"Toda a vida a usina foi negativa para o trabalhador. Toda a vida foi negativa. E ainda hoje é negativa, porque ela está pagando os direitos, mas é negativa."

"Porque os homens só querem causar barulho para o trabalhador morrer de fome. Os empregados só botam para o camarada morrer de fome".

"Porque eu vou dizer à senhora: negócio de administrador fiscal e empregado da Usina X eu estou achando que é um pelo outro, sabe? Mas tem uns pior do que os outros, porque tem uns que deixa o pobre ao menos no dia de compra comprar ao menos uma quartinha de leite para as crianças. E aquele [o pior] não deixa, aquele só quer comer só. Porque o outro [o antigo administrador] não é bom, que nem eu estou dizendo, não tem empregado bom. Todos eles têm que fazer para matar os trabalhadores, mas tem uns que têm pena ao menos".

"Aos poucos eu fui tomando nota que os homens só queria comer o que era meu mesmo".

"Só quem tem direito de comer são os homens."

A relação que o morador vive hoje com os homens é sempre a pior possível: "Do jeito que os homens estão fazendo não pode continuar". "No linhamento que vai é para morrer de fome".

Mas, se poderia dizer que essa representação dos homens é ambígua. Em primeiro lugar, porque os trabalhadores idealizam os patrões de "antes dos direitos", época, segundo eles, que os homens tomaram "uma raiva" dos moradores. Em segundo lugar, porque eles continuam esperando coisas dos homens de hoje, que os patrões do passado idealizados dariam. Em terceiro lugar, na medida que, embora sempre generalizem a situação particular deles, como sendo de outros moradores do seu próprio engenho ou de outros, os moradores poupam os "homens" de outros moradores; ou, o que equivale à mesma coisa, poupam o próprio patrão se ele está permanentemente ausente. Assim, o morador do engenho de rendeiro acha que os "homens" da usina são melhores; o morador de engenho de usina acha que os "homens" do engenho onde houve intervenção do Governo são melhores; o morador do engenho onde houve intervenção do Governo acha que os "homens" do Governo são piores do que o patrão que saiu da usina falido.

Abaixo dos "homens" está o barraqueiro que é o responsável pelo barracão.[7] Todo morador tem "horror" ao barracão, onde ele se sente, de fato, embora não formalmente, obrigado a comprar, na medida que não tem condições de ir à cidade no meio da semana para fazer suas compras e, mais do que isso, não tem dinheiro para pagar à vista. O morador se abastece na feira da cidade e no barracão: ele "feira" na cidade e "feira" no barracão. Todo morador, sempre que pode, procura guardar algum dinheiro para ir à feira da cidade no fim de semana, para pelo menos comprar a farinha, base de sua alimentação.[8] Esse dinheiro para "amenizar" o barracão, ele tenta obter ou passando "privação" ou através de suas atividades subsidiárias, como o roçado, a venda de produtos na feira, o ofício de barbeiro, de artesão, etc. Os próprios moradores distinguem entre aqueles que ainda compram na feira e os que "tem que se acabar no barracão mesmo", porque não podem ir à feira.

O morador representa o barracão como uma exploração[9] por causa do preço das mercadorias, sempre superior ao do comércio, e baixa qualidade destas mercadorias. O mecanismo descrito por eles é o seguinte:

"O preço da farinha agora no comércio, a mais barata que tem é 5 mil, não é? Até no domingo deu quatro mil, a mais barata. Ele [o barraqueiro] compra daquela mais barata, de 5 mil, dois ou três sacos, ou quatro, o que ele puder, né, conforme o barracão, conforme o consumo do barracão. Mas ele vai vender no preço do mercado. Se no mercado estiver custando a farinha boa, no mercado, por 10 mil, ele vende [a mais barata] por 10 mil".

"O barracão é o seguinte: aqui na rua está se comprando um

---

[7] O barracão é uma espécie de armazém dentro da propriedade, que no passado pertencia ao proprietário e hoje é arrendado a terceiros, geralmente uma pessoa de confiança do patrão. O barracão vende gêneros alimentícios, por um preço superior ao do comércio local, e o faz a "crédito", i.e., o trabalhador vai comprando o que precisa durante a semana, e no dia de pagamento o barraqueiro desconta o que comprou, ao lhe dar o salário. É o barraqueiro que faz o pagamento nos engenhos. O barraqueiro também empresta dinheiro. É no barracão que os moradores se reúnem no fim do dia para tomar cachaça ou simplesmente ficar conversando. Em épocas de crise da *plantation*, o proprietário suspendia a circulação da moeda no engenho e pagava os trabalhadores em vales descontáveis apenas no barracão. Ainda hoje existe esta prática, mas parece que em menor escala do que no passado. Mintz (1966: 349) se refere ao mesmo sistema em Porto Rico.

[8] O morador tem uma relação especial com a farinha: ela deve ou ser produzida por ele, ou adquirida no comércio. Comprar farinha no barracão, porque não pode fazê-lo na feira, é sinal de grande privação.

[9] Os mais exaltados falam em "massacre".

quilo de carque da boa por Cr$ 4,50. Lá no barracão é Cr$ 5,00. Numa mercadoria só tem Cr$ 0,50. E é assim com outras mercadorias, sempre é mais caro do que no comércio."

Durante a semana eles vão retirando as mercadorias, à medida que tem necessidade. Dependendo do barraqueiro, eles retiram ou não, pois o barraqueiro pode se recusar a vender antes de saber se o morador trabalhou o suficiente para gastar aquela quantia ou então não vender se sua conta estiver muito alta. Quando chega no fim da semana, o trabalhador se apresenta no barracão para receber a semana, e lá o barraqueiro vê quanto ganhou, quanto gastou, faz a conta e entrega ao morador o que sobra. Como na maioria das vezes ele não tem o que retirar, o que ocorre é o seguinte:

"E no dia sábado ele só vai mesmo dar as caras para receber um grito, porque a usina exige todo trabalhador se apresentar no dia de sábado. Aí volta [recebe] mil cruzeiros. O trabalhador ia receber, agora aquilo [o que ele ia receber] já sendo do barraqueiro, que ele bota, sabe. Ele bota na conta do trabalhador para ele pagar".

"Não tem quem tire um tostão, não vê um tostão".

O morador teme ficar endividado no barracão, embora isso seja quase sempre inevitável:

"E se a pessoa fica devendo, porventura fica devendo hoje 5 cruzeiros. Da semana que vem em diante ele não se salva mais. Em lugar de diminuir vai aumentando e a pessoa fica sem feira. E a gente trabalha no campo, mas tem tempo, se for possível, de passar privação, promode não comprar no barracão. Porque se ficar restando, não paga mais. É isso o medo do barracão, do pessoal que trabalha no campo é isso, porque o barracão mata muito. Quem fica devendo é trabalhando e ele vendendo aquela mercadoria. O tanto que ele queira vender e a pessoa trabalha sem receber, que nem pessoa que é cativa. É só trabalhar para aquela pessoa e não ter direito a nada".

"Comprar no barracão é para ficar devendo. Se junta a fazenda com o barraqueiro é para imprensar o trabalhador. Começa a comprar no barracão por necessidade e agora está preso".

Embora o barracão seja vivido como uma forma de exploração, o que explora, no caso, é mais a instituição barracão, do que propriamente o barraqueiro. Daí que, do ponto de vista do morador, o "barraqueiro" constitua uma outra categoria distinta da dos "homens". Para ele, o barraqueiro é o homem que arrenda um barracão e compra mercadoria para vender ao povo. Geralmente é considerado uma pessoa ligada ao patrão. Se o morador vê no barraqueiro um ladrão, porque cobra mais caro pelos produtos, considera que

ser ladrão, no caso, é necessário: "O barraqueiro nunca deixou de roubar não, porque a riqueza do barraqueiro só está em roubar. Só está em roubar. Se não roubar, não se levanta de jeito nenhum".

Dentro da classificação dos moradores, o barraqueiro constituiria uma categoria ambígua, sendo esta ambigüidade de qualidade diferente da dos homens. De um lado, ele é empregado do patrão e rouba no preço da mercadoria, mas faz isso porque tem que ganhar. Diz a lógica do morador: "Porque o barraqueiro tira ali para dar para o engenho, quer tirar a porcentagem dele, porque ele quer ganhar. Ele também tem a família dele para dar de comer e às vezes só vive dali". Esse tipo de justificativa de comportamento nunca surge quando se trata dos "homens", que exploram porque têm "uma raiva" do trabalhador.

Por outro lado, o barraqueiro também depende, num certo sentido, do proprietário, assim como o morador, não só porque o patrão financia o barracão, mas também porque se o patrão não paga aos moradores, perdem os moradores e também o barraqueiro. Talvez por isso se tenha encontrado alguns casos em que os barraqueiros se colocam ao lado dos moradores, que vão buscar apoio neles para sua luta contra o patrão.

O morador aceita com mais facilidade um não do barraqueiro, uma recusa em despachar a mercadoria ou emprestar dinheiro, do que um não dos "homens", na medida que percebe o barraqueiro como também vulnerável.

O relato que se reproduz abaixo parece ilustrar a idéia que se tenta veicular aqui de que o barraqueiro é uma categoria ambivalente, a meio caminho entre o morador e os "homens", uma espécie de mediador, ao lado dos moradores, às vezes inclusive em virtude de sua origem social de ex-morador, e ao lado dos patrões:

"Então fazia a história, que nem um barraqueiro de C... disse prá mim: tinha uma mochila feita de pano na prateleira com dois cordão. Ele disse a mim, disse. Foi em 60-64. Seu J.S. disse a mim, disse: 'Vocês tenham cuidado na mente de vocês, porque aquele imborná está seco ali, mas não vou botar na cabeça de vocês não é com milho não, é com areia. O sr. compreendeu o dizer dele?

— Não.

O barraqueiro mostrou-me um imborná como se fosse botar na cabeça de um jumento para comer milho. O imborná está lá na prateleira, feito de pano. Ele disse: 'Tá vendo, aquele imborná ali? Vocês tenham cuidado nele que eu vou botar ele na cabeça de você, mas não é com milho não, é com areia.' Que se fosse com milho era boa coisa né? O burro quando sai do capim, que entra pro

milho... O gente, prá ele é uma festa né? Que venha a ser um imborná de milho. Quer dizer que o imborná com areia é ele botar e não despachar ninguém.

Se está devendo. Ele sabe que o trabalhador está fichado na empresa, no engenho ou na empresa, não pode sair para outro engenho, nem sequer para ganhar fora, porque é fora de leis. Aí adiantou-se muito na conta, fêz o serviço e não deu para ganhar, ou por uma doença, um caso de doença. Aí ele disse: você já está devendo 20 contos, 20 mil cruzeiros, uma hipótese, e eu não posso despachar mais não. Que isso aqui é meu e eu não vou dar o que é meu a você não. Parece que ele tem razão não é? Ele tem razão. Mas o trabalhador também teve razão que o trabalhador estava doente, pegou o serviço, mas não deu para ganhar. Também teve razão. Aí ele corta e não despacha. Se ele quiser trabalhar, vai trabalhar com fome. Olha, o que se chama encher o imborná com areia, que ele quer botar na cabeça do trabalhador".

Em último lugar na hierarquia do engenho figura o cabo, que é quem executa as ordens do administrador no campo. O cabo lida diretamente com os trabalhadores [10] no campo, sob a orientação do administrador. Em geral é um ex-morador "mais jeitoso", como dizem os patrões, que pode retornar à condição de morador a qualquer momento, assim como ascender na hierarquia e se tornar administrador.

O morador distingue o cabo e acha que ele tem uma situação melhor do que a sua, porque recebe um salário fixo. Enquanto que ele, morador, só ganha se trabalhar, o cabo ganha de qualquer jeito: "se trabalhar e se esforçar, ele ganha. Se não se esforçar ganha também".

Assim como o barraqueiro, embora em menor escala, o cabo é sempre considerado um ladrão, porque rouba na medição das áreas, na contagem dos feixes de cana e no peso da cana. Mas, como no caso do barraqueiro, o morador justifica o roubo, porque se não roubar não continua cabo. Além do mais, o cabo é muitas vezes visto como o "pobre do cabo", que vive vigiado pelo administrador:

"O cabo mede roubando, pulando a braça [11] e o administrador tomando conta dele para ele não dar uma braça para o trabalhador. Quer dizer, o administrador não fica na estrada não, ele vai tomar

---

[10] Sua principal função é indicar o trabalho que cada morador vai executar, controlar a sua produção, uma vez terminado o serviço, e apontá-la num caderno que é entregue ao administrador e segundo o qual será feito o pagamento.

[11] Braça é a unidade de medição: mede um metro e 10 cm.

conta dele. O pobre do cabo, já com medo de perder a bolacha, aí mede roubando. Já mede roubando, já com medo dos empregados, do administrador. Quando ele mede uma [braça] de 110, tem 120, 130, viu, e pela safra é a balança cortada.[12] Quando ele pesa um feixe de cana de 8 quilos, viu, aquele feixe de cana tem 12 quilos, 3 quilos e meio ou quatro a balança comeu com o concurso do cabo. Porque ele [o cabo] que eles [os homens] dão 5 mil por tonelada, por tonelada não, de gorjeta. Sempre que dê aquela cota no fim de semana[13] ele ganha. E se ele não fizer, não dá não, se ele quebrar não dá não. Ele prá ganhar mais aqueles 5 mil aí avança no trabalho do trabalhador, do companheiro, do trabalhador para a usina.

Para o morador que já tenha exercido a função de cabo, a categoria implica em roubar para o patrão. Nesses casos, os moradores, que deixaram de ser cabo, afirmavam que não valia a pena se arriscar a se desentender com os companheiros.

Numa mesma categoria com o cabo, em termos da forma como o morador vive a relação, se enquadra o empreiteiro, também geralmente um ex-morador, que vive no engenho ou na rua, que assume a responsabilidade por uma determinada área de campo, para executar uma determinada tarefa. O empreiteiro recruta os trabalhadores e paga a eles menos do que o salário mínimo.

Embora, por definição, o morador não se relacione com o empreiteiro, alguns moradores já trabalharam com empreiteiro ou têm parentes e amigos que trabalham com empreiteiro. No engenho em que trabalham já deve ter passado um empreiteiro. Por isso, no discurso do morador a respeito de sua prática econômica sempre surge a figura do empreiteiro.

O empreiteiro, assim como o cabo, paga menos aos seus trabalhadores, mas também ele tem que ganhar e só pode fazê-lo ou aumentando as tarefas, ou diminuindo o salário. Às vezes o patrão não paga a ele o combinado.

---

12 Referência a uma balança adulterada pelos cabos, para nunca exceder um determinado peso.

13 Cota aí é uma referência à produção definida, no caso pela usina, para cada engenho. Este é um recurso da usina que, na falta de capital de giro, precisa distribuir o serviço pelos engenhos, reduzindo às vezes a quantidade de cana a ser cortada, para não onerar a folha de pagamento. O "roubo" de certa forma é institucionalizado pela exigência de que a cana pesada no tombo tenha o mesmo peso quando chegar à balança da usina, o que é absolutamente impossível, não só porque a cana vai perdendo a sacarose, e portanto peso, desde o momento que é cortada — e às vezes leva mais de 24 horas para ser transportada — mas também porque muita cana se perde no transporte, no lombo do burro, até a estrada, e depois no caminhão ou vagão do trem. E o cabo é responsável caso não haja coincidência.

Tanto o cabo, quanto o empreiteiro, não seriam respectivamente responsáveis pela privação dos moradores e dos "trabalhadores da rua". Eles mesmo, na perspectiva de moradores que já ocuparam essas funções, às vezes saem perdendo porque os patrões não acertam o dinheiro conforme o combinado e eles ficam "com a cara prá riba" perante o povo que empreitaram. "Melhor é ganhar pelo braço", dizem, alegando que como morador podem viver melhor.

Nesse sentido, se poderia situar cabo e empreiteiro numa categoria também ambígua dentro da classificação dos moradores. O morador vive sua relação com eles como uma relação de exploração, mas "compreende" (no sentido weberiano) o seu modo de agir.

Comparando com a categoria barraqueiro, a categoria cabo/empreiteiro, embora também ambígua, seria mais próxima do morador.

Essa classificação apresentada seria a forma como os moradores reconhecem socialmente os diferentes "personagens" da *plantation*, esse reconhecimento se dando sob a forma de categorias. O princípio que informa essa classificação, pelo que se pode apreender a posteriori [14] é a maneira como o morador vive sua relação com cada um destes personagens. E é o modo como o morador vive sua relação com o patrão que dá o modo do morador viver a relação com cada um dos personagens.

O morador classifica os "personagens" de acordo com a maneira como ele vive a relação com o patrão, situando-os mais ou menos próximos a ele morador. Como ele vive a relação com o patrão como uma relação de oposição, a qual é mediada por uma certa "ambigüidade", todas as outras categorias o morador vai opor a ele e em relação a todas elas vai apresentar um certo grau de ambigüidade. E isso sendo verificável não apenas em termos de hierarquia do engenho, como também nas categorias que o morador situa no mesmo nível que ele.

Assim, teríamos fundamentalmente uma relação que é a relação morador/proprietário e uma maneira de vivê-la, por parte do morador, que informaria todas as outras relações servindo como ponto de referência e como indicador. Em outras palavras, se poderia dizer que o morador reconhece socialmente categorias a partir de sua relação com o patrão.

O que chama a atenção nessa classificação é que seu ponto de referência são as relações que o morador estabelece no nível econômico, o qual, se poderia dizer, fornece o modelo para as categorias.

---

[14] Sobre o princípio da classificação só podendo ser apreendido a posteriori cf. Lévi-Strauss, 1962: 79.

A Prática Econômica

Se tomarmos a prática econômica de um determinado agente social como a atividade produtiva que exerce em virtude da sua posição no sistema de relações de produção, a prática econômica do trabalhador rural da *plantation* açucareira é aquela que ele exerce na condição de suporte do Trabalho, quando vende sua força de trabalho ao proprietário territorial.

Como trabalhador, entra em relação com os meios de produção e com o não-trabalhador, o proprietário dos meios de produção, que se apropria de seu trabalho.

No momento em que se propõe aqui investigar o discurso ideológico do morador a respeito de sua prática econômica, o interesse consiste em verificar como ele representa sua condição de trabalhador e as relações decorrentes de sua posição na produção. E o que se constatou nessa tentativa foi que o discurso ideológico do trabalhador sobre sua prática econômica é centrado na relação com o não-trabalhador. Essa é a formulação que será desenvolvida neste capítulo.

* * *

Se, de um ponto de vista mais abrangente, o trabalhador residente no engenho se classifica socialmente como morador, no nível da prática econômica propriamente dita ele se define como um "trabalhador braçal", em oposição aos empregados.

Segundo a perspectiva do morador, dentro do engenho, só ele e, naturalmente, os de fora, é que trabalham. O morador trabalha, mas os empregados e os "homens" não trabalham. Quem vive na cidade não trabalha. Trabalho para o morador é o que ele executa na terra do patrão e no seu próprio roçado, onde planta para sua subsistência. Uma série de atividades subsidiárias, como a caça, a pesca, a venda de produtos na feira, o artesanato, ou atividades

ligadas a serviços, o morador exclui da categoria trabalho. Estas outras atividades são consideradas complementares em relação ao trabalho e exercidas quando o morador não está "trabalhando".

A exclusão das atividades subsidiárias da categoria trabalho se expressa no nível da terminologia. É muito comum encontrar este tipo de formulação: "quando não estou trabalhando no do patrão, estou trabalhando no meu. Quando não estou trabalhando nem no meu nem no do patrão, vou vender alguma coisa na feira." Se interrogado sobre o que faz quando não está trabalhando para o patrão, o morador responde que não trabalha e em seguida cita uma série de atividades que exerce nesses períodos. Um morador que também seja barbeiro ou pedreiro, não se vê como um trabalhador quando exerce essas atividades, mas sim como fazendo a sua "artezinha". A caça e a pesca, que para ele têm a mesma função que as outras atividades subsidiárias, diz que as pratica quando não trabalha.

A nosso ver, esta exclusão indica que o morador, no plano das representações, só reconhece como trabalho aquelas atividades que contribuem direta e efetivamente para a sua reprodução como força de trabalho

* * *

Quando o morador fala de seu trabalho na *plantation*, o seu ponto de referência é a relação com o patrão. Ele vive o trabalho como uma relação com o proprietário exclusivamente. Isso significa que ele não vive a prática econômica como uma relação também com o objeto de trabalho e com o meio de trabalho. Daí que seu discurso se caracterize por uma ausência de representações a respeito do trabalho propriamente dito e da sua condição de trabalhador.

O trabalhador, quando interrogado a respeito de sua prática econômica, expressa sua relação com o proprietário ou com os seus representantes imediatos, os empregados. Não se refere às dimensões da produção propriamente dita, nem à sua função de trabalhador. Quando se encontra este tipo de referência, ela é sempre secundária ao objeto principal do discurso, que é a relação com o proprietário.

Daí se poderia concluir que se trata de uma "incapacidade" do trabalhador de expressar sua atividade produtiva.[1] Entretanto,

---

[1] Este tipo de conclusão sobre a "incapacidade" de expressão das classes que ocupam a posição mais baixa na estrutura de classes é freqüente mesmo em análises que levam em consideração os perigos do etnocentrismo de classe. Cf. a este respeito Schatzmann e Strauss, 1955.

quando se trata de falar sobre a atividade subsidiária, o trabalhador é "capaz" de desenvolver um discurso rico em detalhes, sobretudo no caso do roçado, que ele também classifica como trabalho. Poderia ainda se argumentar que ele não reconhece na sua prática econômica dentro da *plantation* a sua principal fonte de recursos para a reprodução imediata. Isso também não ocorre, na medida em que considere seu trabalho na *plantation* como sua prática principal, através da qual vive e se define socialmente.

Porque mora na propriedade, o morador tem o compromisso de dar trabalho para o proprietário. O trabalho para ele, nos domínios do patrão, tem o sentido de "fazer salário" e é para isso que trabalha. "Fazer salário" não é receber qualquer remuneração em troca de trabalho, mas ganhar exatamente o mínimo da região, que é o salário "de leis". [2] Se o morador não consegue dar conta de um serviço, que equivale a uma diária do salário mínimo, e recebe então menos do que essa diária, ele diz que "perdeu salário".

"Fazer salário" depende dos homens e da vontade deles de deixar o trabalhador ganhar. Também depende do trabalhador, como será mostrado mais adiante. Agora, o salário que ele deve ganhar, isto é, a quantia, não depende do proprietário, mas sim do Governo, que o morador reconhece como o responsável pela fixação dos salários e pelos aumentos anuais. Como a questão principal para ele é conseguir "fazer salário" os seis dias da semana e ter direito ao repouso remunerado, o morador não questiona o valor em dinheiro do salário, se é suficiente ou não, porque a luta dele é por receber esse salário. Dentro desta lógica de um salário fixado fora dos limites da propriedade e que chegará ao morador pela mediação do proprietário, há todas as condições para uma idealização do Governo.

Como ele representa o trabalho como tendo o sentido de "fazer salário" e como isso depende do proprietário, toda a visão do morador a respeito de sua prática econômica vai se dar dentro destes limites.

Se se pede a um morador que descreva seu dia de trabalho, ele é incapaz de fazê-lo. Num primeiro momento, ele pode se confundir e entender que dia de trabalho é igual a dia de pagamento e começar a falar sobre a dia de pagamento. Mas, se há insistência, e ele se dispõe a falar, o que se verifica é uma grande lacuna. Invariavelmente a resposta que se obterá será deste tipo:

---

[2] Quando o morador se refere ao período anterior ao Estatuto do Trabalhador Rural, quando foi fixado um salário mínimo obrigatório para o trabalhador rural, ele diz que naquela época não havia salário, porque o patrão dava o que queria.

"Bem, a hora que eu me levanto né, bem cedo, eu vou assim, dou ração ao cavalo. E quando tomo café, eu só saio de 6:30. Quando eu fico para tomar café, eu tenho um garoto [filho] eu mando ele para a estrebaria para armar o cavalo. Aí eu vou-me embora pro serviço. Boto as ferramentas nas costas e vou-me embora. Quando é 11 horas, 11h30, meio-dia, depende da quantidade de serviço, aí eu volto para casa. Quando volto para casa, almoço, se eu já tiver tirado a conta, se eu tiver tirado, que não é todo dia. Se eu tiver tirado, às vezes eu vou campinar a bananeira, limpar a bananeirazinha, vou tratar dela, que eu tenho uns pés de banana, fraco, né, eu tenho umas bananazinha, não dá prá nada, mas dá pro gasto".

"É, eu... tem dias que eu me acordo de 5h30, tem dias que eu me acordo de seis horas. Sobre esse caso dos meus rins. Aí eu fico pensando: vou me levantar a pulso. Quando eu me levanto a esposa já tem feito o café e me acorda. Às vezes eu me acordo antes dela aprontar o café. Aí eu tomo o café. Bato a enxadinha e deixo a casa para trabalhar. Seis e coisinha eu saio para o trabalho. Quando o cabo sai eu acompanho com ele e nós vamos.

"P: E aí fica até que horas?

"No trabalho, no trabalho, eu trabalho até ... Conforme. Tem partes do serviço que a gente pega e quando é uma hora da tarde termina, tem dias que a gente acaba de meio-dia, tem dias que a gente acaba de 12 e meia. É assim, não tem bom horário não. É raro o dia, é raro o dia da gente acabar menos que meio-dia, é assim o trabalho".

"Meus trabalhos, minha hora com trabalho é interessante. Porque lá na minha casa mesmo, a minha esposa vive mais doente do que eu. Dia de eu me levantar às 4 horas da madrugada, cedo. Às vezes é ela que me acorda. Eu me levanto e vou cuidar da casa bem cedo. Faço meu café, faço o café dela. No dia que ela pode eu deixo o café para ela fazer. Quando ela não pode eu mesmo faço. Já deixo feito. Deixo no cantinho para ela. Saio de 6 horas. Saio de 6 horas, 5 horas. E tem dia de trabalhar até de noite. Quando o corte de cana é queimada ou quando a queimada é mais perto, já trbalhei até pela noite.

"P: Aí, o sr. sai de casa e faz o que? Sai para onde?

"Pro trabalho, deixo a mulher em casa e vou para o trabalho trabalhar. Agora que nem no ano passado mesmo eu saía de casa, tomava café, botava fogo na cana e saía de 8 horas pro trabalho, 8 horas da noite. Fazendo serão na cana. Chegava de manhã para tomar café. De manhãzinha chegava para tomar café. Às vezes nem vinha, a mulher estava melhor e me levava o almoço lá, o café.

Assim, em vez de café vinha café e almoço. Eu ia amarrar cana, trabalhava até mais ou menos 1 hora da tarde, 2h, 3h, às vezes 5 horas. E fazia um salário de 300 feixes de cana. A gente vive doente né, trabalhando mesmo cortando cana queimada. Recebe aquele sereno da noite todinha. Quando é no outro dia, a gente está mais enfadado do que se tivesse trabalhado durante o dia. Fazia 300 feixes de cana; 200 quilos de cana, 300. E voltava insatisfeito pra casa".

"Eu comecei de 6 e meia e larguei de 2 horas. Quer dizer, larguei de duas horas. E só ganhando um salário. Trabalhei eu e a mulher pra ganhar um salário. Eu e a mulher".

"Sai de manhã, bate a enxada e vai para o serviço. Chega lá, pega 10 com 10, 12 com 12, 11 com 11 [tamanho da conta], conforme a área de cana, conforme o mato. Quando dá para tirar, a gente tira, [a conta], quando não dá a gente vai no outro dia bem cedo e pega outra... Às vezes o serviço está muito ruim, que às vezes o patrão ainda exige que o camarada despalhe a cana, limpe o mato bem limpo, para não deixar mato pegado e a cana despalhada, toda limpinha. Às vezes, quando o mato está falho a gente tira cedo, de meio-dia, 12 e meia, meio dia assim a gente tira. E quando o mato está ruim, nós trabalha o dia assim até uma hora da tarde, duas horas, quando aguenta a fome, não sabe, porque às vezes o camarada sai de casa com um cafezinho forte sabe, trabalha até meio dia. Às vezes o camarada toma café, às vezes quando dá 11 horas a barriga está dizendo a hora de comer. Aí sabe como é, né. E quando não dá, às vezes a gente faz queixa, que não dá, que o serviço não está dando, que o serviço só dá para a gente tirar 10 com 10 e eles querem dar 11 com 11".

E assim as respostas se sucedem. Nunca se obteve de um trabalhador a descrição de seu trabalho. Este tipo de descrições só são fornecidas por administradores ou cabos ou então moradores que já foram cabos e pela liderança sindical, que está afastada da produção. Uma exceção seria feita para aqueles trabalhadores que, não estando ligados diretamente à produção da cana, como por exemplo o machadeiro, descrevem o seu trabalho; e também para aqueles que executam trabalhos que não estão sob o controle direto da hierarquia e cuja responsabilidade cabe ao próprio trabalhador, como o caso do arado, que é um trabalho executado pelo grupo familiar e "dirigido" pelo carreiro e pelo rabiscador.

Como o morador trabalha na terra do patrão para "fazer salário", os serviços são vistos por ele tendo como critério a possibilidade de ganhar a diária do salário mínimo. Em geral, os moradores consideram todos os serviços ruins. Mas os que dão possibilidade de

ganhar o salário, como o corte da cana que é por produção, e o enchimento de carro, também por produção, são avaliados positivamente, porque há incentivos para que o morador trabalhe mais, esse incentivo sendo a possibilidade de fazer mais do que o salário. [3]

A avaliação do morador depende muito do serviço que esteja fazendo no momento e que é sempre representado como sendo a fonte de suas privações, e é função das experiências passadas do morador com os diversos serviços. Também aí opera a lógica assinalada anteriormente, que consiste em opor a situação dele morador, no caso o serviço que está fazendo, considerado o pior, à situação dos outros, isto é, o serviço que os outros estão fazendo, que "deve" ser melhor.

Seria possível falar de um tipo de serviço que é quase unanimemente avaliado como o pior de todos: a limpa. A limpa consiste em tirar a palha da cana e limpar o mato que cresce entre as fileiras de cana, para facilitar o corte. É executada durante todo o ano, havendo em geral quatro limpas anuais. Embora muitos moradores considerem a limpa o pior serviço: Apesar, o que eu quero dizer à senhora que o serviço mais difícil que nós encontremos é limpar cana. O homem que limpa cana só quem protege ele é Jesus e mais ninguém", encontra-se avaliações diferentes da limpa, quando o trabalhador vem executando há muito tempo um outro tipo de serviço no qual tem dificuldade de fazer o salário: "Sempre a limpa é mais facilitosa que a cavagem [cavagem de sulco para o plantio] porque a limpa tem mais quando é num lugar que é mais ruim, num lugar que é mais pouco mato, a gente não bota tanta força que nem para cavar a cana. Quando é num lugar 'rim' [ruim] mesmo, tem lugares que é muito 'rim' também, a gente se esforça muito também".

De um ponto de vista estranho ao morador, a limpa poderia ser tida como um serviço melhor, mais simples e mais fácil, pois é um dos únicos que exige quase nenhuma qualificação, apenas força e alguma prática. Mas, como para o morador a relação que estabelece com o trabalho é a de fazer salário e como é na limpa que existe menos possibilidade de fazer salário, em virtude dos "roubos" na medição da área, "não há serviço pior que a limpa"... "Porque para entrar na palha da cana, carece de ter coragem. Tem lugar que eu morro de fome mas não entro. Tirar conta é um serviço muito ruim. Dos serviços do campo é o pior que tem".

---

3 Na produção da cana de açúcar é importante que determinadas plantas, já maduras, sejam cortadas com rapidez e que os feixes sejam logo transportados para a usina, daí o incentivo à produtividade.

Quando interrogado sobre qual o serviço que faz, o morador quase sempre responde que faz todos os serviços que os homens mandarem, mesmo que não faça, ou porque não saiba, ou porque ache que não tem condições físicas, ou porque os "homens" não lhe botam, o que é sempre o caso. Ele nunca se reconhece como um trabalhador qualificado. Isso talvez se explique, de um lado, porque esta é a visão dos proprietários e da própria legislação, uma vez que não há distinção entre "trabalhador rural", estando subentendido que teoricamente devem ser capazes de fazer todos os serviços. Esta representação dos proprietários se justifica na medida que necessitam poder manipular a força de trabalho de acordo com as suas necessidades do momento. Por outro lado, ainda dentro da perspectiva do morador, o considerar-se capaz de fazer todos os serviços é uma forma também de garantir para ele emprego permanente.[4] O morador se representa como sendo capaz de fazer todos os serviços e acha que os outros moradores também são capazes. Também aí uma exceção seria feita aos moradores menos ligados à produção de cana, como o machadeiro, que se reconhece como qualificado e se recusa a fazer qualquer serviço. É interessante ressaltar que os próprios moradores distinguem o machadeiro, pois quando se refere a ele dizem: "O carpina [machadeiro] é outra classe". O machadeiro quando recusa um serviço alegando sua condição de carpina, ou então impõe condições para executar aquele serviço que ele não sabe, exige que seja pago na diária e não por produção.[5] Agora, o morador pode se recusar a fazer um certo serviço, não por se considerar incapaz, mas por achá-lo pesado demais, o que não dá para ganhar.

---

4 O interesse do trabalhador da *plantation* açucareira de saber fazer o maior número de serviços, com o objetivo de assegurar emprego foi assinalado para o caso de Porto Rico por Mintz, 1966: 357.

5 "Quando eles me mandam fazer serviço que eu não sei fazer, eu digo: me pague na diária porque eu não sei fazer. Me mandou porque quis", contou um machadeiro.

Já outro machadeiro a quem se pediu que limpasse mato, recusou-se terminantemente a fazê-lo. Contou o fato da seguinte forma:

"Com essas leis, trabalhador nenhum tem mais classe. Eles querem botar todo mundo na limpa. Na limpa o trabalhador não tem classe. Eu não limpo cana, eu sou machadeiro.

Outro dia, o administrador me chamou e disse: 'Amanhã você vai limpar mato, as canas estão com necessidade de serem limpas e você vai limpar mato'. Eu disse: 'Não vou não senhor'. Ele perguntou porque Eu disse: 'Porque não sou limpador de mato. Eu sou machadeiro, me dê serviço de machadeiro que eu faço'. 'Serviço de machadeiro não tem. Então você vá falar com o chefe'. Eu disse: 'Não vou não senhor, porque nem sei quem é o chefe, onde é que ele mora. Se fosse o chefe velho eu ia, porque sabia onde morava'. O administrador disse: 'Ele mora ali'. Explicou onde era e eu fui. Cheguei lá, o chefe disse: 'Amanhã

O morador dificilmente tem uma visão completa do processo produtivo. Esse tipo de visão só é encontrado entre moradores que já exerceram função de cabo ou empreiteiro e pela liderança sindical que, por estar mais desligada da produção, tem condições de proceder a uma reflexão sobre a prática do passado. Pelo que se pode depreender dos dados, parece que em cada etapa do ciclo agrícola cada morador faz um tipo de serviço durante todo o tempo. O morador distingue o período do plantio, da limpa e da moagem, porque é nesse último que tem condições de fazer mais dinheiro se fôr cortador de cana, enchedor de carro ou cambiteiro. Mas, não representa o encadeamento dos diversos serviços em cada etapa. O serviço que ele faz é o que homem mandou fazer. Os outros devem estar também fazendo o que os homens mandaram.

Retomando a colocação inicial de que o morador não fala a respeito do seu próprio trabalho, do serviço que está executando no momento, seria importante acrescentar que, no entanto, sempre pode ter algo a dizer a respeito dos outros serviços. Em outras palavras, ele não fala do seu trabalho imediato, não o descreve, mas pode falar ou até chegar a descrever outros trabalhos que outros estejam fazendo.

O que o morador fala, quando fala do trabalho, é a forma como vive a relação com o proprietário, que é para ele uma relação de espoliação. Ele fala dos roubos a que está sujeito, da duração do trabalho, do pagamento e do dispêndio de forças.

---

você vai limpar mato'. 'Não vou não não sr.'. 'Por que?' 'Porque eu sou machadeiro. 'Mas eu não tenho serviço de machadeiro para você, então vai limpar mato'. Então eu disse: 'Tem serviço sim, tem carroça para fazer'. 'Eu não quero carroça'. 'Tem ponte para ajeitar'. 'Não quero ponte'. 'Tem casa para reparar'. 'Eu não quero reparar casa nenhuma'. Aí eu pensei: eu já sei o que ele quer. O administrador perguntou: 'O sr. roça mato?' Respondi: 'Não roço mato'. 'O sr. carreia boi?' 'Eu não carreio boi'. 'O sr. rabisca arado?' 'Não rabisco arado'. 'O sr. pastoreia boi?' 'Não pastoreio boi'. 'Então o que é que o sr. quer?' 'Que me dê o que é meu depressa e ligeiro, senão o sr. vai se aborrecer.' Aí ele deu. Tem um pessoal lá no engenho que não fêz como eu: está tudo limpando mato.

(...) Se a gente limpa uma vez, vai ter que limpar a vida inteira. Agora, eles já fizeram essa lei para o trabalhador fazer todo o serviço que eles mandarem. O pessoal do sindicato bobeou e deixou passar. Agora não pode mais mudar, porque foi acertado entre o Presidente do Ministério e o Presidente da República. Na carteira não tem classe. É tudo trabalhador rural. Agora eu não faço todo serviço não. Só faço se me botarem no serviço de administrador ou de chefe. Mas isso eles não me botam. Como é que eu faço todo serviço? Fazer todo serviço para eles é limpar cana."

"Era machadeiro, limpa de cana eu me negava a ela, porque é um serviço sem produção."

"Eu trabalhei e quero receber o que é meu", postula a lógica do morador. Se não receber o que é dele, é porque está sendo roubado. E o que é dele é o "salário de leis". Se não recebe, é porque há várias formas do patrão roubá-lo:

1) roubo do tamanho da conta na limpa de mato: todo morador acusa os homens de roubarem no tamanho da conta. Dizem que eles dão uma área maior do que um homem normal pode executar num dia. São necessários então um dia e meio ou dois dias para que o morador consiga tirar a conta. Como a conta equivale a uma diária do salário mínimo e eles trabalham por produção, eles trabalham de fato dois dias e recebem um só. A conseqüência é que, ao invés de constar na folha de pagamento que o morador trabalhou os seis dias, consta que trabalhou apenas três, pois a jornada de trabalho é tomada como equivalente ao trabalho feito. Daí que o morador perca o direito ao repouso remunerado no dia de domingo e mais tarde perca o direito às férias e ao 13.º mês. No "roubo da conta" estariam incluídos dois roubos: da conta propriamente dita e dos "direitos".

"Porque é o seguinte: quando chega o inverno, o patrão dá uma tarefa, que chama-se uma conta, que o trabalhador, se fôr forte, se fôr de tirar dois salários, tira salário e meio ou tira um. Se ele fôr forte de tirar um salário. E se não fôr, só tira o meio mesmo. Tira meio e dá 3 dias, 4, por semana. Rara uma semana em que ele dá seis dias de serviço. Quando chega próximo um feriado, ele [o patrão] dá um teco no trabalhador. Para o trabalho, viu. Aquela semana ele pára um dia. Seja: perdeu o feriado, perdeu o remunerado. Se ele é um homem forte, sadio, controlado no salário, ele ainda arranja o que comer. Se fôr um homem fraco, que nem eu que vivo doente... Faz uns três anos que eu vivo doente. Agora não tem remédio para eu me tratar, dinheiro para me tratar nem o patrão pode me dar. Ele diz que não pode. Eu não ganho mais salário, de maneira nenhuma eu ganho salário. Semana de eu trabalhar dois dias, três. Quando chega no fim do ano eu perdi férias, perdi 13.º mês, perdi feriados. Perdi tudo".

"Agora eles só dão mesmo 3 dias, 4, é no inverno, pela limpa de mato" (...) "E então, ontem mesmo, eu saí de 5 horas, tomei um cafezinho fraco, fui para o serviço e quando chego lá o cabo tava com uma braça medindo: 400 braças naquela cana pequena assim, dentro do mato, deste tamanho assim para cortar por conta: 400 braças. Ele medindo, eu atrás dele, atrás de pegar um taquinho, para ver se pegava um taquinho para tirar meio salário".

"Tem caso do trabalhador tirar [a conta]. Tem uns empregados mais humanos que diminuem a braça. Mas a braçagem é uma só se fôr [em cana boa] é uma só, se fôr ruim é uma só, não tem exceção".

"Agora, no inverno, quando o mato está tomando conta da cana, os homens continuam dando dois dias por um. Estão medindo uma conta de 140 braças como se fôsse de 120. O trabalhador só consegue tirar em dois dias".

"O meu serviço é tirar conta. Agora de 100 braças, no pior mato que o capim de planta e a gengibre e a maliça já tomaram conta. É preciso o cabo mandar um com uma foice ir roçando promode medir. Agora no dia de 3.ª feira nós tira 100, é o 1.º dia da semana. No dia de 4.ª feira nós tira 100. No dia de 5.ª nós tira 100. Quando é no dia de 6.ª que é para nós perder, os empregados mandam o cabo medir 120 no pior mato, 130, 140, 150. Aí o pobre pega de 6h às 6h e pega mesmo. Não almoça porque não tem:só faz tomar água. Quando é de 4 horas vai para casa. O cabo chega, ou o administrador chega, vê um cubo de 20 braças ou de 10, aí eles não aponta nada naquele trabalhador. O trabalhador tem trabalhado as 8 horas de trabalho, quando acabar vai para o barracão comprar. Quando chega lá, o barraqueiro diz: 'Aqui não tem ponto de serviço seu não. Só vendo amanhã, quando chegar o ponto de serviço'. Vai o pobre, que já tem trabalhado aquelas 8 horas de serviço com fome, vem atado, pegado na calça que o cinturão não segura mais, quando acaba diz: 'Homem, me venda ao menos um açuquinha, me venda ao menos uma quarta de açúcar'. Ele [o barraqueiro] vai à porta e diz: 'Vá embora, só amanhã que não tem ponto de serviço seu não, só amanhã".

"Agora estamos cavando cana. Cana eles pede que cave por braça. Terra que foi feita por trator são 300 braças, 350. E terra bruta 220, 200. E a gente cavando. Tem dias que a gente tira. Tem dias que a gente faz 150, 160, 170. No fim da semana, ele inclui tudo e vê quantas contas o camarada fêz durante a semana. É um negócio assim meio desequilibrado, sabe. Que quando o serviço está ruim de fazer, que o serviço merece 100, vamos dizer, 100 braças. Merece não, é o que o camarada pode fazer. Mas, às vezes, ele chega lá e diz: é 200 braças. Dia de a gente pega, trabalha, trabalha, trabalha, quando já não aguenta mais, que é meio dia, 11 horas, 12 e meia, a gente espia assim e manda ele [o cabo] medir. Ele mede, dá 180. A gente vai embora. No outro dia cava mais 180, no outro dia cava 200. No fim da semana ele inclui braça por braça, divide, vê quantas contas dá".

2) roubo no corte de cana — a moagem, período do corte de cana, representa para o trabalhador a época em que ele acha que poderá ganhar algum dinheiro. Segundo a maioria dos moradores,

recentemente tem sido impossível acumular na moagem em função do roubo na pesagem da cana, da diminuição dos dias de serviço, em virtude do fato de que os cortadores de cana da fazenda serem paralisados para dar trabalho ao empreiteiro e do estabelecimento de um teto para o cortador.

"Diz que agora chegou a moagem, é tempo de se ganhar dinheiro. No tempo que eu tinha saúde eu imaginava que quando chegava a moagem é tempo de ganhar dinheiro. Comprar roupa, comprar calçado, isso, aquilo outro. Mas agora a gente não pode mais fazer isso. Porque o empregador mais o patrão usam uma balança, que nem as balanças da usina. Chama-se cortada. Eles cortam a balança, o graveto da balança, apontam o graveto da balança, apontam. Pega uma bola com 1,20 kg, 1,30 kg, bota, aquilo tem um quilo para dividir por 20, para 20 kg. Eles bota 1,20 kg, 1,30 kg, diminui mais um número, que quando vai abater diminui mais um número da balança. O cabo pesa mais por cana e quando se faz uma cara feia contra o patrão, o empregador. Empregador quando chega na usina, passa, não dá nem bom-dia pro trabalhador mal satisfeito porque o trabalhador reclamou porque era do direito dele. E é assim. Exemplo: o ano passado mesmo, o adminstrador botou nós numa maliça, numa vargem que a pessoa só sabe vendo. No sul de Pernambuco, onde tem mais maliça é de uma vargem que tem no canto de cercado, no rumo de Pernambuco.

P: Que é maliça?

É um mato espinhoso que cresce deste tamanho dentro da cana que a gente não pode cortar não. Tem parte que a gente só corta se botar fogo. Tem uma que enrola por cima da cana assim, que fica um castigo. A gente só pode trabalhar se fôr fazendo uma roupa de saco para poder entrar e assim mesmo penetra na carne ainda, né. E os trabalhadores ficam assim espiando, na frente do caminho, porque sem disposição de entrar. Só entra mesmo aqueles pais de família que precisa ganhar e vive em cima de meio salário. E fazer o que puder. E o administrador ainda diz assim: 'Não quer trabalhar com preguiça, porque eles estão rico. E mesmo se quiser trabalhar trabalha, porque a minha panela está fervendo, a minha panela está fervendo, quem quiser vai morrer de fome".

"Que nem mesmo outro dia, eu fui cortar cana. Quando cheguemos lá era um ressaco de cana [6] que a cana foi cortada pela semente e nasceu aquele sapé. Ficou aquelas canas finas deitadas e tal, quando foi agora, ele foi, botou fogo. Uma parte queimou, outra

---

6 "Ressaco" é a terceira planta da cana, ressoca.

não queimou. Ele bota o empreiteiro naquelas canas melhores e aquelas mais ruins é pra fazenda. Se quiser cortar, se não quiser..."

"Muitas vezes a gente faz 200 feixes de cana e não dá um salário. Porque ele [o cabo] vê que ali vai dar um salário, ou vai passar, ele pega um feixe de cana com 8 quilos, aquela maliça cortada e ele, ele quando vem com a bola do graveto assim ele fica mesmo no lugar, que a balança fica parada no mesmo lugar. Feixe de cana eu já pesei, já conferi peso de cana com balança que eles botam para a usina um feixe de cana de 10 quilos dá 13 pesos. Dá 10, dá 9, dá 8. E o cabo ainda dizendo: 'Eu faço 7. Aí eu faço 7'. Eu digo: 'Mas não é possível'. Ele diz: 'Faço'. Aí ele pega um feixe de cana assim, suspende, quando encosta é 7 quilos. E assim eles fazem. É. Quando eu trabalhava, sempre dando uma assistência ao cabo, que nem acontece, e eu tenho visto. A cana dele chega na capa de cima pesa. O trabalhador já sabe, vai dar um maço de cigarro a ele. Aí amarra aqueles feixes de cana mais menor embaixo e as canas mais cheias bota em cima. Ele chega, pesa um feixe da capa de cima, deu de 10. A cana deu de 10. Mas aquele que ele não dá nada, ele só procura pesar aqueles feixes menor".

"Só quem merece comer aqui é a família do Seu... com ele então e os empregados que ganha mais. O mais tem que morrer de fome, porque joga nós num rebutalho desses (de cana) e bota o empreiteiro numa cana boa daquela. De tarde chega o cabo, com uma cara de cachaça, ébrio no serviço, que nem acontece. E com uma balança dessas pesando a cana, feixe de cana que dá 10 quilos, ele pesa 8, 7. Quem fêz fêz, quem não fêz acabou-se. Quando o trabalhador vai certo... Porque tem mais uma outra coisa, quando o trabalhador vai certo no remunerado, que ele conhece que vai certo no remunerado, só ganha se o administrador quiser. Só ganha se ele quiser. Se ele não quiser não ganha não, porque eles escolhe uma parte de cana ruim, inferior, e bota aquele povo da fazenda para trabalhar ali".

"Se fêz salário muito bem, se não fêz, a gente tem que estar presente para o peso da cana, porque se não deixar, cada vez é mais pior para nós. Porque na nossa presença o cabo ainda faz presepada com o peso da cana. E se a gente não estiver, até na ausência ele faz pior. Porque muitas vezes ele chega na cana, ela está encruzada. A cana, se fôr cana de soca, ele põe uma base de 8 quilos ou de 8 e meio. E aponta. E a cana de 10 e 9 que ele nem pesou? Quando chega no outro dia, como se diz? O cabo lá se chama seu A. 'Seu A. minha cana quanto pesou? Deu salário?' 'Deu não, faltou 100 quilos'.

E é assim. A gente tem que estar presente. Se fez pouquinho tem que estar presente. E se fêz muito tem que estar presente".

"Eu só sei que eles ganhavam por cento, ganhavam mais pouco, mas dava para ir levando. Hoje não, tem esse negócio desse salário. Às vezes mesmo trabalha pela noite, cortando cana, mas é porque quer largar mais cedo, no outro dia. Mas só o salário. (...) É somente aquela base de tonelada mesmo. Lá parece que é 1.650 kg pelo salário. Quer dizer tem cana deles fazerem com 170 feixes, tem cana de fazer com 200 também tem cana de fazer com 300 feixes, sabe. É assim. Mas se eles [os patrões] abrissem mão e ter mais do que aquele salário a nação não estava se acabando de fome.

"Que nem mesmo a semana atrasada, a usina parou. Três dias de trabalho para todo trabalhador... E quando foi nesse paradeiro parou. Esse povo que não tem obrigação com a casa, que não é fichado, que não é morador fixo da casa ficou, parados os pais de família se acabando de fome. Então se esse povo, que eles não têm nenhuma obrigação com a casa ficaram trabalhando que eram do empreiteiro, o povo que era cortador de cana da fazenda, que queria ir não podia, não tem ordem promode não estourar a cota da fazenda. Mas isso eles inventaram agora, sabe, uma cota".

"Esse ano, esse ano que passou-se, essa safra, chegava lá dois caminhão de gente por dia, tudo de fora para cortar cana. Agora muita gente de Engenho N... achava muito ruim por causa disso, porque o homem lá fazia assim: botava uma faixa de cana boa, bota os empreiteiros para cortar, por cento. E a gente saía cortando por tonelada. Agora o cortador deles ia cortando, cortando, cortando, cortando, e quando dava aquela área fraca ele retirava aquele povo de fora e botava o povo da fazenda para cortar por tonelada. Aí a gente não achava bom. Porque a gente não ganhava. Na cana que dava 10 quilos ele botava o empreiteiro para cortar. Quando chegava na cana de 6 quilos e 7 quilos, o empreiteiro achava ruim cortar porque era uma cana fraca e não sei o quê, aí ele tirava ele daquela faixa, botava para outra, aí botava a gente pra cortar aquela cana".

O trabalhador prefere cortar cana por cento do que por tonelada. Daí o número de queixas arroladas. É comum se ouvir: "A tonelada está matando o povo" ou então: "Porque o corte de cana... Sabe quando é que os pobres brasileiros comiam um bocado? Quando cortavam cana por cento, que não tinha furto. Cortavam cana por cento, quando faziam o centinho deles já sabiam que tinham ganhado. Mas agora, esse negócio dessas balancinhas de São Miguel que usaram, é de 6h às 6h e se não for homem mesmo não faz o salário". No corte por cento se estabelece por exemplo que 200

feixes de 20 canas equivalem a um salário. O morador cortando, ele sabe se fez ou não. Agora, sendo por tonelada e não por cento, a avaliação do trabalho vai depender exclusivamente dos homens e de suas balanças.

Ainda há várias outras modalidades de ser "roubado" que o morador percebe. Uma delas é o corte do serviço. Antigamente, isto é, antes do Estatuto, o morador trabalhava a semana inteira e no dia de pagamento ia saber quanto tinha feito. Nessa época era comum o administrador ou o fiscal reduzirem o seu ganho sob a alegação de que o serviço havia sido mal feito. Era o chamado "corte da tarefa". Atualmente, quando já não se trabalha por tarefa, ainda se costuma "cortar o serviço" quando, por exemplo, se determina que o trabalhador deverá fazer um serviço — cavar sulco — numa extensão de tantas braças. Se ele não cumpre aquelas braças, consta que não trabalhou. Outra modalidade de roubo é o não pagamento dos chamados "direitos": férias, 13.º mês e remunerado. O patrão ou não paga dizendo que não tem dinheiro para pagar, ou organiza o trabalho de uma forma tal que o morador perca o direito:

"Ele paga esse salário agora, ele não pagava não. Quando paga um salário novo, o outro já tinha passado. Agora, esse que veio ele pagou. Na mesma semana, disse que saiu no dia não sei quanto do mês. Na mesma semana, disse que saiu no dia, no dia não sei quanto do mês, estou esquecido. No dia que chegou agora ele pagou na semana: 4 contos 160 nós estamos recebendo. Quem trabalha, né? Quem trabalha. Mas não é para fazer o 10.º não. Eu trabalhei o ano passado, eu e meu menino limpando cana, arriscados a morrer atravessando o rio, agarrado na mão do menino, com duas enxadinhas... Trabalhei, trabalhei, trabalhei, soube no fim do ano que só fiz um mês. Eu nunca vi, a sra. vê, eu nunca recebi a festa [13.º]. Meu camarada disse: 'Oi, João, você pegou esse ano o 13.º mês e as férias?' Seu A.... [dirigente sindical] me disse que falta as férias. ... Até hoje nunca pagou morador nenhum de lá. E o 10.º [13.º] ele disse que eu só fiz um mês. Eu não recebi. Mas trabalhei muito. Mas ele lá é muito sabido. E eu não tenho nada de leitura, sou anafalbeto, viu, não conheço nada não. Falo assim, mas conheço o pior do mundo porque eu não sei da leitura".

"O trabalhador é o seguinte: ele trabalhando 3 dias e 4 por semana, ele perde, no fim do ano o 13.º mês, ele perde as férias... Agora eles [os homens] faz isso para amenizar a despesa do engenho. Para no fim do ano dar um bom produto, um bom lucro, gastar toda a verba".

"Olhe saí mais meu esposo, de 6 horas da manhã, para dentro da lama, levando chuva, quando chegava lá pegava uma conta de 11 horas, que já é mandado pelos homens para ningém ganhar o nosso inferiado nacional.[7] Quando acaba esses homens dão uma conta de 11 horas, para ninguém ganhar".

'Porque a gente sempre vem tendo um direito. Direito de leis. Quando foi no ano passado, começou esse negócio de lei. Só sei que a gente tinha ajuntado seis férias lá sem receber nenhum. Quando foi o ano, o homem chegou lá todo morrendo, sem dinheiro, e lá vai, lá vai. Viemos para o Sindicato, fizemos uma assinatura e botemos para X... [cidade onde existe uma junta de justiça do trabalho], fomos para lá para receber. Aí, ele odiando esse povo todo que foi para X..., odiando e lá vai, e depois disse que ia botar um bocado para fora".

"Não recebi o aumento, nem férias de 69, nem feriado. Nós falamos com ele [o patrão] para pagar. Ele disse que só pagava no verão e se quisesse. Disse: 'O Governo está pagando 2 mil cruzeiros. A culpa é do Governo. Não pago porque o Governo não está pagando".

"Não apontam na folha no dia de sábado para não pagar o remunerado".

* * *

Como se pode perceber a partir das "descrições do dia de trabalho, o morador tem a atenção voltada para o problema da duração da jornada de trabalho.[8]

Em geral, um morador trabalha uma média de seis a oito horas por dia e recebe por produção. Raros os serviços que são pagos na "diária", isto é, pagos independentemente da produção alcançada. Que se saiba, apenas os moradores que executam trabalhos desligados da produção da cana é que têm esse tipo de remuneração.

À exceção dos serviços em que há possibilidade de fazer salário por produção, como o corte e o transporte, nos quais eles preferem trabalhar por produção, os moradores, na maioria das vezes, preferem o trabalho por diária. Isso porque eles na realidade acabam dando uma jornada de trabalho igual aos trabalhadores da cidade, sem receber o equivalente:

---

[7] Referência ao feriado da Copa do Mundo que não foi respeitado nos engenhos.

[8] Uma luta nesse sentido vem sendo levada pela liderança sindical.

"Era melhor que botasse tudo na diária, porque acaba sendo na diária mesmo, porque trabalha o dia inteiro".

No discurso sobre o dia do trabalho, todos eles veiculam a imagem de que trabalham oito horas, sobretudo na limpa de cana, e não conseguem fazer o salário.

"Pelo chefe que dá a ordem, ele queria dar uma possibilidade de trabalho que trabalhasse até três horas da tarde. Eu até disse para o cabo: 'Mas é contrário... Mas é errado'. Porque o trabalhador trabalha por produção, não é? Não pode trabalhar oito horas não. Agora se ele trabalha num serviço de ser por oito horas está certo, como diarista, sabe como é? Pega de 5 horas, largava de 11, descansava uma hora, largava de 4 horas, né. Aí podia. Mas o trabalho ainda é por produção".

Moradores de um engenho, tidos como "muito unidos", contaram que o proprietário queria que dessem 250 braças corridas no plantio. Trabalharam três dias desse jeito sem conseguir "fazer salário". Chamaram então o patrão para um acordo. Ele não quis. Recusaram-se, então, a fazer o trabalho por braça e exigiram que os colocassem na diária. Acabou concordando. Agora estão trabalhando oito horas por dia para fazer o salário. Contaram também que alguns não quiseram ficar na diária, com medo do patrão: "Deixa que o que está pensando que está fazendo por braça [produção] é melhor, por que o patrão não bole. Mas deixa que o que está fazendo por diária é que está bem. O da braça é que está levando cacete.'

De um lado, o morador se sente impedido de "fazer salário" porque há limite na sua produtividade, como é o caso do corte da cana, onde se impõe um teto ao corte, sempre que há dificuldades de capital de giro entre os patrões. De outro, se sente totalmente absorvido por um tipo de trabalho que, por ser por produção, lhe exige grande número de horas por dia. Nesse segundo caso, ele nem sempre consegue fazer o salário e nem tem tempo para cuidar de seu sítio ou seu roçado.

* * *

O morador representa também o trabalho como um permanente dispêndio de forças, de energias e de saúde. "Eu me acabei na palha da cana" é uma frase freqüente no discurso dos moradores. Sempre existe um serviço que não conseguem mais fazer porque não tem mais forças ou porque perderam a saúde. No corte de cana ficam doentes dos rins ou do "espinhaço" ou aleijam um braço ou perna, no transporte em lombo de burro quebram um braço ou uma perna, na limpa ficam cegos pela palha da cana, e assim por diante.

E através desse dispêndio de forças eles vivem a exploração do ıtrão: "Eu me esgoto para o patrão", ou "É possível que eu perca eu sangue e não receba o que é meu?"

Há casos, inclusive, de o morador, interrogado sobre o dia de abalho ou sobre o tipo de trabalho, desenvolver um discurso sobre proteção do corpo contra o desgaste físico e sobre esse próprio ›sgaste:

"P: Como é que a sra. faz?

I: Para limpar cana?

P: É.

I: Veste umas perneiras, ou mesmo uma calça, um casaco feito › saco de açúcar que cobre até aqui. Faz uns bisaco, bota as mãos ›ntro, um pano na cabeça, um chapéu de palha na cabeça e uns saco para despalhar a cana, porque despalhando só no couro ›rta que fica retalhado. É assim que o pessoal faz. Outros desılha sem nada, sem o casaco, sem as perneiras, sem nada, mas mbém quando sai da palha da cana sai que sai encarnado".

"Porque a vida na palha da cana é dura. Olha, na palha da na nós estragamos a roupa, não tem roupa que dure. Nós já com'amos uns sacos. Porque se for comprar um pano assim para botar na ılha da cana... porque é um trabalho terrível. A gente tem que sar um chapéu de palha. Um chapéu inferior né? A gente compra ıra trabalhar na cana. E não atura mais de um mês, porque a palha ı cana corta ele todinho. E a roupa que se bota tem de ser especial. gente compra o saco para trabalhar na cana. Faz aquelas mangas, ou um casaco mesmo. Quando está com dois meses ou três, com a queda do suor corta. Porque o saco já vem estragado do farelo do trigo, do açúcar, já vem estragado, já vem fraco. Então ninguém sabe com quantos anos ele veio. A gente compra, faz a veste para trabalhar na palha da cana. Então a palha da cana corta, o suor também estoura. E aquilo se acaba logo. Roupa assim, roupa assim [indicando a que estava vestindo] que nem essa, se for botar na palha da cana, pronto, destrói logo. A gente entra na palha da cana, catando palha para não entrar nos olhos, catando formiga, a cobra, a potrinca, tudo isso é inseto que procura nós. Então o desgostamento do patrão [descontentamento] ... sobretudo o desgostamento do patrão é isso. Se a gente trabalhasse, sofresse tudo isso, mas o patrão compensasse, a gente levava, ia se levando. Mas que a gente sofre tudo isso e o patrão não compensa nós, ainda desgota [esgota] nós".

"Apesar, o que eu quero dizer à sra. é que o serviço mais difícil que nós encontremos é limpar cana. O homem que limpa cana só quem protege ele é Jesus e mais ninguém. Arriscado de ficar sem um olho, arriscado de ficar sem um dedo. Tem muita gente cego de um olho. Esse olho mesmo, eu levei uma pancada nesse olho, cortou o olho, cortou aqui assim. Tudo foi trabalhando".

O morador é particularmente sensível a este tipo de desgaste físico, porque sente que hoje ele não recebe mais a assistência dos patrões que recebia "antes do salário".

* * *

Os instrumentos de trabalho nunca surgem espontaneamente no discurso do trabalhador. As informações a respeito foram obtidas mediante perguntas. As "ferramentas", como eles chamam, só surgem em contextos secundários, como "bati a enxada e fui para o serviço":

"P: O sr. disse que o sr. limpou cana a manhã toda. O que é que o sr. usa para limpar? É enxada?

I: É enxada. Três e meia, três libras...

P: A enxada é sua?

I: É a pessoa que compra. A usina não dá não. A pessoa compra.

P: E sempre foi assim?

I: Sra.?

P: E sempre foi assim?

I: Não, depois que entrou essas leis de 60, aí todo trabalhador tem que comprar a sua ferramenta. Compra enxada, compra a foice, compra a picareta, compra a faca. Todos eles tem que comprar. Ele é quem compra. A usina não dá não. Antigamente dava. Até nisso facilitava. Dava enxada, dava tudo, dava foice, dava machado, dava tudo. Mas depois do salário para cá, de 60 para cá, tem que comprar ferramenta. Ou compra ou não trabalha. Não é?

P: Sim, mas compra no comércio ou no barracão?

I: Compra no comércio, compra no barracão. Se puder comprar no comércio compra, se não puder, compra no barracão. Compra uma enxada por 10 contos, por 8, trabalha muito por isso.

P: Bom, isso na limpa não é? Agora, e no corte?

I: No corte compra foice também, compra ferramenta. Só quem não compra ferramenta é o carreiro. O carreiro só faz tirar uma vara no mato, bota um ferrão danado, desse tamanho para pegar o boi. Pronto, aí ele não compra nada. O cambiteiro também não

compra nada. É só pegar o burro na estrebaria, botar a cangalha e seguir para o corte, tombar cana. Mas o trabalhador do campo faz tudo isso, compra ferramenta e tudo mais. Compra foice, compra o machado, compra a picareta, compra pá, compra tudo".

"Tudo é da gente. Mas por essas leis ferramenta é toda do trabalhador. Cada um trabalhador tem que possuir uma enxada, uma pá, se for possível ele tem que possuir uma estrovenga, tem que possuir uma foice de cana. É tanta da bagunça. É porque hoje tem esses serviços, amanhã tem aquele outro. O camarada tem que ter suas ferramentas. Se não tem parou, que eles não dão.

P: Mesmo os que trabalham com empreiteiro?

I: Mesmo os que trabalham com empreiteiro.

P: E antigamente era diferente?

I: Antigamente tudo era por conta da casa.

P: Mesmo a foice de cana?

I: Sim.

P: Até a foice de cana era da casa?

I: Era, mas era umas foices ruim sabe. Muitos cortadores comprava porque ele gostava de trabalhar com uma foice boa".

"P: As ferramentas são do sr. mesmo ou são da usina?

I: São nosso.

P: É tudo seu?

I: É tudo nosso. A usina não depende [dá] nada.

P: Mesmo as que o sr. usa para fazer o trabalho da usina?

I: Da usina, é nosso, a gente...

P: O sr. compra?

I: Tem que comprar aqui na cidade. A usina não depende nada.

P: E sempre foi assim?

I: Não antigamente, quando a usina trabalhava com o dinheiro do trabalhador, ela dava a enxada, ela dava a ferramenta toda. Só não dava a foice de cana. Foice de cana toda a vida o cortador de cana gostou de comprar ou mandar fazer, porque faz melhor. A enxada toda a vida ela deu. Mas depois que ela começou a guardar o direito do trabalhador, ela sonegou-se".

A lacuna que se verifica no discurso do trabalhador, no que diz respeito aos instrumentos de trabalho, seria de tipo diferente da assinalada quanto ao trabalho propriamente dito. Se em relação ao trabalho o discurso é totalmente referido ao patrão, não havendo referência à atividade produtiva em si, no caso dos instrumentos o

trabalhador chega a estabelecer distinções entre os diferentes instrumentos e algumas avaliações sobre qualidade e tipo. Talvez se trate de lacunas de qualidade diversa.

O encaminhamento das perguntas em termos de posse dos instrumentos poderá ter levado o trabalhador a desenvolver um discurso preso à relação com o proprietário. É possível, na medida que não temos dados contrários a isso, que o trabalhador tivesse mais a dizer sobre os instrumentos e que simplesmente não tivesse mencionado porque lhe pareçam "solidários" demais com a condição de morador. O instrumento de trabalho seria então um elemento natural, que, na lógica do morador, não mereceria o mesmo nível de explicitação que outros como por exemplo o tamanho da conta, o roubo no corte, a supressão dos dias de serviço, etc. Mesmo quando vive o fato de ter de adquirir os instrumentos como mais uma privação, a maneira como vive é de intensidade menor.

É necessário levar em consideração que os instrumentos de trabalho servem duplamente ao morador: para trabalhar a terra do patrão e seu próprio roçado. Não é portanto exclusivo do patrão, como é o seu dia de trabalho nos canaviais.

* * *

A categoria terra, teoricamente tão vital para os que trabalham na agricultura, é uma grande ausência no discurso do trabalhador a respeito de sua prática econômica na propriedade do patrão. A terra, para não dizer que não existe no plano destas representações, vai aparecer secundariamente ou implícita em um discurso sobre o mato que cresceu demais e por isso não deu para tirar salário ou então sobre uma cana fraca que dá pouco peso:

"Tem cana aqui de dar 10 quilos. O sr. vai cortando assim 10 quilos, 10 quilos, 10 quilos. Quando chega na frente, no mesmo giro que o sr. vai tem cana para seis quilos, sete, oito. Acontece isso né. Que às vezes, embaixo, no sovacozinho do córrego a cana recebe mais água, fica ali mais ajudada, a cana dá mais bonita. Mais na frente, a água escorre mais ligeiro, o secume chega mais, a cana vai mais fraca, aí a cana dá mais maneira do que as outras".

Sobre a terra do engenho que lhe é cedida para plantar, o morador tem uma série de observações a fazer, não só em termos de reivindicação de posse ou de queixa porque foi privado, mas também quanto a qualidade desta terra, sobre o que dá e o que não dá para plantar.

O discurso do morador se dê como se a terra, uma vez sendo do patrão, não representando para ele nenhum benefício direto, não pudesse figurar no seu discurso. Ele não trabalha a terra para o patrão: simplesmente trabalha para o patrão. A terra não aparece e o que vai aparecer é muito mais o tipo de cana e o tipo de mato que, na lógica dele, tem uma importância maior em termos de obtenção do salário.

* * *

O morador vive a sua situação como uma condição coletiva comum a todos os moradores, senão da região, pelo menos de seu próprio engenho. Esta situação tem para ele um aspecto de durabilidade no tempo.

Após um discurso sobre as dificuldades de fazer salário, segue-se freqüentemente este tipo de frase:

"E assim nós viemos levados todo dia pelos patrões e pelos empregados. Agora isso é todo dia. Não é dizer que é hoje, é amanhã não, é todo dia".

"Porque pobre compra hoje, come hoje, amanhã já não tem mais. Eu digo à sra. que é assim porque eu sou assim e em S. [engenho] é assim. A gente trabalha, mas não dá".

"É assim. Então não é eu somente só. Isso é muitos assim. É muitos assim dessa maneira".

"Quer dizer que existe trabalhador no engenho que estão imprensado, estão morrendo de fome. Por causa disso estão morrendo de fome. Porque tem serviço na usina, mas a usina não paga".

Raramente o trabalhador encaminha suas formulações referentes ao trabalho em termos pessoais, mas indica que se trata de uma situação coletiva. As questões individuais surgem quando o trabalhador introduz a doença que o impede de trabalhar ou a sua condição de analfabeto que o prende à "palha da cana".

Diante das dificuldades com as quais se defronta na sua prática econômica, o trabalhador recorre a algumas alternativas que podem não ser as únicas oferecidas pela organização social, mas são pelo menos as que ele reconhece.

No contexto imediato do trabalho, o morador que se descubra capaz de executar um serviço com maior rapidez do que os outros costuma passar a "remanchar" no serviço. Alega em geral que se os "homens" virem que ele anda depressa, no dia seguinte aumentarão a carga de trabalho:

"Porque no começo a gente findava a conta cedo mas não ia para casa. Ficava no serviço. Esperava dar 1 hora, 2h, 3h, para a gente ir para casa.

P: Mas por que?

I: Porque se terminasse e viesse, eles mandavam no outro dia aumentar mais as braças. E o serviço não dava. Que a gente tirava cedo. Eu mesmo tirava cedo, mas porque tinha uma coisa. Quando eu pegava era assim que nem uma pessoa que vai correndo dentro do mato. Não levantava o espinhaço, eu não conversava, não bebia água, até findar. Muitos faziam assim, mas muitos não faziam não, chegavam em casa às cinco horas. Outros deixava para o outro dia. Aqueles mais fracos, porque tem os mais fracos". [9]

Este tipo de recurso é utilizado no trabalho por conta, no qual o morador tem uma área fixada a priori para trabalhar. No corte de cana, as alternativas que se colocariam para eles seriam a ajuda da família (por exemplo: o pai corta e o filho amarra), sobretudo dos filhos menores, que é ilegal atualmente, [10] e a compra do cabo para os que têm condições de suborná-lo. (Cf. pág. 37).

Fora do contexto imediato, as possibilidades são de se ligar aos homens ou recorrer ao sindicato. Nunca encontramos um trabalhador que recorresse à primeira, talvez em função das condições em que a pesquisa foi realizada, mas os moradores mencionavam casos de moradores que preferiam não entrar em questão com o administrador porque tinham medo, etc.

O que nos parece é que aos poucos o Sindicato vai se impondo como a principal alternativa do trabalhador para enfrentar o patrão, não apenas porque o Sindicato é o único órgão à disposição dele que pode encaminhar suas questões por vias legais, mas também porque o Sindicato vem substituindo parte da assistência que os senhores de engenho davam antigamente aos trabalhadores.

Recorrer ao patrão e recorrer ao Sindicato não seriam alternativas mutuamente exclusivas, mas podem ser alternativas subseqüentes. Diante do primeiro problema, o morador recorre imediatamente aos "homens" e, uma vez se verificando a impossibilidade de um acordo satisfatório, "corre" para o Sindicato. Houve, porém, casos em que os próprios moradores, em função de experiências negativas com os patrões, já iam diretamente ao Sindicato e dispensavam qualquer contato com os patrões.

* * *

[9] Esse depoimento é referente a uma época anterior ao Estatuto.
[10] A ajuda da família também figura como alternativa no trabalho por conta.

A respeito de sua prática econômica dentro da *plantation*, o morador possui formulações ideológicas, através das quais procura dar conta da privação, que é a maneira como vive sua relação com está prática. Como o morador vive sua prática através da relação com o proprietário, essas formulações — termo provisório que adotamos agora — envolvem necessariamente esta relação.

A título de conclusão deste capítulo sobre a prática principal do morador, nos propomos a indicar algumas destas formulações e tentar pensá-las dentro de um quadro teórico. A primeira delas é aquela que se refere ao enriquecimento do proprietário e ao empobrecimento do morador, que ele interpreta como resultante do seguinte mecanismo:

"E com a pouca força que tenho me esgoto para o patrão. É porque quando eu penso que ganhei meio salário pro patrão, tenho ganhado um salário para ele. Que eu corto uma tonelada de cana. Por quanto? Quando é muito caro, lá no fim do mundo, que ninguém quer cortar é 4 mil e 500. Quer dizer, vou dar uma tonelada pelo salário. Se o homem não for bom homem trabalhador mesmo, não tira aquela tonelada, né, não tira o salário. É obrigado a bater um meio de mundo, uma capoeira deste tamanho, se rasgando todo na tiririca, no espinho, nos garranchos, se corta todo, para ganhar um salário. Quer dizer que ele ganhou dois, ele ganhou dois salários pro patrão. Ganhou um, deixou o outro pro patrão. Quando ele ganha, ele ganha meio salário, ele tem de deixar um para o patrão. Quer dizer que um salário que ele ganhou se dividiu por dois. Ele trabalhou de meia para o patrão".

"... e se não for homem mesmo não faz o salário. Pro que é de trabalhar, eu reconheço assim, não sei os outros [se reconhecem assim]: quem trabalha, ganha quatro quartos, só tem direito a um quarto. Três quartos é para os empregados da usina. Tá vendo? Agora isso eu digo que é e é mesmo".

"Naquele tempo do corte de cana, que eu estava cortando cana, era na base da tarefa. Que o camarada trabalhava, quando era no fim da semana, o fiscal vinha e cortava a metade. Naquele canto ela [a usina] tinha ganhado meio salário. O dinheiro vinha e volta para a usina. O dinheiro vinha e voltava. O barraqueiro trazia, o fiscal cortava o dinheiro, e aquele resto de dinheiro voltava para a usina. É o meio que eu digo que era o tempo que o usineiro trabalhava com o dinheiro do povo. Porque se eu ganhei o dinheiro, quando acaba eu devolvo a metade, ele [o usineiro] não está trabalhando com o dinheiro dele. Está trabalhando com o meu. Que acha?"

Lévi-Strauss (1958: 309), ao retomar a distinção de Boas entre modelos conscientes e inconscientes, chama a atenção para a importância dos primeiros, considerando-os instrumentos possíveis de darem conta de parte do funcionamento da sociedade que os engendra, na medida em que possam dar uma contribuição à compreensão das estruturas, quer como documentos factuais, quer como contribuições teóricas, semelhantes às do próprio antropólogo.[11]

Dentro desta perspectiva do modelo consciente é que nos propomos a pensar esta formulação do morador a respeito do enriquecimento do patrão. A nosso ver, ao tentar dar conta ideologicamente da sua privação, o morador a vê como resultante de um mecanismo que opera no nível mesmo de seu trabalho. Em outras palavras, vê o enriquecimento do patrão como uma conseqüência de uma apropriação feita sobre o seu trabalho.

Esta formulação, que estamos considerando como um modelo consciente, pode ser tomada como uma representação que oferece uma via de acesso à compreensão da estrutura social na qual o morador está inserido.

A privação em que vive o trabalhador rural da *plantation* açucareira do Nordeste é reconhecida por várias categorias sociais, pela imprensa e pelos próprios proprietários. Há várias maneiras de dar conta desta privação — que poderiam ser consideradas como um ou vários modelos. Em geral, estas categorias procuram explicá-la apelando para argumentos do tipo: "Estrutura arcaica da sociedade rural", ignorância, analfabetismo e falta de saúde dos moradores (força de trabalho "pouco rentável"), concorrência com o sul do país, etc. O morador utiliza algumas destas formulações "cultivadas" para explicar sua privação, mas também recorre, e é isso que importa aqui, a um mecanismo de outro tipo que rompe com essas explicações. Quando o morador diz que trabalha por dois, para ele e para o patrão e que parte do trabalho dele fica com o patrão, está vivendo sua privação como resultante da extração do sobretrabalho. Atrás de uma formulação "selvagem",[12] encontramos um modelo consciente da extração da mais valia.[13]

---

[11] Sobre o conceito de modelo consciente, cf. Lévi-Strauss 1958: 309; 1967: 517 e 556; 1968. Sobre a importância das formulações "teóricas" nativas, ver também Bohannan, 1969.

[12] Estamos utilizando o termo "selvagem" aqui para opor a "cultivado", no mesmo sentido que Lévi-Strauss, 1962.

[13] Sobre o conceito de mais-valia, cf. Marx, 1950.

A afirmação de que o morador possui um modelo consciente da extração da mais-valia necessita ser relativizada.[14] Quando chamamos a atenção para o fato de que o trabalhador rural da *plantation* açucareira de Pernambuco tem como uma das dimensões de sua ideologia a percepção da mais-valia, não estamos querendo nos reportar à problemática da consciência verdadeira em oposição à falsa consciência. Nem estamos querendo afirmar que o trabalhador conhece o porquê de sua exploração.

Não poderíamos fazer isso por dois bons motivos. De um lado, porque teoricamente nos colocamos na posição de que a ideologia não pode ser avaliada em função de critérios externos a ela[15] e, menos ainda, em função de critérios de adequação ou não adequação à realidade. Fazer isso seria justamente dirigir à ideologia uma pergunta ideológica. Se a ideologia existe para dar aos agentes sociais um tipo de representação que os insira em suas atividades práticas (cf. Poulantzas, 1968: 223) e se essa representação tem sempre por função contribuir para a reprodução de uma determinada estrutura de relações sociais, na medida que mascara a verdade objetiva destas relações (cf. Bourdieu, 1970: 19), não tem sentido pedir a esta ideologia ou esperar dela respostas corretas e absolutas ou então respostas erradas. Quem pretende esgotar a realidade e dizer dela a última palavra não é a ciência, mas sim a própria ideologia que não reconhece seus limites (cf. Macherey, 1966: 153-4; Lévi-Strauss, 1962: 33).

Em segundo lugar, porque este modelo da extração da mais-valia está articulado a outros modelos[16] que remetem aos modelos conscientes da classe de proprietários — à ideologia dominante —, ao modelo das lideranças sindicais e também a outras formas de representação originais do morador. Muitos destes outros modelos que figuram na ideologia do morador poderiam ser tomados como aquele tipo de modelo a que se refere Lévi-Strauss (1958: 309) que constituem um obstáculo a compreensão das estruturas.

Uma vez que nosso objeto é a ideologia do morador, nos interessa considerar todos estes diferentes modelos, quer sejam "bons"

---

14 Este modelo é encontrado entre diferentes categorias de trabalhadores da *plantation,* não apenas entre os moradores.

15 Sobre isso existe uma vasta literatura, mas gostaríamos de citar aqui especificamente uma observação de Goldthorpe (1970: 33) a respeito de seus trabalhos sobre imagens sociais entre a classe operária inglesa: "Les images sociales ne reflètent pas la société d'une manière que l'on pourrait juger vraie ou fausse, en fonction de critères externes: les images existent".

16 Sobre a possibilidade de se encontrar vários modelos conscientes numa sociedade, cf. Barbara Ward, 1965.

ou "maus", pois é através deles que o morador atribui sentido à sua experiência. Num primeiro momento quisemos chamar a atenção para um modelo do morador que forneceria melhores vias de acesso à estrutura. Agora tentaremos mostrar aqui duas outras dimensões da ideologia do morador que, a nosso ver, remetem em parte aos modelos conscientes da classe dominante e através das quais ele também procura dar conta de sua privação.

Pelas descrições já feitas de como o morador vive sua prática econômica, se poderia concluir, num primeiro momento, que a raiz de "todos os males", que a "fonte das privações" seriam apenas os "homens". No entanto, este tipo de visão é enganosa, porque na realidade o morador vive a privação como resultante também dele, sobretudo como resultante de duas "deficiências" dele: a doença e o analfabetismo.

Em vários trechos do discurso do morador que reproduzimos, surgem formulações do tipo: "Se eu não fosse um homem tão doente", "Eu já estou morto", "Minhas forças já se acabaram", "Eu sou um velho que não presto mais pra nada". Por outro lado, em várias ocasiões em que se pediu a um morador que falasse de seu dia de trabalho, ele falou de suas doenças. Seguidas vezes, o morador intercala num discurso sobre os "roubos" do patrão uma formulação sobre sua falta de saúde, numa certa medida tentando opor às "faltas" e à "exploração" do patrão aquilo que ele vê como as suas próprias "faltas", ou seja, a sua falta de saúde. Observações deste tipo foram feitas em discursos de moradores de todas as idades e dos dois sexos. O morador se considera um velho e um inválido aos vinte anos. Não se acanha em se apresentar como um doente. Pelo contrário, faz questão de falar da fraqueza de seu corpo e mostrá-la. Se a doença é para outras classes um tabu, para o morador é a própria maneira dele existir e se apresentar socialmente. É parte integrante dele. A maioria das doenças às quais se refere são doenças resultantes de sua condição de morador: problema nos rins, na espinha, cegueira, aleijamento, isto é, adquiridos no trabalho. O morador se refere espontaneamente a elas. Nunca se fez a eles uma pergunta sequer sobre doença, mas todos a mencionaram.

A doença não dá conta da privação em que o morador vive, mas é um dos elementos importantes de que ele lança mão para "compreendê-la". Na ordem do discurso ela está sempre subordinada ao tema principal que é a relação com os homens. Implicitamente, o morador estabelece uma relação entre a sua doença e o trabalho dos homens, mas quando vai falar especificamente de sua doença ele a coloca muito mais como realmente uma "deficiência" dele, do que

como uma conseqüência de sua situação. Nesses contextos, ele não "faz salário" porque é "doente".

E a doença é justamente um dos elementos mais importantes do discurso ideológico dos proprietários para explicar a situação em que vivem os moradores: "São todos uns doentes, por isso não rendem no trabalho e vivem miseravelmente. O Governo precisa encarar o problema da saúde".

Este recurso à doença para explicar a situação do morador parece ser um exemplo típico de "empréstimo" da ideologia dominante. Às representações típicas de sua classe, o morador articula uma representação da classe dominante. O argumento doença é utilizado pelos patrões e pelos moradores, os quais, por viverem suas condições de existência também dentro do discurso da classe dominante, aceitam este tipo de argumento, e utilizam a categoria doença como um disfarce da exploração — à moda dos proprietários. O encadeamento do discurso é tal que se poderia concluir, em determinados momentos, que o morador acha que sua privação poderia ser menor se tivesse saúde.

A educação, a nosso ver, teria a mesma função que a doença no discurso do trabalhador. Igualmente, a falta de educação surge espontaneamente no discurso do trabalhador e também para dar conta de sua situação:

"Me fez grande falta meu pai não me ensinar a ler, porque se soubesse ler talvez não tivesse sofrido tanto"; "Porque eu acho que todo mundo tendo uma leitura, tem uma orientação do juízo e desenvolve mais os trabalhos"; "Se tivesse deixado negócio de casamento e me entregado a negócio de leitura hoje eu sabia onde me metia".

Além de tomar a sua falta de educação como um dos fatores que o levam a ter a vida miserável que tem, os trabalhadores aceitam a idéia de que sejam "inferiores", isto é, que ocupem a posição mais baixa da hierarquia social porque não têm educação:

"Eu tenho um desgosto enorme de viver morta do trabalho, não saber assinar meu nome, promode de ser uma mulher menos estúpida"; "Falo assim, mas conheço o pior do mundo porque eu não sei da leitura"; "Gente que não sabe ler é que nem bicho que não sabe nada. Porque quem sabe ler de tudo sabe. Quem não sabe, não sabe"; "Aprendi alguma coisa. Não aprendi muito porque, sabe, o pobre não pode aprender muito, que ... Mas para mim dava, para pobre dava demais"; "Antes de estudar, escrevia a Agamenon e ao Ademar. Depois que aprendi, deixei de escrever porque agora sei o que é errado e não sei fazer o que é certo".

Essas formulações de auto-desvalorização, partindo de analfabetos e de semi-alfabetizados, indicam bem como eles, apesar de não terem acesso à educação e à cultura, se classificam socialmente a partir dos critérios da cultura dominante, assumindo a "inferioridade" e "compreendendo" a sua posição na estrutura das relações sociais pelo fato de não terem cultura e educação que, assim como a classe dominante, eles consideram elementos importantes para a mobilidade social. Desta forma, aceitam a legitimidade que o sistema lhes impõe.[17]

Raros são os moradores que contestam direta ou indiretamente o valor da educação como elemento determinante da mobilidade social. Uma ou outra vez se ouve um morador dizer: "Mas para ganhar o pão eu não preciso de leitura". Há, no entanto, certas formulações "jocosas" que contêm elementos de contestação do valor da educação: "Eu gosto de gracejar com esses camaradas de escola que eu encontro, que eles ficam dizendo: 'aquele nego veio dos infernos'".

Seria interessante verificar qual a atitude face à educação que assumem com os filhos, isto é, se se encontram entre duas opções: mandar o filho para a escola ou mantê-lo trabalhando com o pai ou ajudando a mãe, qual das duas escolhem. A idéia que temos, embora não haja fundamentos empíricos para comprová-la, é de que o morador opta em geral pela segunda.

Ao inserirmos estas duas dimensões do modelo ideológico do trabalhador num capítulo sobre a prática econômica, tínhamos o interesse de mostrar como ele vive suas condições concretas, no que se refere à sua atividade produtiva, dentro de um discurso ideológico que lhe seria exclusivo, isto é, um discurso de sua classe, e também dentro do discurso da classe dominante. Não estaríamos diante de dois discursos, mas na realidade diante de um único discurso, que é o discurso ideológico da classe dominante desta formação social, que compreende o que Poulantzas (1968) chama de sub-conjuntos ideológicos dominados pelas ideologias de classe correspondentes. A dominação da ideologia da classe dominante, ainda segundo Poulantzas, se manifestaria pelo fato de que "as classes dominadas vivem suas condições de existência (...) nas formas de discurso político dominante: o que significa que elas vivem, quase sempre, sua própria revolta contra o sistema de dominação dentro do quadro referencial da legitimidade dominante. Estas observações podem ter

---

17 Sobre a função da educação como elemento de reprodução da estrutura das relações sociais e como elemento que garante a legitimidade da dominação de classes, ver Bourdieu, 1970, Livre I.

uma grande importância pois elas não indicam simplesmente a possibilidade de uma ausência de consciência de classes por parte das classes dominadas. Elas implicam que a ideologia política "própria" mesmo destas classes é quase sempre decalcada sobre o discurso da legitimidade dominante. Essa dominância da ideologia se manifesta não apenas pelo fato de impor às classes dominadas o conteúdo de seu discurso, mas no fato de que este discurso dominante se apresenta para as classes dominadas como um referente de oposição como uma ausência que, no entanto, define a diferença de uma ideologia e da ideologia dominante". [18]

---

[18] Poulantzas, 1968: 241. Sobre a imposição de um tipo de discurso pela classe dominante, ver a análise de Barbara Ward, 1969, sobre modelos conscientes na China. Embora não partindo do mesmo esquema teórico que Poulantzas, ela chega às mesmas conclusões, através de uma análise empírica.

Atividades Subsidiárias

O morador garante a sua reprodução como força de trabalho, vendendo essa força ao proprietário para a produção da cana. No passado, essa reprodução era secundariamente garantida também por um trabalho que executava para ele, trabalhador, numa terra cedida pelo proprietário dentro do engenho, visando a sua própria subsistência e a venda de algum excedente no mercado. Nos momentos de crise da economia açucareira, quando se reduziam os trabalhos na cana, o trabalhador se voltava então totalmente para o sítio e passava a viver disso. Na década dos 50 e sobretudo na dos 60, mudanças ocorridas na organização da produção teriam levado à expulsão dos moradores dos engenhos e também à redução da área cedida pelos proprietários para sítio (Furtado, 1964). Desde então a importância do sítio, como meio para a reprodução do trabalhador, diminuiu consideravelmente, embora se encontre milhares de trabalhadores que ainda trabalhem seus sítios.

Outras atividades menos expressivas do que a exercida no sítio, mas que também preencheriam a função de assegurar secundariamente a sua reprodução, eram a venda de produtos no mercado, o artesanato, ofícios como barbeiro e pedreiro.

Atualmente, encontramos os trabalhadores exercendo estas atividades, paralelamente a seu trabalho nos canaviais, e o que nos parece interessante é mostrar como ele vive estas práticas que, de certa forma, não se situam exclusivamente no quadro da relação com o proprietário, a fim de poder estabelecer um tipo de comparação com a sua prática principal.

Como havia sido assinalado anteriormente, é apenas o trabalho que executa no roçado que o trabalhador reconhece como trabalho propriamente dito. Por outro lado, já havíamos chamado a atenção para o fato de que sobre estas atividades o trabalhador é capaz de

um discurso bem mais rico de detalhes, do que quando se trata de falar sobre seu trabalho para o proprietário, momento em que seu discurso é centrado na relação com o patrão.

O sítio ou o roçado é, dentro do conjunto de atividades subsidiárias, a mais importante para a maioria dos trabalhadores, não apenas no nível ideológico. Isso talvez se explique por ser a atividade que ele pode exercer mais imediatamente e garantir a sua sobrevivência, dentro mesmo do engenho, e também porque exercendo esta atividade ele se vê trabalhando para ele, sem intervenção do patrão e se apropriando totalmente do fruto de seu trabalho.

O morador sempre passa a imagem de que se não tiver dinheiro para comprar alimentos, pode se arranjar nos fundos da casa, no roçado. É a sua alternativa à fome:

"Porque eu tiro por mim mesmo. Eu tiro de minhas horas, que nem tirei no ano passado. Plantei 500 covas de macaxeira. Limpei um 'ijido' deste tamanho assim, numa terra dura, pelo verão. Quando a chuva caiu, a terrinha ficou pronta, plantei 500 covas de macaxeira. E isso já tem me servido tanto que é uma beleza. Porque quando eu quero só boto [minha força] no roçado. E se eu não plantar assim vou correr para onde? Onde é que eu ia correr? Pro barracão do senhor de engenho? do rendeiro? Lá não podia comprar porque não estava ganhando..."

Como as demais atividades subsidiárias, o trabalhador percebe o roçado como algo que irá completar o seu salário. Embora ele represente desta forma no seu discurso sobre o cotidiano, quando se trata de falar sobre suas aspirações, o trabalhador almeja se dedicar exclusivamente ao sítio e abandonar o trabalho na cana, sem no entanto ter de abandonar o engenho:

"Ah, se eu pudesse sair da cana, eu ... Quer dizer que eu não desejava sair do engenho. O que eu tinha vontade mesmo na vida de fazer era sair do alugado [1] e trabalhar para mim. Aí se eu pudesse eu achava bom, porque para me deslocar para a cidade, para quem é pobre, é matar no braço. Porque eu arranjasse um milhão, ou dois, digamos, né: Eu vou para a cidade. Aí compro uma casa, um rancho de casa por 600 contos (...) que é o que está custando agora aí em X (referência a um bairro onde residem os moradores expulsos dos engenhos). (...) Ele comprou aquele chão de casa, en-

[1] Alugado é o termo que eles utilizam para designar o trabalho que executam para o patrão. Esse termo é mais comumente utilizado pelos trabalhadores originários da zona fisiográfica do Agreste, onde existe uma oposição muito maior entre o trabalho independente e o trabalho para o patrão.

trou ali para dentro daquela casa, para trabalhar em engenho. Porque ele não tem dinheiro para usar em negócio. Aí voltou para trabalhar no engenho, carregar lenha nas costas, lá do engenho, porque ele não pode comprar lenha na rua. Ele na rua ele compra água, ele vai comprar ou lenha ou carvão, né. Paga luz. E apesar que lá no engenho não está pagando nada disso, né. Lá no sítio, lá na roça, não está pagando nada disso. Ele está somente lucrando, a bem dizer. Ele está trabalhando e lucrando o que se manter. E na rua não. Prá quem pode a rua é bom, prá quem não pode... [Trabalhando na roça] ele pode se desligar do patrão e trabalhar na lavoura. Porque aí, vai plantar de tudo para ele. Aí ele não vai mais chorar miséria. Não vai mais chorar de fome. Que ele está plantando para ele. Ele não vai dar mais lucro a ninguém. O lucro é dele, não é isso? Não é nós, que nem eu mesmo, que trabalha lá no engenho".

Essa aspiração de ser "camponês" fica bem nítida no discurso acima, quando o trabalhador manifesta seu pavor de ir para a rua. Ela é reforçada pela liderança sindical, que costuma equacionar o problema do morador com as seguintes expressões: "a salvação é a terra", "salário não resolve o problema do trabalhador", embora em sua prática o sindicato trave uma luta dentro do quadro definido pelo salário, quase que exclusivamente. [2]

O roçado para o trabalhador é aquele pedaço de terra que o proprietário lhe cedeu para ele, ou que ele se apropriou por conta própria, e onde planta "umas besteirinhas" (mandioca, maxixe, macaxeira, batata, gerimum, couve, feijão e algumas "verdurinhas"), geralmente plantas de ciclo pequeno. As árvores frutíferas são proibidas, porque se o proprietário quiser mandar um morador embora terá de indenizá-lo, caso tenha mangueira, bananeira, etc. Para evitar isso, eles já proibem. O que ele planta ele define que será utilizado em primeiro lugar para sua alimentação e se sobrar alguma coisa ele poderá vender diretamente na feira, ou a um intermediário, também na feira. São esses os usos possíveis do produto da roça.

[No meu sítio] "planto roça, milho, feijão.

P: Dá bom?

R: Dá. Tem tempo que dá. Nos invernos. No inverno é que dá lavoura boa.

P: E o que é que o sr. faz com essa produção? Com a produção de seu sítio?

---

[2] Outra alternativa que o trabalhador vê para ele, além de se tornar camponês, é o ser pequeno negociante: "ter um negócio na rua".

R: A produção de meu sítio é para eu comer. Às vezes dá para vender, para ajudar mais o movimento de casa e pronto."

"P: E o que o sr. faz com a produção?

R: Bem, essa produção é pouca, só dá para a despesa, só dá para a despesa da casa mesmo, porque negócio de terra só dá para a produção da casa. Porque é o seguinte: a gente ganha, né, pouco na fazenda. Quando a lavoura está boa de comer é somente pro gasto da casa.

P: E quando a lavoura é melhor?

R: Quando dá boa a gente sempre aproveita, né, vende sempre.

P: Vende? Onde é que vende?

R: Aqui no comércio.

P: No comércio mesmo ou na feira?

R: É na feira. Porque a gente chama no comércio, né. Porque, sabe, né, aqui no nosso Pernambuco é tudo mais diferente de lá né". [8]

Ter uma terra para plantar faz parte da condição de morador como ele a representa. Morar num engenho significa também ter um pedaço de terra para plantar: "(...) Em todo lugar que eu moro eu planto", dizia um morador, ao narrar a explicação que dera à polícia, quando foi intimado a prestar contas do sítio que plantara, devido à queixa do proprietário.

Na Mata Sul, onde o processo de expulsão já se iniciou há muito tempo e onde o trabalhador já se acostumou de uma certa forma a perder o sítio, a relação com o roçado é mais secularizada do que na Mata Norte, onde a expulsão e a supressão do sítio estão no auge. No sul, o morador não esperava um sítio do patrão. Quando houver oportunidade ele tentará obter um pedaço de terra para ele (por exemplo, em caso de mudança de administrador), mas também se não conseguir, continuará dependendo apenas do salário. Já no norte, onde o pagamento de salário é coisa recente, e por isso mesmo o morador está habituado a contar muito com o sítio para sua sobrevivência, há uma associação maior entre morar e ter terra para plantar.

Em geral, o morador vê a supressão dos sítios como um mecanismo dos "homens" para "obrigar todo mundo no salário". Na lógica dele, se o morador pode dividir seu tempo entre o sítio e o trabalho, é melhor do que se for obrigado a se dedicar apenas ao

---

8 Esse era um dos poucos informantes que relativizava o modo de ser do engenho e da região e imaginava que pudesse haver coisas diferentes, como por exemplo uma outra maneira de nomear as coisas.

trabalho nos canaviais, por não ter outra forma de garantir sua sobrevivência.

Para o morador, a "cana tomou conta de tudo" e por isso também não há mais muito lugar para se plantar. Só nas áreas dos córregos ou nos terrenos acidentados, onde não dá boa cana, é que os proprietários permitem que se cultive. O morador sabe que mesmo autorizado a plantar poderá ser obrigado a deixar o sítio a qualquer momento, se o patrão assim o quiser. Em função disso, ele já planta sabendo que pode perder e se arrisca a plantar uma árvore frutífera, contando com a possibilidade de que o proprietário deixe passar:

"Porque quando eu cheguei para essa morada da usina, uma moradia reservada, eu comecei plantando uma coisinha de banana, e o chefe mandando eu arrancar. Eu disse: deixe prá lá. Até que eu fiz uma plantinha, arrumei lá um sitiozinho. Quando eu cheguei tinha uns pezinho de manga desse tamanhinho; hoje já estão grande. Porque eu encarguei, encarguei. Lá vai, lá vai, lutando, trabalhando, arrumei um sitiozinho lá. Mas a qualquer hora vão dizer: vai embora. Eu digo: pra me botarem para fora têm de me dar dinheiro".

O sítio chega a ser inclusive uma forma de forçar a indenização, para os moradores que tem algum conhecimento a respeito da legislação e mobilizam o sindicato para a defesa de seus direitos. [4]

Assim, o morador planta para perder e não se assusta com isso, porque perder faz parte de plantar; no engenho é a outra face da moeda. No entanto, parece que quando um morador já teve alguma experiência desastrosa de perda de sítio ele dificilmente se recupera e, mesmo que haja oportunidade — terra disponível e autorização do patrão — ele poderá se recusar a plantar ou então não se empenhar mais na terra. Experiência desastrosa é um termo estranho ao morador, mas que usamos para designar a situação do trabalhador que viu seu sítio destruído pelos tratores do engenho para se transformar em canavial.

Em geral, havendo disponibilidade de terra e o roçado sendo legitimado pelos "homens", o morador planta. Planta às vezes um ano, sabendo que no próximo terá de entregar aquela terra. [5]

---

4 Pela lei um trabalhador pode exigir indenização pelas árvores frutíferas que tiver plantado, se o patrão tomar o seu sítio.

5 É muito comum os patrões utilizarem a concessão do roçado para fazer o preparo do terreno de graça: eles cedem um pedaço de terra, o morador destoca, prepara a terra, planta. Depois da primeira colheita, entrega a terra ao patrão e recebe ou não outra em condições iguais à primeira.

Há, no entanto, casos em que, havendo essas condições, o morador recusa o sítio: ou porque não tem tempo, uma vez que passa o dia trabalhando na terra do patrão; ou porque o sítio cedido é em terra ruim e distante às vezes até quinze quilômetros; ou porque teve o que chamamos de experiência desastrosa.

Quando o morador fala do sítio, ele sempre se refere aos "homens" e à sua prática principal. Seu discurso remete à relação com o proprietário, de várias formas:

— para "mostrar" como o sítio lhe dá aquilo que não consegue trabalhando no engenho;

— para indicar os problemas que tem em garantir a terra para plantar, garantia que, em última instância, depende do proprietário;

— para indicar como o patrão lhe toma o tempo que poderia dedicar a seu sítio.

Apesar da relação com o proprietário ser também aqui um quadro de referência para o discurso do morador, esse discurso se dará de forma mais autônoma, isto é, escapará aos limites da relação com o proprietário. Isso porque, quando fala de seu sítio, o morador coloca parcialmente entre parênteses o proprietário e produz um discurso sobre o seu trabalho e sobre a apropriação do fruto desse trabalho.

Ao se referir ao sítio, o morador descreve seu trabalho porque ele representa aquele trabalho fora da relação com o patrão. O que se obtém do trabalhador nesse tipo de formulação, é impossível de se conseguir sobre o trabalho na cana. Aí o morador classifica os produtos:

"Eu plantei um pé de banana, 400 pés de maracujá, 12 pés de pitanga, 19 pés de caju, 19 pés de jaca e 4 pés de abacate e tinha um pé de mamão caiana e mais umas coisas que me esqueço. Um pé de laranja lima do céu e um pé de bahia. Ele soube, mandou arrancar...". [6]

Ele distingue a sua produção: roçado e lavoura. Roçado para ele é "coisa pouca", que não rende muito. Na categoria roçado ele inclui a mandioca, as verduras, o tomate, o maxixe, o gerimum, que seriam coisas quase que " naturais" de existirem em qualquer fundo de quintal. A lavoura é uma categoria utilizada para se referir aos roçados mais elaborados, onde haja milho, feijão, batata.

Também refere-se aos melhores processos para obter uma boa produção:

---

[6] Esse foi o morador que acabou na polícia por ter plantado tanta fruta.

(...) "Aí eu fui pedir ao administrador da usina... para eu plantar. Aí ele disse: 'tem aquele córrego ali dentro, o sr. ocês podem plantar ali dentro'. Eu disse: 'pode doutor?' Aí eu fui, ajeitei o povo do engenho. Digo: 'Oh, o homem deu o córrego para nós plantar ali e vamos plantar o córrego. Agora, vamos plantar (...) um encostado no outro. Já foi no mês de São João [junho]. Foi no mês de São João isso'. Eu digo: 'vamos plantar (...)' está tudo selecionado encostado, que é para bicho não vir, para não deixar bicho destruir. (...) Nós plantemos mandioca, macaxeira, só esses negócios de fim de água, não é. Foi no São João. (...) Agora estamos esperando esse ano, no ano que vem vamos aumentar a produção".

Refere-se ao trabalho propriamente dito que executa na terra:

"E lá na terra de G., o homem tem aquele brejo prá lá. Os moradores mais reservados [isolados] eram três. Aí ele disse: 'Vocês peguem essa terra aí para vocês'. Aí começamos a mandar a enxada para cima, cavando dia de domingo, de noite, arrancando pau, roçando terra. Aí se criou uma lavourinha, né? Mas depois esse [homem] vendeu o engenho dele para a usina. A usina só quer cana: é cana e criar boi. E o camarada tem de trabalhar para o usineiro".

"Na segunda de manhã, bem cedo, eu planto. Eu pego no serviço 7 horas, do homem. Quando amanhece o dia eu entro no roçado; planto um pé de roça. Quando estou limpando o roçado, o menino está fazendo o almoço e eu estou plantando a cova da roça. Quando chego de 5 em casa vou limpar aquelas covas de roça, vou plantar uma batata, vou plantar um feijão. Quando é no dia que eu não vou [no serviço do homem] trabalho o dia todo no meu".

É interessante chamar a atenção para a "lacuna" do dia de trabalho na terra do homem e a "presença" do dia de trabalho no do "dele".

Muitos autores (Stavenhagem, 1964; Bourdieu, 1964; Wolf, 1970), que tem estudado as chamadas sociedades "camponesas", costumam chamar a atenção para a relação ideológica que os camponeses tem com a terra, relação essa carregada de elementos emocionais. No caso dos trabalhadores da *plantation* açucareira de Pernambuco — que de qualquer forma dificilmente se enquadrariam no conceito de camponês [7] — não se poderia falar deste tipo de relação. Pelo contrário, a terra já é bastante secularizada, não sendo envolvida por nenhuma aura mística, e é uma alternativa ao barracão e um com-

---

7 Para esse conceito, cf. Foster, 1967, e Wolf, 1970. Sobre a propriedade da utilização do termo camponês para o caso dos proletários, cf. Velho, 1969.

plemento para a subsistência. No nível das representações, se nos dispuséssemos a fazer uma hierarquia, o salário ocuparia uma posição mais importante do que a terra, sobretudo na região sul do Estado. A posição da terra é sempre secundária ao salário, no sentido de que o trabalhador se representa muito mais como recebendo um tipo de remuneração, do que como um "camponês" que trabalha a sua própria terra (que aliás não é sua e ele reconhece como não sendo). E mesmo as aspirações ao campensinato sempre surgem dentro do quadro definido pelo engenho. É o caso citado do trabalhador que quer ter a terra, deixar de trabalhar no engenho, mas continuar morando no engenho. Num certo sentido, o que eles desejam é uma melhor divisão das horas de trabalho entre o engenho e o sítio.

Quando os trabalhadores formulam reivindicações, estas sempre se referem à sua condição de assalariado. São sempre reivindicações em torno de aumento salarial, pagamento em dia, férias, redução da jornada de trabalho, redução das áreas a serem trabalhadas, pagamento por diária e não por produção, etc. Trata-se, portanto, de um tipo de colocação totalmente estranha à "condição camponesa" (Cf. queixas apresentadas às Juntas da Justiça do Trabalho na Zona da Mata de Pernambuco).

Dentro do objeto de nosso trabalho, no entanto, o que importa aqui é captar a especificidade do "morador" e aproveitar justamente o capítulo referente à sua atividade subsidiária, para mostrar como, mesmo dispondo de um roçado ou sítio para plantar, o morador permanece necessariamente em relação com o proprietário, sendo essa sua relação principal e a que o situa na estrutura das relações de produção. Se, no nível ideológico, a relação com o proprietário se manifesta com menor força no discurso do trabalhador sobre a maneira como ele vive a sua atividade subsidiária, isso não significa que ela esteja ausente. Se, ainda nesse discurso, o trabalhador é capaz de desenvolver descrições mais detalhadas sobre o trabalho propriamente dito, isso também não significa que, no caso do trabalho do engenho, tenha representações "mais pobres" e, no caso do sítio, representações "mais ricas". O que essa diferença parece indicar são diferentes maneiras de viver e representar práticas diferentes, sendo no entanto ambas as representações formas de inserção nessas atividades. Ao falar do engenho, o morador necessita de um discurso sobre a relação com o patrão para pensar a sua experiência e dar sentido a ela; ao falar do sítio, o morador ne-

cessita de um discurso sobre seu trabalho de transformação da terra em alimentos para ele.

* * *

Ainda dentro do conjunto de atividades subsidiárias, destacam-se a venda de produtos na feira, o artesanato, ofícios de barbeiro e pedreiro, a caça e a pesca, que teriam também a função de complementar o salário e assegurar secundariamente a reprodução do trabalhador.

Como no caso do roçado, o discurso dos trabalhadores sobre estas atividades é rico em detalhes e também limitado pela relação com o proprietário. Procuraremos aqui apenas indicar esses pontos, reproduzindo alguns depoimentos de trabalhadores.

Dentre estas atividades, talvez a venda de produtos na feira seja a que mais escapa da relação com o proprietário. Sobre essa atividade, o discurso do morador é muito mais voltado para outro tipo de relação: a que estabelece com os comerciantes-feirantes, o que de certa forma remeteria a um outro sistema de relações no qual está inserido e que rompe com o sistema de relações estabelecido no engenho. Na cidade, vendendo sua produção na feira, o morador escapa ao controle do proprietário e entra numa relação de qualidade diferente, onde há mais igualdade entre os parceiros. A sua posição nesse sistema não é de subordinação.

Quando refere-se a esta atividade, o morador desenvolve um discurso sobre a qualidade do produto, sobre sua perenidade, sobre o mecanismo de fixação dos preços, sobre a barganha com o feirante, etc., e só secundariamente é que menciona o patrão, para dizer o quanto aquilo lhe serve para compensar a privação do engenho. A maneira como ele vive a venda dos produtos na feira não é através do proprietário, nem como uma privação. Através dessa atividade o morador se relaciona com a cidade. Seus inimigos relativos aí são o feirante e a Prefeitura (no primeiro caso, se ele for vender por atacado, porque há sempre briga na fixação dos preços, e no segundo, se for retalhar a produção, porque terá de pagar imposto, "o direito sagrado da cidade", como dizem):

"Eu vendi hoje uma base de 88 cruzeiros (antigos) o molho [de couve], quando a feira está mais fraca pra verdureira, ela também compra mais barato. Vendo a 70, 60, 50. Hoje fez 15 dias que eu trouxe 100 molhos de couve. Entreguei a ela na base de 50 cruzeiros.

I': [8] Cinco cruzeiros né? Toda sua couve o sr. entregou a ela.

P: Ela dá o dinheiro na hora?

I: Dá o dinheiro na hora.

P: Mas quem é que dá o preço é ela ou o senhor?

I: É eu.

P: E ela não...

I: Porque ela quer pagar 40 cruzeiros. Eu digo: 40 é pouco.

I': Porque ela quer comprar por menos. Quanto mais ela comprar por menos, ela vai ganhar mais.

I: É. A gente bota no chão para vender, passa até tarde. Couve não é coisa de se passar a vida todinha, todinha, no sol. Se fosse fruta, pepino, maxixe, ou quiabo, aquilo aguenta sol. Mas couve a gente tira à tarde, banha ele com água, amarra os molhos, banha com água, de manhã bem cedo, a gente bota num balaio, numa sacola e traz para vender. O nosso lema é vender logo, porque se ele murchar perdeu o valor, né? Murchou, perdeu o valor. E essa aí [a vendedora] compra e bota na rua, aqueles molhos de couve. Compra mais barato. Eu hoje mesmo trouxe 61 molhos de couve. Cheguei lá, disse a ela: 'A sra. sabe que o preço da minha mercadoria subiu?' Ela disse: 'Porque? Porque choveu?' Eu disse: 'Não, porque tudo está caro, então minha mercadoria vai ser mais cara hoje também'. E ela disse: 'E a quanto o sr. vai vender?' 'É a 100 cruzeiros o molho, é 60 molhos de couve, a sra. me dando 6 mil cruzeiros, o molho é seu'. Ela disse: 'Mas não é possível'. Se é possível, e tal, ela me deu 5 mil. Disse: 'Vou dar 5 mil, sou sua fregueza, o sr. entrega aqui', não sei o que e tal. Eu disse: 'Tá muito certo'. Quer dizer que aquilo me serviu bastante. Ela vai vender lá por 200 cruzeiros, ou que não venda. Mas o prejuízo quem tem é ela [rindo], não é? Agora se fosse fruta, banana, laranja, não, eu encostava minha carguinha lá num canto, ou meu balaio, dizia: é 20 cruzeiros ali, é 20 cruzeiros. Aquilo ali não murcha com sol, né? Só saía de tarde. Mas sabe, verdura é sempre mais difícil não é?"

(...) "Oh, eu, outro dia... outro dia, eu trouxe foi 30 molhos de couve. Vendi a um velhinho que tem aí na feira e outra mocinha, perto do pavilhão, esse pavilhão aí, perto da feira de semente de cana, de rapadura.

P: Eu sei, sei onde é...

I: Vendi por 80 cruzeiros a ele. Todo domingo eu trazia. Mas deixe que chegou muito couve, foi naquele tempo de verão, aí quando

---

[8] I' = outro informante que assistia a entrevista.

bateu as trovoadas, aí os couves começaram aumentar folha, aí apareceu muito couve. Aí o velho disse. Cheguei com o couve e disse: 'Ô velho, vai querer couve hoje?' Ele disse: 'Não vou querer não.' Aí a mocinha disse: 'Eu vou querer.' Aí, quando eu estava aprontando os couves pra mocinha, ele disse: 'Vou deixar de comprar a esse rapaz... a esse cidadão que ele vende muito caro'. Olhe: eu estava vendendo a 80 cruzeiros. Aí eu disse: 'Não tem problema, o sr. não quer comprar eu não posso forçar'. Ele disse: 'Quero não'. A mocinha, que não sei se é parenta dele ou se não é, disse: 'Eu também não quero'. Eu disse: 'Pronto, vou vender a outro'. Saí perguntando de barraca em barraca. Fazia até graça: 'Eu pago a 40'; outro: 'Eu pago a 30'. Teve um dizer a mim: 'Eu faço a 20'.

I': Tudo isso foi combinado, tudinho.

I: Quando eu cheguei na banca dessa mulher que eu vendo, eu disse: 'Eu tenho aqui uns molhos de couve. A sra. vai querer esse couve?' Ela disse: 'Quero. Quantos molhos tem?' Eu disse: 'Tenho 80'. Ela disse: 'A como essas couves?' Eu digo: 'A 100 cruzeiros'. Eu tinha colhido os pés de couve, não ia voltar com as couves para casa. Tinha necessidade de vender, né? e apurar o dinheiro para comprar qualquer coisa, né? Porque se eu não tivesse necessidade, não trazia, né? Ela disse: 'Eu pago 60.' Aquilo para mim foi uma maravilha. Fiquei devendo favor a ela.

I': Porque em canto nenhum se encontra isso.

I: Não.

I': Porque ninguém queria dar o preço.

I: Não. Ela disse: "Eu pago a 60. Se quiser, vamos contar'. 'É agora mesmo'. "(...)" Pagou-me em dinheiro e fui comprar farinha e feijão, que estava faltando. E muitas vezes trago aqueles couvezinhos para amenizar o barracão, viu, para não comprar no barracão. Eu não vou comprar um litro de farinha no barracão, eu não vou. É 2,80, 2 mil, né, 2 mil. Aqui no comércio eu compro quatro litros por 2 mil. E quanto já serviu para mim não é?"

* * *

Imediatamente após uma descrição deste tipo, cuja ausência já foi assinalada quando se trata do trabalho no engenho, o morador encadeia formulações a respeito do engenho, dos homens, para mostrar a importância do fato de ter uma alternativa à "privação" do engenho.

O mesmo tipo de observação é aplicável ao discurso do morador sobre o artesanato. Ao que parece, muitos moradores fabricam cestos, redes, espingardas, anzóis e vendem ou trocam esses produtos entre eles, os companheiros do engenho. Também nesses casos são encontradas descrições detalhadas, remetendo a uma classificação das espécies vegetais, por exemplo de tipos de cipós utilizados na feitura de balaios e também uma descrição de como faz o cesto. Há ainda descrições do mecanismo de fixação de preços e avaliações sobre o preço cobrado que, na lógica do morador, depende também do tipo de companheirismo que tem com seu "freguês".

Enquanto o morador se refere aquilo que depende dele, isto é, da força que dispende e da habilidade necessária à execução do trabalho (que não é "trabalho" na concepção dele), não há nenhuma menção ao engenho. É só no momento em que começa a contar como arrumou a "matéria-prima", no caso dos balaios, o cipó, é que introduz os "homens" no seu discurso. E faz isso para lamentar a "depredação" das matas. Porque os "homens" destruiram as matas, é difícil encontrar cipó, ele tem de gastar um dia inteiro procurando.

Quase todos os moradores caçam e pescam se há mata e rio nas proximidades. Em geral eles mesmo fabricam os instrumentos. Caçam e pescam sozinhos ou em grupos pequenos. Em geral preferem ir sozinhos para não terem de ratear o fruto da pesca ou da caça que não é abundante. Os grupos quando se formam são integrados por vizinhos de arruados existentes no engenho, sendo a relação de vizinhança, pelo que se pode depreender, a determinante na escolha do companheiro. A caça e a pesca têm, como as outras atividades, o sentido de complementação do orçamento doméstico, mas ao contrário de outros tipos de atividades, seu resultado não é objeto de troca ou venda. É sempre consumido pela unidade familiar.

Sobre a caça e a pesca o morador desenvolve um discurso, classificando as espécies animais, descrevendo o modo como pesca ou caça, os artifícios que utiliza para enganar os animais, e também aí a presença dos "homens" se faz sentir quando ele tem observações a fazer — o que é sempre o caso — sobre a devastação das matas, que o priva de caça, e a poluição[9] dos rios, que mata os peixes.

* * *

[9] Poluição provocada pela "judiação" das usinas que "soltam um tal de lavagem [restos do caldo da cana] que acaba, mata tudo. Aonde ela passa, sai matando".

Do que foi levantado sobre estas práticas secundárias do morador, o que parece importante reter é a sua função de contraponto em relação a sua prática principal de trabalhador rural. Em outras palavras, o nosso interesse aqui foi mostrar como o morador, no momento em que escapa da relação com o proprietário, ou que esta relação se torna secundária, a maneira dele viver a sua condição se altera, a sua posição no discurso muda, não é apenas um morador "privado" pelos homens que fala, mas um morador que estabelece outros tipos de relação, quer seja com o trabalho executado, quer seja com outros agentes sociais.

A IDEALIZAÇÃO DO PASSADO E OS DIREITOS

A história recente da Zona da Mata de Pernambuco [1] e, num certo sentido, os acontecimentos políticos do país, no início da década dos 60, têm um papel importante na representação que o morador da *plantation* açucareira dessa região faz de suas condições de existência e do processo de mudança que viveu. Uma análise do modo como os trabalhadores reconhecem socialmente este tempo poderá nos fornecer algumas indicações sobre sua ideologia.

A política regional só adquire sentido para o morador, na medida que perceba nela alguma conseqüência concreta para sua vida imediata, em termos de alterações. Assim sendo, poucos são os fatos e os nomes de políticos que o morador retém em sua memória. Diversos processos locais e nacionais que constituem para outras classes dessa formação social marcos importantes na temporalidade, como as mudanças de Governo, não querem dizer nada para o morador. Ou os desconhece por completo, ou os conhece, mas não os retém em sua memória, na medida que prescinde deles para representar suas experiências.

À exceção dos moradores mais velhos, de mais de 60 anos, [2] que possuem outros pontos de referência para retalhar a história, a grande maioria dos trabalhadores divide a história recente da região em dois períodos: antes e depois dos "direitos". A percepção de que os "direitos" constituíam um marco em sua temporalidade se deu quando observamos que toda vez que se interrogava um morador

---

1 Estamos nos referindo ao surgimento das Ligas Camponesas, à fundação dos Sindicatos, ao Governo de Miguel Arraes, isto é, aos acontecimentos de meados da década dos 50 e início da década dos 60.

2 Os moradores mais velhos assinalam no tempo o Governo de Getúlio Vargas, sobretudo o período do Estado Novo, e particularmente a época da Consolidação das Leis do Trabalho, possivelmente porque naquele período devem ter sido beneficiados pela legislação que atingiu mais diretamente trabalhadores da parte industrial da *plantation* açucareira.

sobre o passado, sobre o antes, ele tinha dificuldade de responder e só o conseguia quando situava esse antes no tempo socialmente reconhecido por ele, isto é, antes dos "direitos", que indicam para ele uma ruptura significativa; o passado se situa antes dos "direitos", depois disso é a situação atual.

Os "direitos" são uma categoria dos moradores para dar conta dos processos de mudança que vêm vivendo, e, como categoria, contêm vários significados. Quando um morador fala dos "direitos", na maioria das vezes está se referindo principalmente às conseqüências da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Os "direitos" estão associados às "leis", isto é, ao Estatuto (que ele nunca menciona, referindo-se simplesmente às "leis") que consolidou uma série de alterações na sua condição de morador, talvez a mais importante delas sendo a instituição do salário mínimo.

Os "direitos" não estão apenas associados às "leis", mas também ao tempo em que elas foram promulgadas; aos responsáveis por elas, os quais, para o morador, são o Governador Miguel Arraes e o Governo em geral; e aos novos órgãos que surgiram na época, principalmente os Sindicatos. Daí que o morador, quando se refere ao passado, divide-o em antes e depois dos "direitos"; antes e depois de "Miguel Arraia" (Arraes); antes e depois do Sindicato. Antes de entrarmos no significado desses dois tempos, vamos examinar primeiro o que significam para o morador os direitos propriamente ditos.

Os "direitos de leis", aos quais todo morador se refere, são simultaneamente aquilo a que ele tem direito (salário mínimo, férias, repouso remunerado e assistência sindical, que compreende assistência trabalhista, jurídica e médica) e também o que ele paga para garantir esses "direitos" (a contribuição social ao sindicato). O morador usa o mesmo termo para se referir às duas coisas. Diz ele: "Eu tenho meus direitos de leis", quando está mencionando o direito de trabalhar, de ganhar o salário pelo que trabalhou; e "Eu pago meus direitos", quando enumera os descontos de seu salário que lhe franqueiam o Sindicato e o médico. Na lógica do morador, quem não paga não tem "direitos", ou pelo menos não tem condições de reclamar. A associação entre uma coisa e outra é tão grande que há moradores que, estando doentes ou impossibilitados de trabalharem durante a semana ou o mês, dão pelo menos um ou dois dias de serviço, para "pagar os direitos", isto é, para que conste que estão "em dia com os direitos".

Os "direitos", segundo o morador, sempre existiram, mas eles moradores não sabiam que existiam: "Quando não havia esses di-

reitos, que a gente compreendesse eles...". O interessante é que esse tipo de visão de que os direitos sempre existiram, mas só foram atualizados em determinado momento, é comum não apenas entre moradores, mas também entre líderes sindicais e em alguns escalões da hierarquia dos engenhos, sobretudo entre "barraqueiros" e "administradores" de origem rural. Dizia um administrador: "Começaram a imprensar antes que o povo tomasse conhecimento das leis. Depois as leis vieram, mas eles [moradores] já tinham ido embora porque não sabiam. Eles, os proprietários, sabiam, por isso imprensaram. Antes [os moradores] tivessem aguentado a imprensa", ao narrar o abandono dos engenhos e a expulsão dos moradores das propriedades, que tiveram início antes da promulgação do Estatuto.

No discurso do morador, os "direitos" que sempre existiram foram atualizados pelas "leis". Muitos não sabem sequer porque as leis vieram "tornar público" os direitos, mas associam vagamente as leis ao movimento das Ligas Camponesas, a Francisco Julião e à ação da Igreja. O que importa, no entanto, é que para eles os direitos e as leis lhes *foram concedidos* pelo Governo, por Miguel "Arraia".

Essa visão do morador nada tem a ver com a imagem que se faz de que o Estatuto — as "leis" — foi uma conquista da luta travada pelas Ligas e pelos Sindicatos e que o Governo foi obrigado a ceder. Nada mais estranho à ideologia do morador do que essa imagem partilhada por amplos setores da opinião pública do país, por alguns cientistas sociais e pela própria classe dominante de proprietários, que vêem na luta dos trabalhadores um dos principais motivos para a promulgação do Estatuto. O morador não reconhece os "direitos" como adquiridos, nem como resultantes de uma luta que ele teria travado, mesmo que fosse apenas como massa do Sindicato ou das Ligas. Esses direitos não foram adquiridos, mas concedidos por Miguel "Arraia" ou pelo Governo — visto aí como entidade abstrata, não havendo referência a personagens políticos concretos, como João Goulart, por exemplo. As únicas referências são a Julião (rara) e a Miguel "Arraia" (pela grande maioria). O morador não associa aquele tempo de Arraes a um movimento de pressão que teria levado à promulgação das "leis" pelo Congresso Nacional. Esse encadeamento de fatos, que é visto por aqueles setores, não faz parte das representações do morador. O que ele retém são as conseqüências do processo.

Em suma, os direitos se configuram nas representações do morador como um dom, uma dádiva, uma graça, que marcaram uma série de mudanças na sua vida concreta, mas independeram dele.

Embora reconheça os "direitos" como um dom, ele nunca se coloca a possibilidade de que lhe venham a ser tirados. Na lógica dele isso se explicaria, uma vez que os direitos sempre existiram, os moradores é que não sabiam, mas agora que sabem e que existe uma lei consagrando-os, não há retrocesso possível. O fato de que tenha que pagar por esse dom, ou seja, que a categoria "direitos" implique a compra dos direitos, poderia parecer, num primeiro momento, uma contradição. [3] De fato, tal contradição não existe em seu discurso, pois o que está em jogo na compra do dom é o código da reciprocidade: o pagamento é feito àqueles que lhe concederam o dom. [4]

* * *

As situações separadas pelo aparecimento dos direitos são representadas pelo morador de uma forma aparentemente ambígua.

O tempo anterior aos direitos, segundo o morador, é o tempo em que os "homens" pagavam o que queriam, pagavam o "salário consentido": [5]

"Naquela época, nãc tinha direito não. Não havia essa base de direitos. Não havia nada, nem 10.º [13.º mês], nem férias, nem salário. Direito era o que eles queria pagar mesmo".

Também era o tempo em que se cortava o salário do trabalhador:

(...) "porque achavam que ele não precisava ganhar tanto. Qualquer coisinha cortavam". [6]

---

[3] Teoricamente, essa contradição seria impossível, pois a função da ideologia é justamente a de ocultar as contradições e estabelecer a harmonia no plano do imaginário.

[4] O Sindicato de alguma forma é associado ao Governo, que foi quem concedeu os "direitos", como um órgão dos trabalhadores criado com a conivência do Governo.

[5] "Salário consentido" é o termo que os moradores usam para se referirem à remuneração do trabalho que não estava sujeita às leis, i.e., à remuneração anterior aos "direitos". Em oposição a ela, existe o "salário", que é apenas o salário mínimo em vigor.

[6] Esta citação, e a que se segue, é uma referência ao sistema de "tarefa", que consistia na designação de uma área para o morador trabalhar, que media oficialmente 625 braças. Ele executava a tarefa em três, quatro e até cinco dias. No fim da semana era feita a contagem da área trabalhada e em geral o fiscal — que tinha a função de verificar se o serviço havia sido bem feito — cortava a remuneração pela metade, alegando que o serviço estava mal feito. E o trabalhador nunca sabia o que tinha ganho antes da fiscalização. O sistema atual, para uma parte dos serviços agrícolas, é a "conta", que também consiste numa área a ser trabalhada — de 10 braças por 10 — mas que um morador pode "tirar" em um dia. Se tiver conseguido, receberá a diária do mínimo correspondente.

"Hoje a situação está melhor porque quando nós tira uma conta por Cr$ 3,40, aquilo ninguém corta mais. Se o serviço for bem feito, aquele dinheiro vem. E antigamente a gente fazia o serviço, podia ser bem feito ou que não fizesse, eles cortava.

P: E como a coisa mudou?

A coisa mudou. Eu acho que mudou por causa desse direito que apareceu hoje, apareceram essas leis e o trabalhador teve direito de trabalhar e de ter os direitos dele e entonces de ter salário justo, ter esse salário. Agora, esse é um salário minguado, que não dá para o trabalhador viver. Mas a situação está melhor do que antigamente. Porque antigamente, o trabalhador trabalhava mas só sabia o que ia ganhar quando recebia".

Os "homens", antes dos "direitos", mandavam surrar os moradores e até mesmo matá-los. [7] Os moradores viviam no engenho tremendo de medo. Isso ocorria em toda parte, embora, segundo eles, houvesse usinas melhores e usinas piores, patrões melhores e patrões piores. Naquele tempo, dizem eles, se trabalhava de graça, pagando a "condição" ou o "cambão". [8] A diferença, hoje, é que eles recebem pela condição. [9]

---

7 As "maldades" dos "homens" é um assunto que mobiliza demais os moradores. São capazes de passar horas narrando casos de torturas, surras e até mortes. Segundo eles, naquele tempo, se um morador fosse reclamar alguma coisa, poderia ser sumariamente assassinado, havendo casos de trabalhadores que foram jogados no alto forno das usinas. Até hoje, segundo eles, é possível encontrar esqueletos de moradores enterrados pelos engenhos. A literatura de cordel "proibida" narra esses casos e é procurada pelos moradores.

8 Existe uma grande confusão em torno do que era a "condição" e o "cambão", sobretudo nas áreas onde já terminou há algum tempo. Parece que a "condição" era os dois dias de serviço gratuito por semana que o morador "condiceiro" dava ao patrão, em troca do direito de morar na propriedade e de ter um lote de terra. Só era remunerado se trabalhasse além dos dois dias. O "cambão" sistema que coexistia com a "condição" — era o trabalho gratuito durante cerca de 15 a 20 dias durante o inverno, que se exigia do morador "foreiro". O "foreiro", que tinha um status superior ao do "condiceiro", também tinha direito à morada e a um lote, mas pagava em dinheiro pela utilização do lote.

9 O que nos parece é que a "condição" representa também para o morador a sujeição ao senhor de engenho. Daí a sua permanência:

"Não a condição nunca se acaba. É todo o dia o camarada ir todo o dia pagando aquela condição. E agora com o sr. de engenho de lá houve esse Sindicato e as coisas melhorou prá gente né? Se a gente precisa vai. Mas se a gente não for trabalhar, ele não chama, viu, a gente dá dois dias, dá três, dá quatro... no dia que for recebe. Ele paga esse salário agora, ele não pagava não".

"Quer dizer que não é a condição de o camarada pagando dia de graça, sabe. Condição é o camarada trabalhar direto, diariamente, lá. Serviço tem diariamente, agora ganhando o salário que corre, não tem

Esse tipo de representação negativa da situação anterior surge no discurso do morador quando ele está falando a respeito dos "direitos" — férias, 13.º salário — os quais já recebeu ou deverá receber. Se nesse contexto se interroga o morador sobre o passado, ele dará este tipo de resposta, seguida de formulações como estas:

"Depois de Miguel Arraia, ninguém paga condição, ninguém paga foro, ninguém paga cambão".

"Nós não tinha direito de jeito nenhum. Nós pegamos, nós arranjamos esses direitos de 64 para cá. Agora de 64 para 37, todo trabalho foi perdido. Ninguém tinha direito a nada. O direito que eu tinha de 64 para lá, do tempo que o Miguel Arraia dominou prá trás, a sra. sabe o direito que eu tinha? Era a lei de trabalhar os sete dias, trabalhava os oito. Nunca vinha a uma feira no dia de domingo. Tá vendo só? No dia de domingo, a sra. pode acreditar, como Jesus, eu saía para o trabalho nesses dias".

"Eles pararam de bater agora, depois que o Dr. Miguel Arraia tomou conta. As políticas de Seu Getúlio Vargas correu toda certinha: ele debulhou tudo que houvera de fazer com nós, mas não pode levar o caso prá frente. Mas depois que o Dr. Miguel Arraia tomou posse foi que ele descobriu e descobriu mesmo. Aí pararam de bater".

Se nesses contextos os "direitos" aparecem no discurso do morador para assinalar uma mudança para melhor, há inúmeros outros contextos em que os "direitos" vão representar uma mudança para pior. Toda vez que o morador está falando sobre sua privação atual e sobre as dificuldades que enfrenta, ele vai se referir à situação anterior aos "direitos" como muito melhor do que a de hoje. Ele fala dessa situação, comparando as vantagens que tinha antes dos "direitos" e que hoje estão perdidas. Não chega a lamentar o aparecimento dos direitos. Isso nunca ocorre, pois o morador vê nos direitos um benefício para ele e se orgulha de ter o "amparo das leis" e de ter "meus direitos de leis que ninguém me tira". Com os "direitos", ganhou o salário, mas perdeu, segundo ele, muita coisa. Mas, mesmo que seu discurso sobre a situação atual denote uma grande privação, o morador nunca vai contra os direitos que lhe garantem o "salário de leis". O que nos parece é que deseja reunir as vantagens da situação anterior com os benefícios dos direitos,

---

desconto de dia pro camarada trabalhar dez, vinte ou trinta dias sem receber, para pagar como foro. É somente ele trabalhou, recebeu, trabalhou, recebeu".

Esses exemplos nos remetem ao ponto levantado anteriormente a respeito da lógica da reciprocidade e da compra do direito. Assim como ele pagava a condição no passado — a condição representando o direito de morada — hoje ele paga o direito.

na medida que não percebe que uma coisa implica na negação da outra. No plano das representações, o morador opera com dois sistemas de referência, com duas lógicas antagônicas: uma solidária ao passado e outra ao presente, sem nunca se dar conta disso.

O tempo que antecedeu os "direitos", segundo o morador, era "um tempo cansado e muito favorável". Todo seu discurso sobre esse tempo, no contexto a que nos referimos, denota uma grande idealização do passado, pois ao lado das referências a coisas objetivas que foram suprimidas com a emergência dos "direitos", ele vê um passado muito melhor do que ele mesmo representa em outros contextos. Quando o objeto é a privação do presente, não existe mais privação no passado.

Antes dos direitos, na imagem idealizada do morador, não faltava trabalho para ninguém. Trabalhava homem, menino, mulher e velho:

"Antigamente, naquele tempo que o usineiro trabalhava com o dinheiro do povo, menino trabalhava. Eu tenho aqui mesmo um rapaz [filho], ele faz sete anos que trabalha. Naquele tempo ele ganhava 90 mil réis. Chegou a ganhar 90 mil réis por semana. (...) Depois que entrou esse negócio de direito, de o camarada ter salário, de a usina pagar salário ao trabalhador, a usina disse: 'Menino de menor não trabalha. Só trabalha se for de maior'. Agora, no começo ela disse: 'Bem, esse menino, quando estiver bom de trabalhar ele passa a dar esse serviço.' Mas agora a usina não quer mais dar serviço. Menino está quase com idade de 16 anos, está quase de maior, não querem mais dar serviço. Os pais estão vivos. Quem tem obrigação de dar de comer é eu".

Naquele tempo "se ganhava mais pouco, mas se vivia mais folgado, porque a carestia era menor". O morador acha que com o advento do salário aumentou muito o preço das mercadorias e que no final das contas não adianta subir o salário, porque as mercadorias sobem imediatamente e é o mesmo que nada. Esse tipo de formulação remete em geral ao corte dos sítios e à conseqüente supressão das lavouras de subsistência, que fizeram com que o morador passasse a comprar a maioria dos gêneros que consome (cf. Furtado, 1964: 144).

Um morador, conversando com um mestre de obras — que poderia ser considerado como pertencendo à "classe média" local —, argumentava — com um tipo de argumentação muito comum entre eles — que a situação hoje é pior do que antigamente. O mestre de obras afirmava que com a "Revolução de 64" as coisas tinham melhorado. Dizia o morador:

"Não sr., antes da Revolução era melhor. Eu digo e provo: naquele tempo o salário era de Cr$ 1,10. Um quilo de charque custa Cr$ 0,90. E não era melhor? Hoje a charque custa mais do que a gente ganha trabalhando um dia inteiro".

"Naquele tempo", dizia outro morador, falando da carestia, "eu dava seis contos a mulher para ela vim fazer a feira. Ela vinha e fazia uma feira igual a que Dr. ... [o proprietário] faz hoje com 500 contos. Não, aposto que o Dr. ... não faz com 500 contos".

Interrogado por que se vivia mais folgado, o morador responde:

"Porque a mercadoria era barata, hoje o sr. vê, hoje a gente ganha 4 contos por dia. Tem dois ou três filhos em casa. O que é que a gente faz com 4 contos? Os filhos precisam comer a farinha, o feijão, o café, o açúcar, um taco de carne, o feijão, o café... E o que é que ele faz com 4 contos? Nada não. (...) E passa dois ou três dias sem comer. No outro dia pega no serviço quase em jejum (...) E se vive assim: morrendo de fome e ainda devendo. Agora vamos pagar sindicato, vamos pagar direitos de ambulância, de hospital. Vamos pagar 2 contos e 200 de Instituto. Um remédio. Quando eu preciso de um remédio, é preciso comprar. Ou compra o remédio, ou morre. Ou compra o remédio, ou morre".

A idéia de que a "carestia" é cada vez pior e que o salário não resolve o problema do morador porque não acompanha o aumento das mercadorias, resultando numa idealização de um passado de fartura e baixos preços, pode ser também compreendida na medida que foi quando o morador começou a receber o salário e a comprar a maioria de seus alimentos, que efetivamente entrou em contato com o mercado. Esse contato com o mercado e as dificuldades que tem de acompanhar a subida dos preços o levariam a este tipo de percepção da situação anterior.

Antes dos direitos, os "homens" eram melhores, mas depois que "entrou essa base de direitos, parece que eles tomaram uma raiva dos trabalhadores": não dão mais "morada", não dão mais remédios, não dão mais assistência médica. Muitos moradores contam casos de acidentes de trabalho em que os patrões se recusam a assisti-los e os mandam para o Sindicato, alegando que quando querem reclamar deles procuram o Sindicato, se adoeceram que façam o mesmo. "É possível que eu perca meu sangue no trabalho dos homens e não tenha uma ajuda?"

A suspensão da assistência médica, que o morador associa ao aparecimento dos "direitos", é um dos assuntos que mais os mobiliza e os leva a idealizar a assistência do passado, não só porque agora só conta com o Sindicato, mas também porque agora eles, mora-

dores, devem estabelecer um sistema de ajuda mútua para socorrer um companheiro em caso de doença, função que anteriormente sempre coube ao proprietário:

"A minha valença tem sido esse Sindicato, porque se eu não fosse fichado nesse sindicato, teria sido difícil para mim. Porque aqui, quando eu quero um remédio, X [Presidente do Sindicato] sempre me dá um remédio, manda fazer consulta com o Dr. ... que é o nosso médico. A gente faz consulta, quando ele pode também, porque às vezes o Sindicato não pode também. O Sindicato não é próprio para dar remédio a ninguém, é próprio para reivindicar nossos direitos ... [hesitação] trabalhistas. Porque tem vezes que a patrão não pode dar, né. Patrão não dá. Ele pode mais não dá".

[Naquele tempo] "A usina agia com as mulheres que sofria. Mandava buscar um carro, ligeirinho mandava buscar, levava para o hospital. (...) Caía um doente no engenho, não morria de fome, compreende como é? O barraqueiro colaborava. Mas hoje não. Se nós não colaborar com o doente ele morre. Um sujeito dá 10 mil, outro pode dá 0,40, outro dá 0,50. E assim, com esse dinheirozinho ele não morre de fome, compreende como é, aí ele não morre de fome porque os outros colabora".

Antes todos tinham sítio para plantar, a "terra era muita e os homens não se incomodavam", "hoje a cana tomou conta de tudo e a gente não tem onde plantar um palmo de roça". Naquele tempo "se trabalhava mais pouco" e o tempo sobrava para cuidar da roça. Depois dos direitos, "apertaram o serviço" e "cortaram os sítios" para "obrigar todo o mundo no salário". Hoje, também, a terra "não dá mais nada, está cansada".

Um ponto que é freqüentemente levantado por moradores em sua idealização do passado é o fato de hoje não terem as alternativas que tinham antigamente. Referem-se especificamente a uma grande mobilidade do passado, que os permitia mudar de engenho quando quizessem. Hoje, se sentem obrigados a permanecer num mesmo engenho, pois se saírem perdem os "direitos" e dificilmente conseguem morada em outro engenho:

"Antigamente, antigamente as coisas era melhor para certas coisas de hoje em dia. Porque hoje em dia as coisas modificou muito e a gente não tem nem onde para onde correr.[10] Se tiver ruim ali num canto,

---

[10] Nas áreas onde o Sindicato é mais forte e tem maior penetração na massa de trabalhadores, é sempre visto como "um canto para onde correr".

só tem unicamente o que a gente pede conforto só é a Deus e a mais ninguém. Porque antigamente, a bondade que tinha era essa ... Certo que não existia esses direitos de leis, mas a gente estava aqui, aqui estava ruim, não estava dando para a gente ganhar, não estava dando para a gente se virar melhor, a gente saía daqui, chegava em outro engenho: 'Seu Fulano, tem casa desocupada?' 'Tem.' 'Quanto está pagando aqui?' 'Estou pagando tanto, aonde você mora?' 'Eu moro em tal canto, mas lá não está dando para mim, tá meio ruim... Aí tem casa desocupada?' 'Tem aquela ali, vá olhar, se se agradar venha para ela'. A pessoa aí ia, reparava e dava certo. Aí vinha, se mudava para lá e ia se embora trabalhar. Era entregar a chave ao dono do sítio de cá e ir se embora para lá. Quer dizer que não tinha esse negócio de o camarada pedir conta, de ser botado para fora, nem de exigir direitos, nem nada. Era pegar os trocinhos e ir pra dentro da casa do outro, ir morar e ir ganhar o pão dele. E hoje em dia, de lá mesmo [engenho onde ele mora] tem saído uns moradores. Tempos atrás saía um, a casa ficava lá esperando por outro. E agora, se sair um morador, o patrão bota a casa e cobre o sítio de cana. E se a pessoa sair daqui, se ele botar pra fora, a pessoa recebe aquela micharia que der pra receber, quando chega lá fora não tem serviço. E se tiver é 5, 6 meses, 3, 4 corta. Tem vez das pessoas passar 3, 4 mês, 5, 6, sem o que procurar, atrás de serviço sem arrumar. Pronto, quer dizer que as coisas hoje está mais ruim por causa disso. Porque antigamente o povo tinha mais liberdade. Porque ele dizia: 'Hoje aqui não tá bom, vou para o engenho de seu Fulano'. Chegava lá, arrumava casa, arrumava sítio e ia trabalhar. Se lá não está bom, eu vou prá outro canto até o dia em que chegasse num lugar que desse prá ele movimentar-se melhor. E hoje em dia não. Hoje, a pessoa mora num engenho. Se sair dali, for pedir sítio no outro engenho, eles diz: 'Donde você é?' 'Sou do engenho de Fulano de Tal'. 'Não, aquela casa ali já tem dono...' Às vezes, nem dono tem. Diz: 'Já tem dono, não tem casa desocupada não'. Quando ele sai, ele [o homem] manda botar a casa abaixo prá outro não vir pedir mais. E serviço não dá. 'Aquele camarada vai sair do engenho de Seu Fulano porque ele é um grevista, não presta, não vou dar serviço a ele aqui não'. Só se for por meio do empreiteiro que ele pode trabalhar. Por conta da fazenda ele não trabalha mais. Pronto. Só é mais assim, por causa disso. E de primeiro não. De primeiro se o camarada saía daqui, arrumava serviço acolá e se virava de todo jeito. Só é mais ruim por causa disso. O camarada sai daqui mesmo, vai prá capital, chega lá, arruma serviço 5. 6 mês, corta, 5, 6 mês, corta. Pronto. Aí fica o camarada com

a cara prá cima, dentro duma capital daquelas, tudo o que o camarada quiser comprado, a micharia que leva vai logo comendo esses 5, 6 meses, recebe aquela pouca indenização de 5, 6 meses, passa 3, 4 mês parado, come tudo, pronto, termina em nada. O negócio mais ruim que a gente está achando é esse, quer dizer que trancou os direitos, as liberdades da gente. Muita gente diz: 'Olha, se acabasse esse negócio de certos direitos, seria melhor'. Porque não adianta: a pessoa estar aqui, se sustente prá não desgarrar-se daqui, porque desgarrou-se, ele não sabe mais onde vai se agarrar. É mesmo que quando um pau vai dentro de uma cheia: não sabe onde enganchar. Do mesmo jeito está a situação do pobre aqui.

P: O sr. mudou muito de engenho, não? Ou ficou toda a vida nesse mesmo?

"Eu sou toda vida nesse engenho. Nasci e me criei dentro desse engenho".

"P: Por que mudava de engenho?

Por causa do serviço ruim. Eu ia para o serviço, tava ruim, ia embora. Era assim. Nesse tempo, o pessoal vivia prá cima e prá baixo. Hoje em dia não... porque o cativeiro está muito pior do que antigamente. Porque de primeiro se mudava assim: trabalhava uma semana num engenho, 2, 3. Não dava não, corria prá outro. Vivia assim.

P: Por que parou de mudar?

Pararam de mudar depois desse Governo velho que caiu. Esse Governo que fez essa grande revolução. Foi quando o pessoal deixou de se mudar, porque aí prendeu tudinho. Quem tiver num engenho fica. Se sair, pronto, perdeu tudo".

"Antigamente, quando a gente se aborrecia, ia embora. Isso aqui, A, B, C, D, E [nomes de usinas] esse mundo, conheço todo. Estou há 40 anos aqui no sul. Sou do Sertão. Dentro da usina, a gente ia de engenho em engenho. Naquele tempo, nas pistas, o sr. só via gente com as bombinhas na cabeça. Agora a gente sossegou um pouco. Se sair, perde os direitos. A gente mudava dentro da mesma usina: o sr. era administrador de um engenho, eu era de outro. O sr. fez tudo direitinho. Pagava pouco, mas dava serviço maneiro. Eu, querendo economizar prá usina, não fazia as coisas direito. Quando chegava já pro fim da limpa, meu serviço estava atrasado. Aí, o chefe chegava e dizia: 'Pague mais'. Aí o pessoal do seu engenho corria pro meu. Deixe que quando acabava o serviço, eu voltava pro mesmo preço. Aí os trabalhadores iam pro seu engenho. A gente

saía se se aborrecia com o administrador ou o cabo. Ia embora. Depois voltava. Mudava o administrador, a gente voltava. Eu mesmo trabalhei cinco vezes no mesmo engenho. Agora não pode sair mais. Com as leis tem que ficar, senão perde os direitos. E é isso mesmo que eles querem: que o trabalhador saia e perca os 20 anos de casa".

O primeiro depoimento que transcrevemos é de um jovem de 25 anos, o segundo de uma senhora de 60 anos e o terceiro de um homem também de 60 anos. Tomando como referência o primeiro depoimento, pode-se constatar que a mobilidade do passado remete efetivamente a uma idealização, pois além de ter sido impossível que ele tivesse vivido a mobilidade a que se refere, ele mesmo declara no fim que nunca mudou de engenho. Por outro lado, muitos moradores que encontramos estão há mais de vinte anos no mesmo engenho. Realmente, só uma pesquisa sobre tempo de permanência dos moradores nos engenhos poderia atestar esta pretensa mobilidade, que é possível que tenha sido intensa. No entanto, o que importa é que a visão da mobilidade do passado, que no caso do jovem pode lhe ter perfeitamente sido transmitida pelos mais velhos e por ele incorporada, remete a uma representação de uma situação anterior quando o campo de alternativas era tido como maior, e a uma representação da situação presente, que indica que o morador vive suas condições concretas como um cativeiro, como se estivesse mais preso ao proprietário do que antes dos "direitos". Remete também a uma representação de um passado quando o morador podia se "agarrar" aos "homens" e a uma representação de um presente no qual ele não tem aonde se "agarrar", a não ser no Sindicato, que no entanto não preenche as funções de segurança do antigo engenho (em termos de emprego, morada, lenha e água de graça, sítio para plantar). Por mais que o Sindicato seja importante para o morador, ele nunca poderá se situar no mesmo plano que o engenho. Embora o morador diga: "Com esse negócio da pobreza é primeiro Deus e depois o Sindicato", o Sindicato é apenas um instrumento para enfrentar os "homens", não podendo nunca lhe devolver as garantias e a segurança de um passado enterrado justamente com o processo que permitiu a emergência do movimento sindical.

O caso da idealização da mobilidade geográfica nos parece ilustrativo do ponto que estamos tentando desenvolver, que é o da idealização do passado. O que nos parece é que não é a mobilidade em si que o morador quer se referir quando fala dela. É possível, e tivemos depoimentos em que isso ficava claro, que a mobilidade

propriamente dita seja representada negativamente.[11] O que importa é que para ele ela evocava um tempo em que as restrições a emprego e a morada, no plano de suas representações, eram menores. A mobilidade indicaria para o morador a receptividade dos "homens" (se é que é esse o nome que podemos dar) que foi rompida com os "direitos".

* * *

Comparando agora as representações que o morador tem dos dois períodos, separados pelo surgimento dos direitos, se poderia concluir que a ambiguidade assinalada acima era na realidade aparente. O morador representa de uma forma mais positiva a situação anterior do que a atual, sobretudo porque percebe que as vantagens da situação atual não são para ele absolutas: os "homens" continuam cortando salário, matando e espancando trabalhadores[12] e expulsando trabalhadores das propriedades. No fim, o que sobra do presente são os direitos e, mas isso ele não percebe, a consciência de penúria que só hoje ele tem. Quando o morador fala de seus direitos ou diz, num diálogo hipotético com o usineiro,

"O trabalhador hoje não é mais cego como antes que vocês faziam duas folhas: uma pro trabalhador assinar e outra pro Ministério do Trabalho. Hoje tem o Sindicato para nos guiar. O Sindicato que nós fizemos".

ele na realidade está se referindo às únicas coisas boas que ele vê no seu presente.

A idealização, no conjunto das representações dos moradores, não se dá apenas em relação ao passado de antes dos direitos. Ele tem a tendência a idealizar o passado imediato, a safra anterior, o último engenho por que passou, o último patrão, sempre num jogo que consiste em opor um passado melhor a um presente pior. Daí sua visão pessimista do futuro: "No linhamento que vai é para morrer de fome".[13]

---

11 "Foi a coisa melhor da minha vida que eu achei foi essas leis entrar no sul. Para mim que eu mudava a pulso. Que eu nunca gostei. Eu sempre dizia, ai meu Deus, eu só queria que Deus fizesse umas leis para não se mudar mais ninguém; para ver seu eu não navegava no mundo. Aí aconteceu isso, graças a Deus. Que era muito chato, a gente vivia saindo. Que às vezes acontecia isso: os empregados não queria se entender bem com o trabalhador, sobre aquele negócio do trabalhador viver prá aqui e prá acolá, eles faziam isso: qualquer coisinha eles queria brigar com o trabalhador, queria dar no trabalhador".

12 Cf. casos recentes de assassínios de moradores: um no engenho Canal da Luz (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8 de julho de 1970) e outro no Engenho Teixeira (JORNAL DO BRASIL, 20 de outubro de 1970).

13 Autores que lidam com sociedades camponesas (Bourdieu, 1964; Antônio Cândido, 1964; Mintz, 1966; Wolf, 1970; Stavenhagen, 1964) freqüente-

Diante desta tendencia à idealização e da constatação que o passado é sempre melhor do que o presente no discurso do morador, como explicar a avaliação positiva do presente, quando o ponto de referência são os direitos? Em outras palavras, sempre que contraposto ao passado, o presente é pior. O presente só é bom quando o objeto do discurso são os direitos. Neste caso há uma inversão. Mas, se os direitos sempre existiram e o que o presente contém de novo é a atualização desses direitos, não há nenhuma contradição. A regra é a idealização do passado. Quando ela está prestes a ser quebrada porque existe algo de positivo no presente, que são os direitos, na realidade não está havendo quebra do princípio pois os direitos, em última análise, sempre existiram, só que eles, moradores, não sabiam disso. Desta forma, a harmonia necessária às formulações ideológicas é mantida pela representação dos direitos como algo que pertence ao passado.

* * *

A importância do Sindicato na vida dos moradores e no sistema global mereceria um trabalho à parte. Aqui pretendemos apenas levantar alguns pontos que parecem relevantes para o conjunto do tema que estamos desenvolvendo.

O Sindicato para os moradores está intimamente associado ao surgimento dos direitos. Os dois são solidários. O morador o representa como a instância alternativa ao patrão, "o canto para onde correr". É o instrumento que dispõe por lei para enfrentar os "homens" e fazer valer seus direitos. Ele, morador, não tem força para enfrentar os patrões, mas o Sindicato tem, por isso confia nele suas queixas. [14]

---

mente chamam a atenção para o fenômeno da idealização do passado entre camponeses e procuram associá-la à ruptura das condições de existência. A nosso ver esse tipo de idealização seria efetivamente solidária às chamadas "sociedades tradicionais" em processo de transição para um sistema capitalista e se manifestaria com mais força nas classes que ocupam uma posição mais baixa na estrutura de classes. Na Zona da Mata de Pernambuco, a idealização ocorre também nos setores da classe dominante, mas de forma diferente, porque nesta classe a representação de um futuro de "progresso" neutraliza bastante a idealização que venha a existir, enquanto que entre os moradores a representação do futuro só confirma a idealização do passado.

[14] Um morador, explicando porque recorrera ao Sindicato para resolver um problema em seu engenho, onde só estavam dando serviço para o empreiteiro e mantendo os moradores parados, dizia:

"Fui obrigado a reclamar tudo isso a ele [Presidente]. Entonces eu vim, se ele fosse lá e não resolvesse eu ia chamar ele para nós ir à Federação. Que ele tem direito de ir até o Palácio do Presidente se

Do Sindicato o morador espera uma multiplicidade de coisas:

— defesa dos direitos trabalhistas;

— fiscalização do cumprimento das leis, isto é, fiscalização in loco, nos engenhos, para verificar se o que a lei manda está sendo cumprido;

— resolução das questões relativas a salário e sítio com os patrões, que eles moradores não conseguem resolver;

— vitória na Justiça do Trabalho;

— assistência médica permanente;

— dinheiro para comprar remédio;

— auxílios vários como, por exemplo: carro para transportar para o engenho quando um morador vai à cidade; transporte de mudança; resolução de questões familiares.

Obviamente o Sindicato não tem condições de atender a todas as expectativas do morador, não só em função de problemas políticos, mas também por falta de verba e de pessoal para assistir a um grande número de associados [15] em permanente conflito com os patrões. Estas expectativas, a nosso ver, estão associadas a tudo que o morador acha que perdeu com os direitos. Do Sindicato o morador espera uma compensação do passado perdido. O não preenchimento das funções esperadas gera insatisfação e possivelmente estas insatisfações são mobilizadas por interesses políticos de facções contrárias à "situação" sindical.

Apesar das insatisfações que necessariamente existem, o Sindicato é a grande arma dos trabalhadores e eles o reconhecem assim. Como instância alternativa ao engenho, o Sindicato também representa uma ruptura com padrões de relação anteriores aos direitos, sobretudo no que se refere à relação individual de cada morador com o proprietário, de que fala Wolf (1957) ao descrever a *plantation* de velho tipo.

---

queixar de qualquer um caso que acontecer aqui que os homens não quiser atender é ele. Ele pode. Agora eu não posso né. Agora ele pode, que ele tem uma carta como presidente sindical, tem força, agora eu não posso, mas ele pode".

15 A base de operações dos sindicatos são municípios. Cada município tem seu sindicato que abrange os trabalhadores de todos os engenhos naquela área. Teoricamente, todo trabalhador que é descontado em folha para o sindicato é um membro da organização. Só são considerados associados, nos entanto, aqueles que tem carteira tirada no próprio sindicato. Em municípios onde poucos são os trabalhadores registrados nas empresas e onde há maior resistência ao Sindicato, o pagamento da contribuição sindical é feito pessoalmente pelos trabalhadores na sede. Nas áreas que conhecemos era grande o número de trabalhadores sindicalizados.

Ao contrário do engenho, onde, sobretudo no passado, as questões eram encaminhadas individualmente ao patrão, no Sindicato o encaminhamento é coletivo. O morador, pelo que pudemos perceber a partir da observação de seu comportamento no Sindicato, se ressente um pouco disso e procura individualizar sua causa. Essa tentativa se manifesta no empenho dos moradores de apresentarem o problema diretamente ao Presidente do Sindicato, com o qual ensaiam um tipo de relação calcada na relação antiga que tinham com o proprietário. Quando vai ao Sindicato, o morador quer ser atendido pelo Presidente, e se este por acaso está ausente e ele é assistido por outro membro da diretoria, o morador é capaz de esperar horas pelo Presidente para repetir a queixa. O Presidente é, sem dúvida, a figura mais importante do Sindicato. É tratado com profundo respeito e reverência, embora esse tipo de tratamento, pelo menos nas áreas que conhecemos, não seja estimulado pela liderança sindical, que procura informalizar o contato. Muitos moradores tratam o Presidente por "Sua Excelência", "meu patrão", "Doutor". Conscientemente, a liderança tenta modificar isso e fazer ver aos moradores que os membros do Sindicato são ex-moradores e iguais a eles. O impressionante é que mesmo os moradores mais "conscientizados" [16] tem essa reverência pelo Presidente. Isso talvez se explique pelo fato de que as mudanças na área são recentes e que não tenham surgido ainda novos padrões de tratamento. Daí que o morador, embora reconhecendo a distância enorme que separa o Presidente do Sindicato dos "homens", não tenha ainda conseguido forjar um novo tipo de comportamento. Quando afirmamos que o morador tenta reeditar o mesmo tipo de relação individual no Sindicato, não estamos querendo dizer também que ele represente a liderança sindical da mesma forma como representa os "homens". Que fique claro que se trata, na realidade, de um mesmo tipo de "atuação" que ele tinha quando ia falar com o patrão e que hoje tenta ter quando vai falar com o Presidente. Fundamentalmente, no nível das representações, a distinção que se faz entre "homens" e Sindicato é o fato de que os primeiros são contra os moradores e o Sindicato é a favor, e só existe porque existem os moradores.

No sindicato, os moradores são atendidos em audiência coletiva, [17] onde cada um leva a sua queixa, quer seja como porta-voz

---

[16] "Conscientizados" aí seriam aqueles moradores que vêem o sindicato como uma associação de classe para lutar contra os patrões, e que têm uma visão crítica do Sindicato.

[17] O encaminhamento dos processos na justiça do trabalho também é coletivo, feito com a assistência de um advogado — figura igualmente

dos companheiros quer em grupo, quer individualmente. Enquanto um morador espera sua vez de ser atendido, vai tomando conhecimento das queixas dos outros procedentes de outros engenhos. Algumas vezes interferem na declaração do outro, para dar-lhe mais um argumento de autoridade, citando casos semelhantes ou problemas idênticos ocorridos em seu engenho. Essas audiências coletivas constituem oportunidades de encontro, contato e troca de informações entre trabalhadores de diferentes engenhos. Como os recintos são pequenos, entram em contato não só trabalhadores de diferentes engenhos com diferentes queixas, mas também trabalhadores que estão levando para o Sindicato questões trabalhistas e trabalhadores que estão esperando uma ordem para serem atendidos pelo médico.[18]

Dentro da cidade, onde está situado o Sindicato constitui o principal ponto de referência dos moradores. Em geral só vão à cidade nos dias de feira, quando precisam de atendimento médico ou para levarem algum problema para o Sindicato. No entanto, qualquer que seja o motivo, eles sempre passam pelo Sindicato, lá deixam suas coisas, saem pela cidade, voltam e ficam horas conversando ou discutindo, sob qualquer pretexto, ou simplesmente ouvindo os outros falarem.

Em função do tipo de encontro que proporciona, o Sindicato parece representar uma ruptura fundamental com o isolamento em que viviam os moradores antes das transformações da *plantation,* e especificamente, antes da emergência do movimento camponês, na Zona da Mata de Pernambuco, em meados da década dos 50.

Num certo sentido, os moradores têm do Sindicato uma representação mais relativista do que em relação a outras coisas. Reconhecem-no como um instrumento limitado pelas imposições e pelo poder dos "homens" e freqüentemente o justificam quando uma causa é perdida. Como o primeiro — no sentido de imediato — e único recurso de que dispõem para enfrentar os patrões, o Sindicato é uma instituição, para eles, vulnerável, na medida em que não é onipotente. A própria situação concreta do Sindicato, mais o con-

---

respeitada e reverenciada. Há processos que chegam a envolver até 100 trabalhadores. Num único ano, há Sindicatos que entram na justiça com cerca de cinco mil processos contra os empregadores, contendo queixas pelo não cumprimento das leis.

18 Achamos que num primeiro momento, o que realmente atrai o morador para o Sindicato, pelo menos hoje em dia, com as mínimas condições de mobilização política existentes, é a assistência médica. Sempre que encontramos não associados buscando o Sindicato, o interesse imediato era médico ou dentista. Só aos poucos é que eles vão tomando conhecimento que o Sindicato tem mais para dar.

tato constante que o morador tem com as dificuldades que o Sindicato enfrenta e a sua curta existência na vida dos trabalhadores, seriam elementos que conjugados não favoreceriam uma idealização do tipo que assinalamos anteriormente a propósito da situação passada. É lógico que sempre há dados de idealização do Sindicato que podem ser depreendidos do discurso do morador, como por exemplo a idealização da diretoria imediatamente anterior. No entanto, achamos que esse tipo de idealização tem muito mais relação com a tendência do morador a opor um passado bom a um presente pior, do que com o Sindicato propriamente dito.

No entanto, se não existem condições para uma idealização de uma instância alternativa ao engenho, do nível do Sinidcato, todas as condições para a idealização existem quando se trata de instâncias de outro nível.

Vamos nos limitar a tratar aqui da idealização e supervalorização do Executivo que é para o morador, abaixo de Deus, a instância mais importante para a resolução definitiva de suas dificuldades. Se fosse pedido a um morador que ele explicitasse o "a quem recorrer", ele responderia hierarquicamente: 1.º) Deus; 2.º) o Presidente da República; 3.º) o Sindicato.

"Abaixo de Deus, só o Presidente, se ele quiser ver".

O trabalhador associa aos proprietários e seus prepostos imediatos, isto é, à categoria dos "homens", as autoridades políticas, policiais e jurídicas, no âmbito local e estatal. Não opera a mesma identificação quando se trata do Executivo Federal, especificamente a figura do Presidente, que é o que se poderia chamar de um locus privilegiado para todo tipo de idealização.

Os moradores representam o Presidente como o maior interessado no bem deles e na sua felicidade: "O nosso Presidente não quer ver os pobres brasileiros sofrerem". Para eles, o Presidente ignora as condições em que vivem, pois se soubesse o quanto eles sofrem, já teria tomado alguma providência. "O Presidente não sabe disso, ele precisava ver isso"; [19] "Nosso Presidente não quer ver os brasileiros trabalhar morrendo de fome. Nosso Presidente não quer ver o trabalhador saindo de 5 horas da manhã, levando chuva, levando sol pra trabalhar o dia todinho promode não ter direito um pão, só ter direito a uma sardinha e uma fubá de milho, quando chega ponto de serviço na nossa cooperativa [barracão]. Quando não chega bate a porta na cara e bota pra fora. E eu sei que ele

---

[19] Muitos moradores pensavam que a nossa pesquisa chegaria às mãos do Presidente ou que fora ele que nos mandara lá.

não quer isso". Segundo o morador, o Presidente só quer o bem deles porque todo ano manda aumentar o salário e também porque é quem dá as leis que os protegem. O problema são os "homens" que não cumprem as leis.

Os moradores freqüentemente evocam discursos presidenciais de que tenham notícia, nos quais os Presidentes que se sucedem no Governo repetem frases como "O Governo quer promover o trabalhador rural". Quando estão enfrentando um problema concreto com os "homens", dizem sempre que se o Sindicato não resolver, nem a Federação dos Trabalhadores,[20] eles recorrerão ao Presidente porque esse está a seu lado. Embora certamente nenhum trabalhador nunca tenha feito isso, o que importa é que eles representam o Presidente desta forma.

Na realidade, o que está em jogo não é o Presidente em exercício, mas sim a figura. Muitos moradores nem sequer sabem quem é o Presidente do Brasil. Outros falam dos "nossos Presidentes que abriram alas" independentemente de épocas, tipos de Governo ou de política. O Presidente é quase um Imperador.

O que nos parece interessante neste tipo de idealização da figura é o caráter carismático que assume a relação do trabalhador rural com o Presidente. No plano das representações, o Presidente surge, possivelmente não apenas para o morador da *plantation* açucareira mas também para outros segmentos de proletariado rural e urbano e para o campesinato, como um porta-voz deles, como um mediador que está acima da luta de classes e dos conflitos concretos de sua experiência imediata.

Por outro lado, é impressionante que apesar das modificações na vida política brasileira e da própria alteração dos quadros políticos.[21] O Estado, através da figura do Presidente, continua impondo da mesma forma para essas classes, e com sucesso, a ilusão do que Bourdieu (1970) chama de "neutralidade para desarmar as classes que poderiam contestar a nova ordem social".

---

20 A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco que coordena os Sindicatos do Estado.

21 Algumas destas alterações o morador reconhece. Talvez a principal delas ele perceba, pois freqüentemente em seu discurso surge o desejo de recorrer ao IV Exército para resolver suas dificuldades. Os quadros políticos civis são totalmente ausentes do conjunto de "personagens" às quais o morador atribua qualquer poder de arbítrio, à exceção naturalmente das figuras do Judiciário. Só encontramos um trabalhador — machadeiro — que via o Congresso Nacional como alternativa.

CONCLUSÃO

As outras categorias de trabalhadores que constituem a força de trabalho da *plantation* açucareira da zona da Mata de Pernambuco possuem um conjunto de representações bastante semelhantes às do morador. Embora seu discurso não tenha sido constituído em objeto de nossa investigação, [1] achamos que podemos pelo menos indicar aqui, a partir do material colhido com estas categorias, que o que distingue sua ideologia da do morador é a maneira como é vivida a relação com o proprietário, que seria não apenas diferente mas também teria menor importância para suas representações.

Não nos propomos a fazer uma análise destas diferenças agora, mas achamos que elas poderiam ser pensadas como variantes de uma mesma estrutura — a estrutura do discurso ideológico dos trabalhadores rurais da *plantation* açucareira — e supor que essa variação remeta a uma diferença de posições no sistema de relações de produção. [2]

Da mesma forma, não procederemos aqui a um exame do discurso dos proprietários. Durante o trabalho procuramos mostrar os pontos de intersecção do discurso do morador com o da classe dominante, que, para o objeto da pesquisa, era o que mais interessava. Tentaremos agora, a partir de algumas formulações dos proprietários, dar um idéia de como os "homens" vêem os moradores.

---

1 Pensamos em prosseguir a pesquisa na Zona da Mata de Pernambuco, estendendo-a aos outros trabalhadores e posteriormente às outras dimensões de sua ideologia.

2 A suposição da variação articulada às posições no sistema de relações de produção é uma tentativa de formular para a sociedade de classes o que a antropologia formula nas sociedades primitivas quando tenta dar conta. por exemplo, das variantes dos mitos, articulando-as com diferentes posições na hierarquia de status. Sobre este ponto ver Leach (1967, pp. 171 e segs.). Marx já chamava a atenção para as variações existentes dentro da classe operária e atualmente sociólogos inglêses têm se preocupado com estas variações, sobretudo no que se refere à percepção da estrutura de classes. Cf. Lockwood (1968) e Goldthorpe (1970).

Invariavelmente, os proprietários começam uma entrevista[3] citando a "crise do açúcar" e afirmando que vivem com enormes dificuldades, em função de dois tipos de problemas: 1) o preço do açúcar é inferior aos custos de produção; 2) as obrigações com os trabalhadores, impostas pela lei, são muito elevadas. A solução preconizada para essa "baixa" do açúcar e a "alta" da força de trabalho é a elevação do preço do açúcar e a mecanização da lavoura canavieira, a qual desobrigaria o proprietário de um grande número de trabalhadores. Além destas duas questões, existe o morador que, pelas qualidades que lhe são atribuídas pelo proprietário, constitui um agravante. para crise.

O morador, entre os tipos de trabalhadores que formam a mão de obra da *plantation*, é o mais desvalorizado ideologicamente pelos proprietários.[4] Em seu discurso, o morador surge como um homem preguiçoso, que só quer saber de mulher, futebol e cachaça, ingrato para com o patrão, ladrão, ignorante e dependente do senhor de engenho. Todo morador, segundo os proprietários, faz todo e qualquer serviço e ganha muito dinheiro. Quando não ganha é porque é um preguiçoso. Todos moradores têm sítio. Não plantam porque são preguiçosos. Se um morador, por acaso, tiver seu sítio cortado, pode-se ter certeza de que se trata de um mau elemento. Nenhum proprietário jamais expulsou moradores de seu engenho ou usina; os moradores saem porque querem, porque são nômades, gostam de andar e vão para a cidade em busca de divertimentos. Segundo os patrões, os moradores, quando chega a entressafra, pedem demissão

---

[3] A atitude dos proprietários na situação de entrevista diferia radicalmente da dos moradores. Eram em geral mais reticentes, falavam pouco e com cautela. A nossa impressão é que achavam que éramos enviados do Governo (GERAN, IAA, Ministério do Trabalho, do próprio Presidente ou do Exército), o que se explicaria em parte pelo fato de que a maioria dos contatos com proprietários foram obtidos com a mediação do IAA (órgão do Ministério da Indústria e Comércio que controla a produção açucareira) ou das Prefeituras. O fato é que nunca se conseguiu gravar uma entrevista com um proprietário e a própria anotação durante uma entrevista era fator suficiente para inibição e suspeita. Alguns proprietários procuravam abertamente dar a entender que "sabiam" que éramos enviados do Governo, dizendo frases como estas: "Pode dizer lá no Ministério do Trabalho..." ou "Pode dizer lá no Geran...". Mesmo aqueles que não pareciam alimentar essas suspeitas tinham uma atitude reservada e defensiva, talvez porque no fundo todos temessem deixar escapar alguma coisa que viesse a prejudicar sua imagem junto ao público, a qual eles tem consciencia de não ser muito positiva.

[4] A visão do proprietário que transcrevemos seria mais a visão dos senhores de engenho e dos rendeiros do que propriamente a dos usineiros, os quais, segundo pesquisa que vem sendo realizada por David Maybury-Lewis (co-diretor do Projeto "Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional"), teriam uma imagem bem mais distanciada do morador.

e tiram umas férias. Daí se explicaria, segundo eles, a diminuição do contingente de trabalhadores durante esse período do ano. Trabalho tem o ano todo, mas o morador, ao invés de aproveitar suas folgas para trabalhar, tirando uma conta ou mesmo tratando do sítio, prefere ficar à toa. Nos dias que correm, dizem também eles, não se pode permitir que o morador tire mais de uma conta, porque isso representaria muita despesa. Quando não há serviço para ser feito no engenho, os proprietários dão férias coletivas, pagando tudo conforme a lei. Se os trabalhadores não são fichados, é porque não querem: preferem não ser descontados. O morador não quer trabalhar, só quer comer. Ele só pensa no dia de hoje; é um escravo do repouso remunerado (porque não trabalha aos domingos); trabalha um mês apenas para ganhar 1/12 do 13.º salário. Os trabalhadores são uns viciados no barracão. Os "mais esclarecidos"é que freqüentam a feira. A vida do morador é muito melhor do que a do trabalhador da cidade.

Alguns proprietários admitem a existêcia de miséria e fome entre seus moradores e justificam isso alegando a situação de crise que afeta toda a agro-indústria açucareira do Nordeste. Mas, como essa situação de crise é um problema que independe deles e sim do Governo e dos moradores, os proprietários não tem responsabilidade direta sobre o que ocorre dentro de suas propriedades. Apesar de todas as dificuldades em que vivem, os proprietários fazem questão de dizer que estão sempre em dia com seus trabalhadores, porque não querem problema nem com a justiça, nem com os sindicatos.

* * *

Este trabalho não pretende se constituir em uma afirmação definitiva sobre a ideologia do trabalhador rural da *plantation* açucareira. Através dele tentamos uma análise desta ideologia durante um momento histórico escolhido arbitrariamente e que, em termos substantivos talvez só tenha sentido para esta época determinada. A investigação realizada a respeito do discurso do morador se deu num período de transição, tanto da estrutura da formação social na qual o morador está inserido, como da sua própria ideologia.

Por tudo que foi visto até agora, o que nos parece mais importante ressaltar, a título de conclusão, é a importância da relação com o proprietário para a ideologia do morador. É através dessa relação que o morador se representa na sua prática econômica, em todas as dimensões desta atividade. Todo seu discurso é referido à relação com o proprietário, à maneira como a vive. Podemos, portanto, afirmar que a relação com o proprietário constitui o ver-

dadeiro "limite" da sua ideologia, que distingue o discurso do morador de outros discursos da formação social na qual está inserido e do de outros trabalhadores que ocupem, com ele, a posição mais baixa na estrutura de classes. A relação com o proprietário constituiria então a especificidade da ideologia do morador e lhe daria uma articulação típica.

O morador vive suas condições de existência na prática econômica como uma fonte de grandes privações, cuja responsabilidade caberia ao proprietário que é quem lhe priva de uma vida melhor. O morador percebe, no nível ideológico, uma exploração e tem um modelo consciente para dar conta do mecanismo desta exploração. Ele se vê como pertencendo a um grupo diferente do do patrão e situa todos os outros personagens com os quais entra em relação na prática econômica a partir desta oposição entre ele e o proprietário. Seu discurso sobre sua atividade produtiva, sendo totalmente referido à relação com o proprietário, é profundamente anti-patrão.

Essa representação que o morador faz de suas condições de existência nos parece ser a conseqüência, no nível ideológico, da ruptura de uma situação anterior quando, no imaginário do morador, prevaleceria uma relação de reciprocidade desigual entre proprietários e moradores. Na situação anterior, o morador "dava" (vendia) sua força de trabalho ao patrão e em troca recebia morada, sítio e alguma forma de remuneração. Em determinado momento, que coincide com o aparecimento dos direitos, o proprietário rompe a reciprocidade e passa a expulsar os moradores do engenho, a ameaçar de tirar a casa, a cortar os sítios, a negar assistência médica. Apesar disso, o morador tem de continuar "dando" sua força de trabalho ao proprietário e passa a receber um "salário". Do ponto de vista do morador, a mudança ocorrida partiu dos proprietários, o outro polo da relação de reciprocidade. Mas, como o "salário", que constitui o principal "troco", que os proprietários pagam não é suficiente para atender o que os moradores consideram serem suas necessidades, ou melhor dito, não compensa as perdas sofridas em relação ao passado, surgem então condições para a percepção de um tipo de exploração a que estão sujeitos, percepção que não era possível na situação anterior, em função da relação de reciprocidade. Tudo aquilo que antes fazia parte da condição de morador, que era visto como sendo da própria natureza da condição de morador, passa a ser relativizado.

No entanto, essa representação do morador, que dentro de outras perspectivas, poderia ser entendida apenas como consciência de classe,

se dá dentro de um discurso cujos limites são fornecidos pela relação com o proprietário e pela maneira como o morador vive essa relação, dentro de uma linguagem referida a um passado sempre idealizado. Por outro lado, formulações da classe dominante são apropriadas pelo morador para dar conta de sua situação e coexistem com as representações que ele tem de sua exploração.

O morador vive ainda a expectativa da situação anterior. Se agora não espera mais ou não conta tanto com a morada, o sítio e a proteção do passado, espera receber a remuneração justa, isto é, o salário. O seu discurso sobre a privação, ao mesmo tempo que indica uma aparente ruptura com o proprietário, mostra como ele ainda vive a relação com o patrão dentro dos mesmos padrões que vivia anteriormente: espera receber coisas.[5]

No entanto, ao contrário do passado, quando o morador esperava morada, sítio e remuneração do proprietário e isso, pelo menos no nível da representação que ele se faz hoje daquele tempo, não lhe era negado, na situação presente o morador espera o salário justo — o "salário de leis" — que ele representa como sendo negado pelo patrão. É neste salário que o morador investe toda sua dignidade, a qual poderíamos supor estar ausente dado o estado de extrema pauperização e proletarização em que vive o morador. O morador quer receber o salário, que lhe é direito, porque trabalhou. Se isto lhe é negado ou se o pagamento não corresponde ao que é previsto pela lei, ele invariavelmente prefere não receber nada. Que a dignidade do morador esteja investida no salário fica claro também nos casos em que os proprietários, ao invés de indenizarem o trabalhador segundo a lei, lhe dão uma quantia qualquer, inferior à estipulada. Inúmeros moradores contavam que nesses casos preferiam dar a indenização de esmola a um pobre do que aceitar o que o patrão lhe oferecia.

Assumindo agora uma posição externa à ideologia, isto é, saindo dos limites impostos pelo sistema de representações do morador, poderíamos pensar que o que dá ao seu discurso um caráter tão anti-patrão[6] é fundamentalmente o fato de no passado o proprie-

---

5 Wolf, ao tratar da transição para o novo tipo de *plantation,* fala da dificuldade de se estabelecer nesse novo sistema, relações de tipo pessoal. A nosso ver, no entanto, apesar dessa dificuldade, o padrão da relação pessoal continua em vigor no imaginário dos trabalhadores.

6 Se insistimos no caráter anti-patrão da ideologia do morador é porque essa parece ser a formulação mais típica do seu discurso, enquanto que as demais, em particular aquelas que remetem à ideologia dominante, são em geral esperadas quando se trata de representações da classe dominada.

tário poder dar ao morador aquilo que o sistema como um todo definia como cabendo ao morador. Hoje, em função da situação em que se encontra a agro-indústria açucareira, que não é nosso objeto neste trabalho, o patrão não pode sequer cumprir as obrigações definidas pelo sistema, especificamente aquelas previstas no Estatuto do Trabalhador Rural, sob pena de subverter o próprio sistema.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis

1966 — *Pour Marx*, Paris: Maspero.

BOHANNAN, Laura

1967 — "Miching Mallecho, that means witchcraft", *in* MIDDLETON, John (ed.): *Magic, Witchcraft and Curing*. New York: The Natural History Press.

BOHANNAN, Paul

1969 — "Ethnography and Comparison in Legal Anthropology", *in* NADER, Laura: *Law in Culture and Society*. Chicago: Aldine Publishing Company.

BOURDIEU, Pierre et SAYAD, Abdelmalek

1964 — *Le Déracinement*. Paris: Minuit.

BOURDIEU, Pierre et PASSERON, Jean-Claude

1970 — *La Réproduction*. Paris: Minuit.

BORDIEU, Pierre

1970 — "Sur-pouvoir et sous-développement", *in Le Monde* (sélection hebdomadaire). Paris: février-mars.

CANDIDO, Antônio

1964 — *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

CORREA DE ANDRADE, Manuel

1964 — *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense.

DE CARLI, Gileno

1942 — *Processo Histórico de uma Usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editora.

DIARIO DE PERNAMBUCO

1970 — "Rêde foi a causadora do crime". 8 de julho.

DURKHEIM, Emile

1915 — *Les Formes Elémentaires de la Vie Réligieuse*. Paris: Presses Universitaires de France.

FOSTER, George M.

1967 — "Introduction: What is a Peasant?", *in* POTTER, DIAZ & FOSTER: *Peasant Society: a Reader*. Boston: Little, Brown and Company.

FREIRE, Gilberto

1938 — *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt-Editor.

FURTADO, Celso

1964 — *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

GOLDTHORPE, John

1970 — "L'image des classes chez les travailleurs manuels aisés", *in Revue Française de Sociologie* (3): 311-338, juillet-septembre.

LEACH, Edmund

1961 — "Lévi-Strauss in the Garden of Eden: an examination of some recent developments in the analysis of myth", *in Transactions of the New York Academy of Sciences*. New York (4): 386-96, February.

1967 — *Political Systems of Highland Burma*. Boston: Beacon Press.

1970 — *Lévi-Strauss*. London: Fontana Modern Masters.

LÉVI-STRAUSS, Claude

1958 — *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon.

1962 — *La Pensée Sauvage*. Paris: Plon.

1967 — *Les Structures Elémentaires de la Parenté*. Paris: Mouton.

1968 — "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss", *in* MAUSS, M.: *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

LOCKWOOD, David

1968 — "Sources of Variation in Working Class Images of Society", *in* KAHL, Joseph (ed.): *Comparative Perspectives on Stratification: México, Great Britain, Japan*. Boston: Little, Brown and Co.

JORNAL DO BRASIL

1970 — "Guerra é atacado e mata". 20 de outubro.

MACHEREY, Pierre

1966 — *Pour une théorie de la production littéraire*. Paris, Maspero.

MARX, Karl

1950 — *Le Capital*. Paris: Editions Sociales.

MINTZ, Sidney

1966 — "Cañamelar: The Subculture of a Rural Sugar Proletariat", *in* STEWARD, Julian (ed.): *The People of Puerto Rico*. Urbana: University of Illinois Press.

POULANTZAS, Nicos

1968 — *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris: Maspero.

STAVENHAGEN, Rodolfo

1964 — *Essai comparatif sur les classes sociales rurales et stratification dans quelques pays sous-développés*. Paris: thèse de 3ème cyle présentée à la Faculté des Lettres et Sciences (mimeo).

TURNER, Victor

1964 — "Symbols in Ndembu Ritual", *in* GLUCKMAN, Max: *Closed Systems and Open Minds: the limits of naivety in social anthropology*. Edinburgh and London: Oliver and Boyd.

SCHATZMAN, L. et STRAUSS

1968 — "Social Class and Modes of Communication", *in* BOURDIEU, CHAMBOREDON et PASSERON (eds.): *Le Métier de Sociologue*. Paris: Mouton/Bordas.

VEJA

1970 — "Os miseráveis". 21 de outubro.

VELHO, Otávio

1969 — "O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro", *in América Latina* (1): 98-103, janeiro-março.

WARD, Barbara

1965 — *Varieties of Conscious Models*. The Fisher man of touth China", *in* BAUTON, M. (ed.): *The relevance of models in Social Anthropology*. London: Tavistock Publications.

WOLF, Eric

1957 — "Aspectos especificos del sistema de plantaciones en el nuevo mundo: Comunidad, subculturas" *in Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo*. Washington: Unión Panamericana.

1970 — *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.